

SOCIOLOGIA DA RELIGIÃO



Faculdade de Teologia e Ciências

SUMÁRIO

Sociologia	5
Índice	6
História	6
A sociologia como ciência da sociedade	9
Comparação com outras Ciências Sociais	9
Sociologia da Ordem e Sociologia da Crítica da Ordem	10
A evolução da Sociologia como disciplina	11
Alguns sociólogos	11
Áreas de estudo em Sociologia	12
Tópicos e palavras-chave em Sociologia	12
Sociologia da religião	14
Índice	14
Sociologia da religião no Brasil	14
Jacques Attali	14
Bertrand Russel	17
Bibliografia	17
Religião	18
Índice	18
Etimologia	18
Palavras e Conceitos Relevantes	20
Conceito de Religião	20
Características das religiões	22
O estudo da religião	23
Classificação das religiões	25
A religião no mundo contemporâneo	26
A religião segundo <i>The Economist</i>	27
Bibliografia	28
Referências	28
Cristianismo	29
Índice	29
Principais crenças	30
Diferenças nas crenças	32
Origem	33
Denominações cristãs	37
Concepções religiosas e filosóficas	39
Formas de culto	39
Símbolos	40
Calendário litúrgico e festividades	40
O cristianismo no mundo de hoje	41
Bibliografia	42
Referências	42
Max Weber	44
Índice	44
Biografia	45
Obra de Weber	46
Análise da obra	47
Sociologia alemã: a contribuição de Max Weber	50
Seguidores	50

Cronologia	50
Bibliografia.....	51
Puritanismo.....	52
Índice	52
História	52
Conseqüências	56
Protestantismo	57
Índice	57
Definição	57
História	58
Diferenças quanto ao catolicismo.....	61
Movimentos e ramos	62
Protestantes no mundo.....	66
Movimentos teológicos de origem protestantes	68
Pentecostalismo	69
Origem.....	69
Pentecostalismo Brasileiro	70
Fontes	71
Neopentecostalismo.....	72
Crítica	73
Pentecostais vs. Neopentecostais.....	73
Culto cristão.....	75
Índice	75
Tradição Litúrgica	75
Tradição Reformada	76
Tradições das Igrejas Livres	76
Tradição Evangelicalista.....	77
Bibliografia.....	77
Evangelicalismo	78
Índice	78
Evangelicalismo e Fundamentalismo	78
História do Evangelicalismo.....	78
Evangelicalismo na Igreja Católica Romana.....	78
Evangelicalismo na Igreja Ortodoxa	79
Ver também	79
Ligações externas	80
Bibliografia.....	80
Humanismo secular	81
Índice	81
<i>Os humanistas seculares são ateus?</i>	81
Como os humanistas seculares vêm as alegações religiosas e sobrenaturais	82
Origem do humanismo secular	82
Humanistas seculares famosos	83
Ecumenismo	85
Índice	85
Histórico	85
Tipos de ecumenismo	87
Organismos ecumênicos	88
Referências	89
Bibliografia.....	89

Fundamentalismo religioso	90
Índice	90
Filosofia	90
O uso do termo	91
O Fenômeno Fundamentalista	91
O fundamentalismo na visão midiática	93
Fundamentalismo cristão	94
Índice	94
História	94
Doutrinas	94
Características Sócio-Culturais.....	95
Inerrância bíblica	96
Índice	96
História da doutrina da inerrância	96
O contexto da inerrância.....	97
A base da crença	97
A tradição textual do Novo Testamento	98
Principais pontos de vista religiosos da Bíblia	99
Crítica da Inerrância bíblica	102
Referências	104

Sociologia



Interações sociais e suas consequências são interesses comuns na sociologia.

A **Sociologia** é uma das ciências humanas que estuda a sociedade, ou seja, estuda o comportamento humano em função do meio e os processos que interligam os indivíduos em associações, grupos e instituições. Enquanto o indivíduo na sua singularidade é estudado pela psicologia, a Sociologia tem uma base *teórico-metodológica*, que serve para estudar os fenômenos sociais, tentando explicá-los, analisando os homens em suas relações de interdependência. Compreender as diferentes sociedades e culturas é um dos objetivos da sociologia.

Os resultados da pesquisa sociológica não são de interesse apenas de sociólogos. Cobrindo todas as áreas do convívio humano — desde as relações na família até a organização das grandes empresas, o papel da política na sociedade ou o comportamento religioso —, a Sociologia pode vir a interessar, em diferentes graus de intensidade, a diversas outras áreas do saber. Entretanto, o maior interessado na produção e sistematização do conhecimento sociológico atualmente é o Estado, normalmente o principal financiador da pesquisa desta disciplina científica.

Assim como toda ciência, a Sociologia pretende explicar a totalidade do seu universo de pesquisa. Ainda que esta tarefa não seja objetivamente alcançável, é tarefa da Sociologia transformar as malhas da rede com a qual a ela capta a realidade social cada vez mais estreitas. Por essa razão, o conhecimento sociológico, através dos seus conceitos, teorias e métodos, pode constituir para as pessoas um excelente instrumento de compreensão das situações com que se defrontam na vida cotidiana, das suas múltiplas relações sociais e, conseqüentemente, de si mesmas como seres inevitavelmente sociais.

A Sociologia ocupa-se, ao mesmo tempo, das observações do que é repetitivo nas relações sociais para daí formular generalizações teóricas; e também se interessa por eventos únicos sujeitos à inferência sociológica (como, por exemplo, o surgimento do capitalismo ou a gênese do Estado Moderno), procurando explicá-los no seu significado e importância singulares.

A Sociologia surgiu como uma disciplina no século XVIII, na forma de resposta acadêmica para um desafio de modernidade: se o mundo está ficando mais integrado, a experiência de pessoas do mundo é crescentemente atomizada e dispersada. Sociólogos não só esperavam entender o que unia os grupos sociais, mas também desenvolver um "antídoto" para a desintegração social.

Hoje os sociólogos pesquisam macroestruturas inerentes à organização da sociedade, como raça ou etnicidade, classe e gênero, além de instituições como a família; processos sociais que representam divergência, ou desarranjos, nestas estruturas, inclusive crime e divórcio. E pesquisam os microprocessos como relações interpessoais.

Sociólogos fazem uso freqüente de técnicas quantitativas de pesquisa social (como a estatística) para descrever padrões generalizados nas relações sociais. Isto ajuda a desenvolver modelos que possam entender mudanças sociais e como os indivíduos responderão a essas mudanças. Em alguns campos de estudo da Sociologia, as técnicas qualitativas — como entrevistas dirigidas, discussões em grupo e métodos etnográficos — permitem um melhor entendimento dos processos sociais de acordo com o objetivo explicativo.

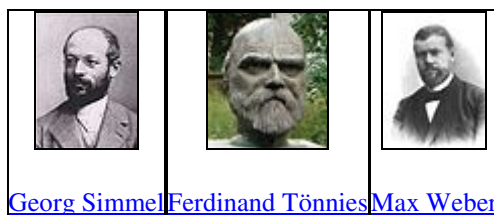
Os cursos de técnicas quantitativas/qualitativas servem, normalmente, a objetivos explicativos distintos ou dependem da natureza do objeto explicado por certa pesquisa sociológica: o uso das técnicas quantitativas é associado às pesquisas macro-sociológicas; as qualitativas, às pesquisas micro-sociológicas. Entretanto, o uso de ambas as técnicas de coleta de dados pode ser complementar, uma vez que os estudos micro-sociológicos podem estar associados ou ajudarem no melhor entendimento de problemas macro-sociológicos.

Índice

- 1 História
 - 1.1 Correntes Sociológicas
- 2 A sociologia como ciência da sociedade
- 3 Comparação com outras Ciências Sociais
- 4 Sociologia da Ordem e Sociologia da Crítica da Ordem
- 5 A evolução da Sociologia como disciplina
- 6 Alguns sociólogos
- 7 Áreas de estudo em Sociologia
- 8 Tópicos e palavras-chave em Sociologia

História





A Sociologia é uma área de interesse muito recente, mas foi a primeira ciência social a se institucionalizar. Antes, portanto, da Ciência Política e da Antropologia.

Em que pese o termo *Sociologie* tenha sido criado por Auguste Comte (em 1838), que esperava unificar todos os estudos relativos ao homem — inclusive a História, a Psicologia e a Economia, Montesquieu também pode ser encarado como um dos fundadores da Sociologia - talvez como o último pensador clássico ou o primeiro pensador moderno.

Em Comte, seu esquema sociológico era tipicamente positivista, (corrente que teve grande força no século XIX), e ele acreditava que toda a vida humana tinha atravessado as mesmas fases históricas distintas e que, se a pessoa pudesse compreender este progresso, poderia prescrever os "remédios" para os problemas de ordem social.

As transformações econômicas, políticas e culturais ocorridas no século XVIII, como as Revoluções Industrial e Francesa, colocaram em destaque mudanças significativas da vida em sociedade com relação a suas formas passadas, baseadas principalmente nas tradições.

A Sociologia surge no século XIX como forma de entender essas mudanças e explicá-las. No entanto, é necessário frisar, de forma muito clara, que a Sociologia é datada historicamente e que o seu surgimento está vinculado à consolidação do capitalismo moderno.

Esta disciplina marca uma mudança na maneira de se pensar a realidade social, desvinculando-se das preocupações especulativas e metafísicas e diferenciando-se progressivamente enquanto forma racional e sistemática de compreensão da mesma.

Assim é que a Revolução Industrial significou, para o pensamento social, algo mais do que a introdução da máquina a vapor. Ela representou a racionalização da produção da materialidade da vida social.

O triunfo da indústria capitalista foi pouco a pouco concentrando as máquinas, as terras e as ferramentas sob o controle de um grupo social, convertendo grandes massas camponesas em trabalhadores industriais. Neste momento, se consolida a sociedade capitalista, que divide de modo central a sociedade entre burgueses (donos dos meios de produção) e proletários (possuidores apenas de sua força de trabalho). Há paralelamente um aumento do funcionalismo do Estado que representa um aumento da burocratização de suas funções e que está ligado majoritariamente aos estratos médios da população.

O quase desaparecimento dos pequenos proprietários rurais, dos artesãos independentes, a imposição de prolongadas horas de trabalho, e etc., tiveram um efeito traumático sobre milhões de seres humanos ao modificar radicalmente suas formas tradicionais de vida.

Não demorou para que as manifestações de revolta dos trabalhadores se iniciassem. Máquinas foram destruídas, atos de sabotagem e exploração de algumas oficinas, roubos e crimes, evoluindo para a criação de associações livres, formação de sindicatos e movimentos revolucionários.

Este fato é importante para o surgimento da Sociologia, pois colocava a sociedade num plano de análise relevante, como objeto que deveria ser investigado tanto por seus novos problemas intrínsecos, como por seu novo protagonismo político já que junto a estas transformações de ordem econômica pôde-se perceber o papel ativo da sociedade e seus diversos componentes na produção e reprodução da vida social, o que se distingue da percepção de que este papel seja privilégio de um Estado que se sobrepõe ao seu povo.

O surgimento da Sociologia prende-se em parte aos desenvolvimentos oriundos da Revolução Industrial, pelas novas condições de existência por ela criada. Mas uma outra circunstância concorreria também para a sua formação. Trata-se das modificações que vinham ocorrendo nas formas de pensamento, originada pelo Illuminismo. As transformações econômicas, que se achavam em curso no ocidente europeu desde o século XVI, não poderiam deixar de provocar modificações na forma de conhecer a natureza e a cultura.

Correntes Sociológicas

Porém, a Sociologia não é uma ciência de apenas uma orientação teórico-metodológica dominante. Ela traz diferentes estudos e diferentes caminhos para a explicação da realidade social. Assim, pode-se claramente observar que a Sociologia tem ao menos três linhas mestras explicativas, fundadas pelos seus autores clássicos, das quais podem se citar, não necessariamente em ordem de importância: (1) a Positivista-Funcionalista, tendo como fundador Auguste Comte e seu principal expoente clássico em Émile Durkheim, de fundamentação analítica; (2) a sociologia compreensiva iniciada por Max Weber, de matriz teórico-metodológica hermenêutico-compreensiva; e (3) a linha de explicação sociológica dialética, iniciada por Karl Marx, que mesmo não sendo um sociólogo e sequer se pretendendo a tal, deu início a uma profícua linha de explicação sociológica.

Estas três matrizes explicativas, originadas pelos seus três principais autores clássicos, originaram quase todos os posteriores desenvolvimentos da Sociologia, levando à sua consolidação como disciplina acadêmica já no início do século XX. É interessante notar que a Sociologia não se desenvolve apenas no contexto europeu. Ainda que seja relativamente mais tardio seu aparecimento nos Estados Unidos, ele se dá, em grande medida, por motivações diferentes que as da velha Europa (mas certamente influenciada pelos europeus, especialmente pela sociologia britânica e positivista de Herbert Spencer). Nos EUA a Sociologia esteve de certo modo "engajada" na resolução dos "problemas sociais", algo bem diverso da perspectiva acadêmica européia, especialmente a teuto-francesa. Entre os principais nomes do estágio inicial da sociologia norte-americana, podem ser citados: William I. Thomas, Robert E. Park, Martin Bulmer e Roscoe C. Hinkle.

A Sociologia, assim, vai debruçar-se sobre todos os aspectos da vida social. Desde o funcionamento de estruturas macro-sociológicas como o Estado, a classe social ou

longos processos históricos de transformação social ao comportamento dos indivíduo num nível micro-sociológico, sem jamais esquecer-se que o homem só pode existir na sociedade e que esta, inevitavelmente, lhe será uma "jaula" que o transcenderá e lhe determinará a identidade. Para compreender o surgimento da sociologia como ciência do século XIX, é importante perceber que, nesse contexto histórico social, as ciências teóricas e experimentais desenvolvidas nos séculos XVII, XVIII e XIX inspiraram os pensadores a analisar as questões sociais, econômicas, políticas, educacionais, psicológicas, com enfoque científico.

A sociologia como ciência da sociedade

Ainda que a Sociologia tenha emergido em grande parte da convicção de Comte de que ela eventualmente suprimiria todas as outras áreas do conhecimento científico, hoje ela é mais uma entre as ciências.

Atualmente, ela estuda organizações humanas, instituições sociais e suas interações sociais, aplicando mormente o método comparativo. Esta disciplina tem se concentrado particularmente em organizações complexas de sociedades industriais.

Ao contrário das explicações filosóficas das relações sociais, as explicações da Sociologia não partem simplesmente da especulação de gabinete, baseada, quando muito, na observação casual de alguns fatos. Muitos dos teóricos que almejavam conferir à sociologia o estatuto de ciência, buscaram nas ciências naturais as bases de sua metodologia já mais avançada, e as discussões epistemológicas mais desenvolvidas. Dessa forma foram empregados métodos estatísticos, a observação empírica, e um ceticismo metodológico a fim de extirpar os elementos "incontroláveis" e "dóxicos" recorrentes numa ciência ainda muito nova e dada a grandes elucubrações. Uma das primeiras e grandes preocupações para com a sociologia foi eliminar juízos de valor feitos em seu nome. Diferentemente da ética, que visa discernir entre bem e mal, a ciência se presta à explicação e à compreensão dos fenômenos, sejam estes naturais ou sociais.

Como ciência, a Sociologia tem de obedecer aos mesmos princípios gerais válidos para todos os ramos de conhecimento científico, apesar das peculiaridades dos fenômenos sociais quando comparados com os fenômenos de natureza e, conseqüentemente, da abordagem científica da sociedade. Tais peculiaridades, no entanto, foram e continuam sendo o foco de muitas discussões, ora tentando aproximar as ciências, ora afastando-as e, até mesmo, negando às humanas tal estatuto com base na inviabilidade de qualquer controle dos dados tipicamente humanos, considerados por muitos, imprevisíveis e impassíveis de uma análise objetiva.

Comparação com outras Ciências Sociais

No começo do século XX, sociólogos e antropólogos que conduziam estudos sobre sociedades não-industrializadas ofereceram contribuições à Antropologia. Deve ser notado, entretanto, que mesmo a Antropologia faz pesquisa em sociedades industrializadas; a diferença entre Sociologia e Antropologia tem mais a ver com os problemas teóricos colocados e os métodos de pesquisa do que com os objetos de estudo.

Quanto a Psicologia social, além de se interessar mais pelos comportamentos do que pelas estruturas sociais, ela se preocupa também com as motivações exteriores que levam o indivíduo a agir de uma forma ou de outra. Já o enfoque da Sociologia é na ação dos grupos, na ação geral.

Já a Economia diferencia-se da Sociologia por estudar apenas um aspecto das relações sociais, aquele que se refere a produção e troca de mercadorias. Nesse aspecto, como mostrado por Karl Marx e outros, a pesquisa em Economia é freqüentemente influenciada por teorias sociológicas.

Por fim, a Filosofia social intenta criar uma teoria ou "teorias" da sociedade, objetivando explicar as variâncias no comportamento social em suas ordens moral, estética e históricas. Esforços nesse sentido são visíveis nas obras de modernos teóricos sociais, reunindo um arcabouço de conhecimento que entrelaça a filosofia hegeliana, kantista, a teoria social de Marx e, ao mesmo tempo, Max Weber, utilizando-se de os valores morais e políticos do iluminismo liberal mesclados com os ideais socialistas. À primeira vista, talvez, seja complexo apreender tal abordagem. Entretanto, as obras de Max Horkheimer, Theodor Adorno, Jürgen Habermas, entre outros, representam uma das mais profícuas vertentes da filosofia social, representada por aquilo que ficou conhecido como Teoria Crítica ou, como mais popularmente se diz, Escola de Frankfurt.

Sociologia da Ordem e Sociologia da Crítica da Ordem

A Sociologia, em vista do tipo de conhecimento que produz, pode servir a diferentes tipos de interesses.

A produção sociológica pode estar voltada para engendrar uma forma de conhecimento comprometida com emancipação humana. Ela pode ser um tipo de conhecimento orientado no sentido promoção do melhor entendimento dos homens acerca de si mesmos, para alcançar maiores patamares de liberdades políticas e de bem-estar social.

Por outro lado, a Sociologia pode ser orientada como uma 'ciência da ordem', isto é, seus resultados podem ser utilizados com vistas à melhoria dos mecanismos de dominação por parte do Estado ou de grupos minoritários, sejam eles empresas privadas ou Centrais de Inteligência, à revelia dos interesses e valores da comunidade democrática com vistas a manter o status quo.

As formas como a Sociologia pode ser uma 'ciência da ordem' são diversas. Ela pode partir desde a perspectiva do sociólogo individual, submetendo a produção do conhecimento não ao progresso da ciência por si ou da sociedade, mas aos seus interesses materiais imediatos. Há, porém, o meio indireto, no qual o Estado, como principal ente financiador de pesquisas nas áreas da sociologia escolhe financiar aquelas pesquisas que lhe renderam algum tipo de resultado ou orientação estratégicas claras: pode ser tanto como melhor controlar o fluxo de pessoas dentro de um território, como na **orientação de políticas públicas promovidas nem sempre de acordo com o interesse das maiorias ou no respeito às minorias**. Nesse sentido, o uso do conhecimento sociológico é potencialmente perigoso, podendo mesmo servir à finalidades antidemocráticas, autoritárias e arbitrarias.

A evolução da Sociologia como disciplina

A sociologia no mundo foi-se mostrando presente em várias datas importantes desde as grandes revoluções, desde lá cada vez mais foi de fundamental participação para a sociedade mundial e também brasileira.

Desde o início a sociologia vem-se preocupando com a sociedade no seu interior, isto diz respeito, por exemplo, aos conflitos entre as classes sociais. Na América Latina, por exemplo, a sociologia sofreu influências americanas e européias, na medida em que as suas preocupações passam a ser o subdesenvolvimento, ela vai sofrer influências das teorias marxistas.

No Brasil nas décadas de 20 e 30 a sociologia estava num estudo sobre a formação da sociedade brasileira, e analisando temas como abolição da escravatura, êxodos, e estudos sobre índios e negros

Nas décadas seguintes de 40 e 50 a sociologia voltou para as classes trabalhistas tais como salários e jornadas de trabalho, e também comunidades rurais. Na década de 60 a sociologia se preocupou com o processo de industrialização do país, nas questões de reforma agrária e movimentos sociais na cidade e no campo e a partir de 1964 o trabalho dos sociólogos se voltou para os problemas sócio políticos e econômicos originados pela tensão de se viver em um país cuja forma de poder é o regime militar.

Na década de 80 a sociologia finalmente volta a ser disciplina no ensino médio, e também ocorreu a profissionalização da sociologia. Além da preocupação com a economia política e mudanças sociais apropriadas com a instalação da nova república, voltam também em relação ao estudo da mulher, ao trabalhador rural, e outros assuntos culminantes.

Alguns sociólogos

- Jurgen Habermas (1929-)
- Max Horkheimer (1895-1973)
- Herbert Marcuse (1898-1979)
- Theodor Adorno (1903-1963)
- Walter Benjamin (1892-1940)
- Raymond Aron
- Émile Durkheim (1858-1917)
- Robert K. Merton
- Talcott Parsons
- Karl Marx (1818-1883)
- Max Weber (1864-1920)
- Augusto Comte (1798-1857)
- Leo Löwenthal
- Franz Neumann
- Friedrich Pollock
- Erich Fromm
- Oskar Negt
- Axel Honneth

Áreas de estudo em Sociologia

Os sociólogos estudam uma variedade muito grande de assuntos. Para ter uma idéia geral sobre esses assuntos, visite o sítio do Comitê de Pesquisa da Associação Internacional de Sociologia. Segue uma pequena lista de áreas e tópicos de estudo na Sociologia.

- Demografia social
- Micro-sociologia
- Sociologia ambiental
- Sociologia da administração
- Sociologia da arte
- Sociologia do conhecimento
 - Sociologia da ciência
- Sociologia da cultura
- Sociologia econômica
 - Desenvolvimento econômico
 - Sociologia das organizações
- Sociologia da educação
- Sociologia das Emoções
- Sociologia das histórias em quadrinhos
- Sociologia industrial
- Sociologia jurídica
- Sociologia Funcionalista
- Sociologia médica
- Sociologia do esporte
- Sociologia política
- Sociologia das relações de gênero
- Sociologia da religião
- Sociologia rural
- Sociologia do trabalho
- Sociologia urbana
- Sociologia da Violência e da Criminalidade
- Sociologia da linguagem
- Leituras em sociologia

Tópicos e palavras-chave em Sociologia

- Anomia
- Classe social
- Coerção
- Coesão
- Compreensão
- Cultura
- Emoções e sociedade
- Estruturalismo
- Estrutura social
- Fato social
- Funcionalismo

- Gênero
- Grupo
- Identidade de gênero
- Positivismo
- Raça
- Revolução
- Simulação
- Sindicalismo
- Trabalho

Sociologia da religião

Sociologia da religião busca explicar empiricamente as relações mútuas entre religião e sociedade. Os estudos fundamentam-se na dimensão social da religião e na dimensão religiosa da sociedade.

Índice

- 1 Sociologia da religião no Brasil
- 2 Jacques Attali
 - 2.1 Do judaísmo ao cristianismo
 - 2.1.1 Citações cristãs anti-dinheiro
 - 2.2 Do catolicismo para o protestantismo - nova reversão
- 3 Bertrand Russel
- 4 Bibliografia
- 5 Ver também

Sociologia da religião no Brasil

O marco referencial da consolidação da sociologia da religião como campo autônomo de pesquisa no Brasil é a publicação da obra "Católicos, Protestantes, Espíritas", de Cândido Procópio Ferreira de Camargo, em 1973.

Jacques Attali

Do judaísmo ao cristianismo

Jacques Attali argumenta em Les Juifs, le Monde et l'Argent que com a chegada de Jesus Cristo e o posterior desenvolvimento do cristianismo há uma revolução na atitude perante o dinheiro. Esta clivagem tem muito a ver com a mesma clivagem existente dentro do judaísmo ao tempo de Jesus entre Saduceus (judeus estabelecidos, conservadores) e Fariseus e Essênios (com uma atitude mais revolucionária, igualitária, ascética).

Se, para o judaísmo, possuir o dinheiro é uma forma de estar em posição de evitar a violência e de resolver possíveis problemas futuros, já para a nova religião nascente, o dinheiro é algo de sujo e problemático (a mesma atitude de algumas das facções do judaísmo mencionadas).

Nas palavras de Attali:

Paralelamente aprofundam-se as diferenças entre as duas doutrinas económicas. Quer no Judaísmo como no Cristianismo acredita-se nas virtudes da caridade, da justiça e das ofertas. Mas para os Judeus, é desejável ser rico, enquanto que para os Cristãos é recomendado ser-se pobre. Para uns, (os Judeus) a riqueza é um meio para melhor servir Deus; para os outros, (os

Cristãos) ele impossibilita a salvação. Para uns, o dinheiro pode ser um instrumento do bem; para os outros os seus efeitos são sempre desastrosos. Para uns, qualquer pessoa pode gozar do dinheiro bem ganho; para os outros ele queima-lhe os dedos. Para uns, morrer rico é uma bênção, desde que o dinheiro tenha sido adquirido moralmente e que se tenha cumprido com todos os deveres para com os pobres da comunidade; para os outros, morrer pobre é uma condição necessária da salvação.

É assim que Mateus, escreve sobre Jesus: “Digo-vos mais uma vez: é mais fácil a um camelo passar pelo buraco de uma agulha do que a um rico entrar para o céu” (19, 24). E se Lucas conclui a parábola do intendente infiel por uma frase ambígua: Façam-se amigos do dinheiro da desonestidade (16, 11), ele acrescenta ainda “façam o bem e emprestem sem nada esperar em troca” (6,35).

De facto, como vimos, para os Judeus, receber juros do dinheiro não é imoral; e se não é permitido fazê-lo entre Judeus é por uma questão de solidariedade, e não por interdição moral. O dinheiro é, como o gado, uma riqueza fértil e o tempo é um espaço a valorizar. Pelo contrário, para os Cristãos, como para Aristóteles e os Gregos, o dinheiro, como o tempo, não produz em si qualquer riqueza, ele é estéril; e fazer comércio de dinheiro é um pecado mortal. Esta obsessão pela esterilidade do dinheiro reenvia também para o ódio pela sexualidade, interdita fora do casamento. Para a nova Igreja, nada deve ser fértil que não tenha sido criado por Deus. Fazer trabalhar o dinheiro é fornicar. Sem dúvida é preciso ver nestas diferenças o traço de um conflito muito antigo entre essênios e saduceus, e o desejo dos apóstolos de ganhar o apoio dos mais pobres entre os Judeus.

As ofertas dos Judeus às suas comunidades são limitadas a um quinto das suas receitas. Pelo contrário, encoraja-se os Cristãos a doar sem limites à Igreja. Enquanto que as comunidades judaicas devem redistribuir integralmente estas doações aos pobres (ver Templo de Salomão) a Igreja pode conservar o dinheiro, pelo menos em parte, para ela mesma a fim de de criar pelo esplendor as condições do assombro e da salvação dos homens. Para ela, o dinheiro, que não produziria juros, pode produzir a graça se ele transitar pela Igreja. Toda a potência eclesiástica do futuro advém desta reversão da relação com o dinheiro.

...

Mesmo se neste espírito, alguns teólogos do Cristianismo antigo como Clemente de Alexandria, glorificam uma ética económica muito semelhante à da moral do Pentateuco, os primeiros Cristãos encontram argumentos nestas passagens dos Evangelhos para apoiar a tese de que entre os Judeus tudo se mede em dinheiro, tudo se troca: mesmo o tempo, mesmo a carne humana, mesmo Deus! O Judeu, dizem eles, o qual vendeu o Messias por dinheiro, está pronto a tudo comprar e a tudo vender. O mercado é a sua única lei. O anti-judaísmo Cristão é imediatamente inseparável da condenação económica.

Citações cristãs anti-dinheiro

- "Todo o homem rico é, ou injusto na sua pessoa, ou herdeiro da injustiça e da injustiça de outros" (Omnis dives aut iniquus est, aut heres iniqui) - São Jerónimo.

- "Quem quer se tornar rico tomba nas armadilhas do demônio, e se entrega a mil desejos não apenas vãos mas perniciosos, que o precipitam por fim no abismo da perdição e da condenação eterna" São Timóteo, 6
- "Ou tu és rico e tens o supérfluo, e nesse caso o supérfluo não é para ti mas para os pobres; ou então tu estás numa fortuna mediocre, e então que importa a ti procurar aquilo que não podes guardar ?" São Bernardo
- "Mas a moral do evangelho vai ainda mais longe; porque ela nos ensina que quanto mais um cristão é rico, mais ele deve ser penitente; ou seja, mais ele se deve deduzir das doçuras da vida; e que estas grandes máximas de renúncia, de escrutínio, de desapego, de crucificação, tão necessárias à salvação, são muito maiores para ele do que para o pobre" Louis Bourdaloue, jesuíta francês do século XVII.
- "E não podemos dizer também que quase todos os ricos são homens corruptos, ou antes, perdidos pela intemperança das paixões carnis que os dominam? Porquê ? Porque têm todos os meios do ser, e que não usam as suas riquezas que não seja para saciar as suas brutais avarices. Vítimas reservadas à cólera de Deus, engordados dos seus próprios bens! Quantos é que conheceis que não sejam assim ? Quantos é que vós conheceis que, na opulência, tenham aprendido a dominar o seu corpo e a o limitar em restrição ? Um rico continente ou penitente não será uma espécie de milagre ?", Louis Bourdaloue, jesuíta francês do século XVII.
- "Uma virgem pode conceber, uma estéril pode dar à luz, um rico pode ser salvo: estes são três milagres nos quais as escrituras sagradas não nos ensinam outra coisa que não seja que Deus é onnipotente. Pois é verdade, ó rico do mundo, que a tua salvação não é nada fácil, ela seria impossível se Deus não fosse onnipotente. Consequentemente, esta dificuldade passa bem distante dos nossos pensamentos, já que é necessário, para a ultrapassar uma potência infinita. E não me digas que estas palavras não te dizem respeito porque talvez não sejas rico. Se não és rico, tu tens vontade de o ser; e estas maldições sobre a riqueza devem cair não tanto sobre os ricos mas sobretudo sobre aqueles que o desejam ser. É para esses que o apóstolo pronuncia, *que eles caem na armadilha do diabo e de muitos desejos malvados, que precipitam o homem na perdição*. ... Também o apóstolo tem razão quando diz que *o desejo de riqueza é a raiz de todos os males*; Radix omnium malorum est cupiditas". Jacques Bénigne Bossuet (1627-1704), bispo, teólogo e escritor francês, sermão em Metz a 4 de Outubro de 1652.

Do catolicismo para o protestantismo - nova reversão

Jacques Attali vê com o advento da Reforma Protestante uma nova reversão na relação para com o dinheiro, repondo entre os protestantes do mundo ocidental (norte e oeste da Europa) o entendimento que os Judeus faziam do dinheiro. Este regresso aos princípios económicos do Judaísmo caracteriza a sociedade moderna.

Attali acusa Max Weber de não ter reconhecido na ética que possibilitou o novo mundo dos negócios capitalistas, a ética judaica. Attali escreve: "Weber não vê que os Judeus

inventaram a ética bem antes dos Gregos ou dos puritanos" ..." e que para eles (os Judeus) a actividade económica é um meio essencial de ir ter com Deus".

Bertrand Russel

Confirmando algumas destas ideias de Attali, encontramos um trecho de Bertrand Russel, em "Filosofia do Mundo Ocidental", no capítulo "A política de Aristóteles":

Desde o tempo dos gregos até hoje, a Humanidade, ou pelo menos a parte economicamente mais desenvolvida dela se divide entre devedores e credores; os devedores são contra os juros e os credores são a favor. Quase sempre, os detentores de terras são devedores, enquanto que os comerciantes são credores. Os filósofos, com poucas exceções, concordam com os interesses financeiros da sua classe. Os filósofos Gregos pertencem à classe dos proprietários de terra ou trabalhavam ao seu serviço. Por isso, eles recusavam os juros.

Os filósofos da Idade Média eram homens da Igreja; o património da Igreja constituía-se sobretudo de terras; eles não viam pois razão para rever as ideias de Aristóteles.

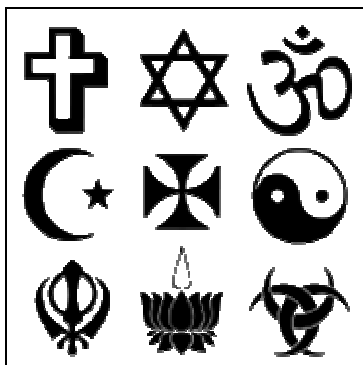
A sua antipatia contra a usura foi ainda reforçada pelo Anti-semitismo, já que o capital fluido (ou seja em dinheiro, facilmente transmissível) estava em grande parte na posse de Judeus...

Com a Reforma Protestante, a situação muda. Muitos dos protestantes mais convictos eram comerciantes, para quem o empréstimo de dinheiro a juros era muito importante... Por isso, os juros foram aceites, primeiro por Calvino e depois por outros protestantes. Finalmente, a Igreja Católica viu-se forçada a seguir o exemplo deles, já que as velhas proibições já não se enquadram no mundo moderno.

Bibliografia

- CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira de. Católicos, Protestantes, Espíritas, Petrópolis: Vozes, 1973.
- HOUTART, François. Sociologia da religião. São Paulo: Ática, 1994.
- JARDILINO, Jose Rubens Lima; SOUZA, Beatriz Muniz de; GOUVEIA, Eliane Hojaij. Sociologia da religião no Brasil. Educ, 1999.
- PIERUCCI, Antônio Flávio. Igreja: contradições e acomodação. São Paulo: Brasiliense / CEBRAP, 1978. 188 p.
- PIERUCCI, Antônio Flávio; PRANDI, R. A realidade social das religiões no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1996. 294 p.
- SOUZA, Beatriz Muniz de; MARTINO, Luis Mauro Sá. Sociologia da religião e mudança social São Paulo: Paulus, 2004.
- TEIXEIRA, Faustino. Sociologia da religião. Petrópolis: VOZES, 2003.
- WACH, Joachim; CANCIAN, Attilio. Sociologia da religião. São Paulo: Paulinas, 1990.
- PRANDI, Reginaldo, Os Candomblés de São Paulo, Hucitec, 1991

Religião



Símbolos de várias religiões.

A **Religião** (do *latim*: "religio" usado na *Vulgata*, que significa "prestar culto a uma divindade", "ligar novamente", ou simplesmente "religar") pode ser definida como um conjunto de crenças relacionadas com aquilo que parte da humanidade considera como sobrenatural, divino, sagrado e transcendental, bem como o conjunto de rituais e códigos morais que derivam dessas crenças.

Índice

- 1 Etimologia
- 2 Palavras e Conceitos Relevantes
- 3 Conceito de Religião
- 4 Características das religiões
- 5 O estudo da religião
 - 5.1 História do estudo da religião
 - 5.2 Abordagens disciplinares
- 6 Classificação das religiões
 - 6.1 Classificação geográfica
- 7 A religião no mundo contemporâneo
- 8 A religião segundo The Economist
 - 8.1 Número de adeptos por religião
- 9 Bibliografia
- 10 Referências
- 11 Ver também
- 12 Ligações externas

Etimologia

A palavra portuguesa *religião* deriva da palavra latina *religio*, mas desconhece-se ao certo que relações estabelece *religio* com outros vocábulos. Aparentemente no mundo latino anterior ao nascimento do cristianismo, *religio* referia-se a um estilo de comportamento marcado pela rigidez e pela precisão.



Vênus de Willendorf, do Paleolítico

A palavra "religião" foi usada durante séculos no contexto cultural da Europa, marcado pela presença do cristianismo que se apropriou do termo latino *religio*. Em outras civilizações não existe uma palavra equivalente. O hinduísmo antigo utilizava a palavra *rita* que apontava para a ordem cósmica do mundo, com a qual todos os seres deveriam estar harmonizados e que também se referia à correcta execução dos ritos pelos brâmanes. Mais tarde, o termo foi substituído por *dharma*, termo que atualmente é também usado pelo budismo e que exprime a idéia de uma lei divina e eterna. *Rita* relaciona-se também com a primeira manifestação humana de um sentimento religioso, a qual surgiu nos períodos Paleolítico e Neolítico, e que se expressava por um vínculo com a Terra e com a Natureza, os ciclos e a fertilidade. Nesse sentido, a adoração à Deusa mãe, à Mãe Terra ou Mãe Cósmica estabeleceu-se como a primeira religião humana. Em torno desse sentimento formaram-se sociedades matriarcais centradas na figura feminina e suas manifestações ^[1]. Ainda entre os hindus destaca-se a deusa Kali ou A negra como símbolo desta Mãe cósmica. Cada uma das civilizações antigas representaria a Deusa, com denominações variadas: Têmis (Gregos), Nu Kua (China), Tiamat (Babilônia) e Abismo (Bíblia).

Segundo o mitologista Joseph Campbell a mudança de uma idéia original da Deusa mãe identificada com a Natureza para um conceito de Deus deve-se aos hebreus e à organização patriarcal desta sociedade. O patriarcalismo formou-se a partir de dois eventos fundamentais: a atividade belicosa de pastoreio de gado bovino e caprino ^[2] e às constantes perseguições religiosas que desencadeavam o nomadismo e a perda de identidade territorial ^[3]. Herdado da cultura hebraica, patriarcado é uma palavra derivada do grego *pater*, e se refere a um território ou jurisdição governado por um patriarca; de onde a palavra pátria. Pátria relaciona-se ao conceito de país, do italiano *paese*, por sua vez originário do latim *pagus*, aldeia, donde também vem pagão. País, pátria, patriarcado e pagão tem a mesma raiz.

Historicamente foram propostas várias etimologias para a origem de *religio*. Cícero, na sua obra *De natura deorum*, (45 a.C.) afirma que o termo se refere a *relegere*, reler, sendo característico das pessoas religiosas prestarem muita atenção a tudo o que se relacionava com os deuses, relendo as escrituras. Esta proposta etimológica sublinha o carácter repetitivo do fenómeno religioso, bem como o aspecto intelectual. Mais tarde, Lactâncio (século III e IV d.C.) rejeita a interpretação de Cícero e afirma que o termo vem de *religare*, religar, argumentando que a religião é um laço de piedade que serve para religar os seres humanos a Deus.

No livro "A Cidade de Deus" Agostinho de Hipona (século IV d.C.) afirma que *religio* deriva de *religere*, "reeleger". Através da religião a humanidade reelegia de novo a Deus, do qual se tinha separado. Mais tarde, na obra *De vera religione* Agostinho retoma a interpretação de Lactânncio, que via em *religio* uma relação com "religar".

Macróbio (século V d.C.) considera que *religio* deriva de *relinquere*, algo que nos foi deixado pelos antepassados.

Independente da origem, o termo é adotado para designar qualquer conjunto de crenças e valores que compõem a fé de determinada pessoa ou conjunto de pessoas. Cada religião inspira certas normas e motiva certas práticas.

Palavras e Conceitos Relevantes

Existem termos que são ditos/escritos frequentemente no discurso religioso grego, romano, judeu e cristão. Entre eles estão: sacro e seus derivados (sacrar, sagrar, sacralizar, sacramentar, execrar), profano (profanar) e deus(es). O conceito desses termos varia bastante conforme a época e a religião de quem os emprega. Contudo, é possível ressaltar um mínimo comum à grande parte dos conceitos atribuídos aos termos.

Os religiosos gregos e romanos criam na existência de vários deuses; os judeus, maometanos e cristãos acreditam que há apenas uma divindade, um ser impassível de ser sentido pelos sensores humanos e que é capaz de provocar acontecimentos improváveis/impossíveis que podem favorecer ou prejudicar os homens. Para grande parte das religiões, as coisas e as ações se dividem entre sacras e profanas. Sacro é aquilo que mantém uma ligação/relação com o(s) deus(es). Frequentemente está relacionado ao conceito de moralidade. Profano é aquilo que não mantém nenhuma ligação com o(s) deus(es). Da mesma forma, para grande parte das religiões a imoralidade e o profano são correspondentes. Já o verbo "profanar" (tornar algo profano) é sempre tido como uma ação má pelos religiosos.

Conceito de Religião



Praça de São Pedro, no Vaticano

Dentro do que se define como *religião* pode-se encontrar muitas crenças e filosofias diferentes. As diversas religiões do mundo são de fato muito diferentes entre si. Porém

ainda assim é possível estabelecer uma característica em comum entre todas elas. É fato que toda religião possui um sistema de crenças no sobrenatural, geralmente envolvendo divindades ou deuses. As religiões costumam também possuir relatos sobre a origem do Universo, da Terra e do Homem, e o que acontece após a morte. A maior parte crê na vida após a morte.

A religião não é apenas um fenômeno individual, mas também um fenômeno social. A igreja, o *povo escolhido* (o povo judeu), o partido comunista, são exemplos de doutrinas que exigem não só uma fé individual, mas também adesão a um certo grupo social. Atendem, por exemplo, às perseguições do Partido Comunista Chinês à seita Falun Gong. O Partido Comunista Chinês entende que a religião não seja necessária a sociedade chinesa.



Pormenor de uma Bíblia do século XV

A idéia de **religião** com muita frequência contempla a existência de seres superiores que teriam influência ou poder de determinação no destino humano. Esses seres são principalmente deuses, que ficam no topo de um sistema que pode incluir várias categorias: anjos, demônios, elementais, semideuses, etc.

Outras definições mais amplas de religião dispensam a idéia de divindades e focalizam os papéis de desenvolvimento de valores morais, códigos de conduta e senso cooperativo em uma comunidade.

Ateísmo é a negação da existência de qualquer tipo de deus e da veracidade de qualquer religião teísta. Agnosticismo é a dúvida sobre a existência de deus e sobre a veracidade de qualquer religião teísta, por falta de provas favoráveis ou contrárias. Deísmo é a crença num deus que só pode ser conhecido através da razão, e não da fé e revelação.

Algumas religiões não consideram deidades, e podem ser consideradas como ateístas (apesar do ateísmo não ser uma religião, ele pode ser uma *característica* de uma religião). É o caso do budismo, do confucionismo e do taoísmo. Recentemente surgiram movimentos especificamente voltados para uma prática religiosa (ou similar) da parte de deístas, agnósticos e ateus - como exemplo podem ser citados o Humanismo Laico e o Unitário-Universalismo. Outros criarão sistemas filosóficos alternativos como August Comte fundador da Religião da Humanidade.

As religiões que afirmam a existência de deuses podem ser classificadas em dois tipos: monoteísta ou politeísta. As religiões monoteístas (monoteísmo) admitem somente a

existência de um único deus, um ser supremo. As religiões politeístas (politeísmo) admitem a existência de mais de um deus.

Atualmente, as religiões monoteístas são dominantes no mundo: judaísmo, cristianismo e Islão juntos agregam mais da metade dos seres humanos e quase a totalidade do mundo ocidental. A Fé Bahá'í é uma religião monoteísta.

Características das religiões



Peregrino islâmico no Masjid Al-Haram em Meca

Embora cada religião apresente elementos próprios, é também possível estabelecer uma série de elementos comuns às várias religiões e que podem permitir uma melhor compreensão do fenômeno religioso.

As religiões possuem grandes narrativas, que explicam o começo do mundo ou que legitimam a sua existência. O exemplo mais conhecido é talvez a narrativa do Gênesis na tradição judaica e cristã. Quanto à legitimação da existência e da validade de um sistema religioso, este costuma apelar a uma revelação ou à obtenção de uma sabedoria por parte de um fundador, como sucede no budismo, onde o Buda alcançou a iluminação enquanto meditava debaixo de uma figueira ou no Islão, em que Muhammad recebeu a revelação do Corão de Deus.

As religiões tendem igualmente a sacralizar determinados locais. Os motivos para essa sacralização são variados, podendo estar relacionados com determinado evento na história da religião (por exemplo, a importância do Muro das Lamentações no judaísmo) ou porque a esses locais são associados acontecimentos miraculosos (santuários católicos de Fátima ou de Lourdes) ou porque são marcos de eventos religiosos relacionados à mitologia da própria religião (monumentos megalíticos, como Stonehenge, no caso das religiões pagãs). Na antiga religião grega, os templos não eram locais para a prática religiosa, mas sim locais onde se acreditava que habitava a divindade, sendo por isso sagrados.

As religiões estabelecem que certos períodos temporais são especiais e dedicados a uma interação com o divino. Esses períodos podem ser anuais, mensais, semanais ou podem mesmo se desenrolar ao longo de um dia. Algumas religiões consideram que certos dias da semana são sagrados (Shabat no judaísmo ou o Domingo no cristianismo), outras marcam esses dias sagrados de acordo com fenômenos da natureza, como as fases da

lua, na religião Wicca, em que todo primeiro dia de lua cheia esbat é considerado sagrado. As religiões propõem festas ou períodos de jejum e meditação que se desenvolvem ao longo do ano.

O estudo da religião

História do estudo da religião

As primeiras reflexões sobre a religião foram feitas pelos antigos Gregos e Romanos. Xenofonte relativizou o fenómeno religioso, argumentando que cada cultura criava deuses à sua semelhança. O historiador grego Heródoto descreveu nas suas *Histórias* as várias práticas religiosas dos povos que encontrou durante as viagens que efectuou. Confrontado com as diferenças existentes entre a religião grega e a religião dos outros povos, tentou identificar alguns deuses das culturas estrangeiras com os deuses gregos. O sofista Protágoras declarou desconhecer se os deuses existiam ou não, posição que teve como consequências a sua expulsão de Atenas e o queimar de toda a sua obra. Crítias defendeu que a religião servia para disciplinar os seres humanos e fazer com que estes aderissem aos ideais da virtude e da justiça. Júlio César e o historiador Tácito descreveram nas suas obras as práticas religiosas dos povos que encontraram durante as suas conquistas militares.

Nos primeiros séculos da era actual, os autores cristãos produziram reflexões em torno da religião fruto dos ataques que experimentaram por parte dos autores pagãos. Estes criticavam o facto desta religião ser recente quando comparada com a antiguidade dos cultos pagãos. Como resposta a esta alegação, Eusébio de Cesareia e Agostinho de Hipona mostraram que o cristianismo se inseria na tradição das escrituras hebraicas, que relatavam a origem do mundo. Para os primeiros autores cristãos, a humanidade era de início monoteísta, mas tinha sido corrompida pelos cultos politeístas que identificavam como obra de Satanás.

Durante a Idade Média, os pensadores do mundo muçulmano revelaram um conhecimento mais profundo das religiões que os autores cristãos. Na Europa, as viagens de Marco Polo permitiram conhecer alguns aspectos das religiões da Ásia, porém a visão sobre as outras religiões era limitada: o judaísmo era condenado pelo facto dos judeus terem rejeitado Jesus como messias e o islão era visto como uma heresia.

O Renascimento foi um movimento cultural e artístico que procurava reviver os moldes da Antiguidade. Assim sendo, os antigos deuses dos gregos e dos romanos deixaram de ser vistos pela elite intelectual e artística como demónios, sendo representados e estudados pelos artistas que os representavam. Nicolau de Cusa realizou um estudo comparado entre o cristianismo e o islão em obras como *De pace fidei* e *Cribatio Alcorani*. Em Marsílio Ficino encontra-se um interesse em estudar as fontes das diferentes religiões; este autor via também uma continuidade no pensamento religioso. Giovanni Pico della Mirandola interessou-se pela tradição mística do judaísmo, a Cabala.

As descobertas e a expansão europeia pelos continentes, tiveram como consequência a exposição dos europeus a culturas e religiões que eram muito diferentes das suas. Os missionários cristãos realizaram descrições das várias religiões, entre as quais se

encontram as de Roberto de Nobili e Matteo Ricci, jesuítas que conheceram bem as culturas da Índia e da China, onde viveram durante anos.

Em 1724 Joseph François Lafitau, um padre jesuíta, publicou a obra *Moeurs des sauvages américains comparées aux mœurs des premiers temps* na qual comparava as religiões dos índios, a religião da Antiguidade Clássica e o catolicismo, tendo chegado à conclusão de que estas religiões derivavam de uma religião primordial.

Nos finais do século XVIII e no início do século XIX parte importante dos textos sagrados das religiões tinham já sido traduzidos nas principais línguas europeias. No século XIX ocorre também a estruturação da antropologia como ciência, tendo vários antropólogos se dedicado ao estudo das religiões dos povos tribais. Nesta época os investigadores reflectiram sobre as origens da religião, tendo alguns defendido um esquema evolutivo, no qual o animismo era a forma religiosa primordial, que depois evoluía para o politeísmo e mais tarde para o monoteísmo.

Abordagens disciplinares



Um feiticeiro dos Camarões

O estudo científico da religião é actualmente realizado por várias disciplinas das ciências sociais e humanas. A história das religiões, nascida na segunda metade do século XIX, estuda a religião recorrendo aos métodos da investigação histórica. Ela estuda o contexto cultural e político em que determinada tradição religiosa emergiu.

A Sociologia da Religião analisa as religiões como fenómenos sociais, procurando desvendar a influência dela na vida do indivíduo e da comunidade. A Sociologia da Religião tem como principais nomes Emile Durkheim, Karl Marx, Ernst Troeltsch, Max Weber e Peter Berger.

A Antropologia, tradicionalmente centrada no estudo dos povos sem escrita (embora os seus campos de estudo possam ser também as modernas sociedades capitalistas), desenvolveu igualmente uma área de estudo da religião, na qual se especulou sobre as origens e funções da religião. John Lubbock, no livro *The Origin of Civilization and the*

Primitive Condition of Man apresentou um esquema evolutivo da religião: do ateísmo (entendido como ausência de idéias religiosas), passa-se para o xamanismo, o antropomorfismo, o monoteísmo e finalmente para o monoteísmo ético. Esta visão evolucionista foi colocada em questão por outros investigadores, como E.B. Taylor que considerava o animismo como a primitiva forma de religião.

A Fenomenologia da Religião, que deriva da filosofia fenomenológica de Edmund Husserl, tenta captar o lado único da experiência religiosa. Utiliza como principal método científico a observação, explicando os mitos, os símbolos e os rituais. Ela procura compreender a religião do ponto de vista do crente, bem como o valor dessas crenças na vida do mesmo. Por estas razões evita os juízos de valores (conceito de *epoje* ou abandono de qualquer juízo de valor). Os principais nomes ligados à Fenomenologia da Religião são Nathan Soderblom, Garardus van der Leeuw, Rudolf Otto, Friedrich Heiler e Mircea Eliade.

Classificação das religiões

Classificação geográfica

Esta classificação procura agrupar as religiões com base em critérios geográficos, como a concentração numa determinada região ou o facto de certas religiões terem nascido na mesma região do mundo. As categorias mais empregues são as seguintes:

- Religiões do Médio Oriente: judaísmo, cristianismo, islão, zoroastrismo, fé bahá'í;
- Religiões do Extremo Oriente: confucionismo, taoísmo, budismo mahayana e xintoísmo;
- Religiões da Índia: hinduísmo, jainismo, budismo e siquismo;
- Religiões africanas: religiões dos povos tribais da África Negra;
- Religiões da Oceania: religiões dos povos das ilhas do Pacífico, da Austrália e da Nova Zelândia;
- Religiões da Antiga Grécia e Roma.

Esta classificação não se refere à forma como tais religiões estão distribuídas hoje pela Terra, mas às regiões onde elas surgiram. Fundamenta-se no facto de que as religiões paridas em regiões próximas mantêm também proximidades em relação aos seus credos, por exemplo: as religiões nascidas no Oriente Médio em geral são monoteístas e submetem seus crentes a forte regime de proibições e obrigações, sempre se utilizando de ameaças pós-mortem como a do inferno cristão. Já as religiões nascidas no Oriente Distante são ou politeístas ou espiritualistas (não pregam a existência de nenhum deus, mas acreditam em forças espirituais) e são mais flexíveis quanto suas normas morais.

A distribuição atual das religiões não corresponde às suas origens, já que algumas perderam força em suas regiões nativas e ganharam participação em outras partes do planeta, um exemplo básico é o cristianismo, que é minoritário no Oriente Médio (onde surgiu) e majoritário em todo o Ocidente e na Oceania (para onde migrou). Há ainda o caso das religiões greco-romanas que dominaram a Europa por séculos mas hoje são religiões mortas, provavelmente sem nenhum seguidor vivo em todo o planeta.

A religião no mundo contemporâneo



Adeptos do Cao Dai, uma religião sincrética surgida no século XX

Desde os finais do século XIX, e em particular desde a segunda metade do século XX, o papel da religião, bem como seu número de aderentes, se tem alterado profundamente.

Alguns países cuja tradição religiosa esteve historicamente ligada ao cristianismo, em concreto os países da Europa, experimentaram um significativo declínio da religião. Este declínio manifestou-se na diminuição do número de pessoas que frequenta serviços religiosos ou do número de pessoas que desejam abraçar uma vida monástica ou ligada ao sacerdócio.

Em contraste, nos Estados Unidos, na América Latina e na África subsariana, o cristianismo cresce significativamente; para alguns estudiosos estes locais serão num futuro próximo os novos centros desta religião. O islão é actualmente a religião que mais cresce em número de adeptos, que não se circunscrevem ao mundo árabe, mas também ao sudeste asiático, e a comunidades na Europa e no continente americano. O hinduísmo, o budismo e o xintoísmo tem a sua grande área de influência no Extremo Oriente, embora as duas primeiras tradições influenciem cada vez mais a espiritualidade dos habitantes do mundo ocidental. A Índia, onde cerca de 80% da população é hindu, é um dos países mais religiosos do mundo, ficando em segundo lugar após os Estados Unidos. As explicações para o crescimento das religiões nestas regiões incluem a desilusão com as grandes ideologias do século XIX e XX, como o nacionalismo e o socialismo.

Por outro lado, o mundo ocidental é marcado por práticas religiosas sincréticas, ligadas a uma "religião individual" de cada um faz para si e ao surgimento dos chamados "novos movimentos religiosos". Embora nem todos esses movimentos sejam assim tão recentes, o termo é usado para se referir a movimentos neocristãos (Movimento de Jesus), judaico-cristãos (Judeus por Jesus), movimentos de inspiração oriental (Movimento Hare Krishna) e a grupos que apelam ao desenvolvimento do potencial humano através por exemplo de técnicas de meditação (Meditação Transcendental).

Também presente na Europa e nos Estados Unidos da América é aquilo que os investigadores designam como uma "nebulosa místico-esotérica", que apela a práticas como o xamanismo, o tarot, a astrologia, os mistérios e cuja actividades giram em torno da organização de conferências, estágios, revistas e livros. Algumas das características desta nebulosa místico-esotérica são as centralidades do indivíduo que deve percorrer um caminho pessoal de aperfeiçoamento através da utilização de práticas como o ioga, a meditação, a ideia de que todas as religiões podem convergir, o desejo de paz mundial e do surgimento de uma nova era marcada por um nível superior de consciência.

A religião segundo *The Economist*

Em 23 de dezembro de 1999 em seu número especial por ocasião da mudança do milênio publicou uma nota necrológica de Deus ^[4], agora vem de confessar que agiu precipitadamente. Num longo noticiário de 3 de novembro de 2007 reconhece que contra o prognóstico laicista ou secularista, a fé sobrevive e vem dando mostras, nos últimos anos, de uma energia renovada e com influência cada vez maior nos assuntos do planeta. Conclui que para um político ou estadista seria um erro muito perigoso ignorar ou legar a um segundo plano a religião.^[5] A temática em torno de religião e sobre Deus também tomou conta do debate político nos Estados Unidos em 2007 e ganhou espaço na campanha eleitoral, candidatos são obrigados a responder perguntas sobre religião e se vêm compelidos a participar de cultos.^[6]

Número de adeptos por religião

(Segundo Adherents.com) ^[7]	(Segundo Gordon Conwell Theological Seminary) ^[8]
<ul style="list-style-type: none"> • <u>Cristianismo</u> : 2100 milhões • <u>Islão</u>: 1500 milhões • <u>Ateus/agnósticos/sem religião</u>: 1100 milhões • <u>Hinduísmo</u>: 900 milhões • <u>Religiões tradicionais chinesas</u>: 394 milhões • <u>Budismo</u>: 376 milhões • <u>Religiões tradicionais africanas</u>: 100 milhões • <u>Sikhismo</u>: 23 milhões • <u>Judaísmo</u>: 14 milhões • <u>Espiritismo</u>: 15 milhões • <u>Fé Baha'i</u>: 7 milhões • <u>Jainismo</u>: 4,2 milhões 	<ul style="list-style-type: none"> • <u>Cristianismo</u>: 2100 milhões • <u>Islão</u>: 1300 milhões • <u>Hinduísmo</u>: 870 milhões • <u>Sem religião</u>: 769 milhões • <u>Religiões tradicionais chinesas</u>: 405 milhões • <u>Protestantismo</u>: 375 milhões • <u>Cristianismo Ortodoxo</u>: 220 milhões • <u>Anglicanismo</u>: 80 milhões • <u>Cristãos independentes</u>: 430 milhões • <u>Budismo</u>: 379 milhões • <u>Sikhismo</u>: 25 milhões • <u>Judaísmo</u>: 15 milhões • <u>Religiões tradicionais africanas</u>: 100 milhões • <u>Novas religiões</u>: 108 milhões

Bibliografia

- FILORAMO, Giovanni; PRANDI, Carlo - *As Ciências das Religiões*. São Paulo: Paulus, 1999. ISBN 85-349-1460-5
- DELUMEAU, Jean (dir.) - *As Grandes Religiões do Mundo*. Lisboa: Editorial Presença, 1997. ISBN 972-23-2241-9.
- MARQUES, Leonado A. *História das Religiões e a Dialética do Sagrado*. Madras, 2005. ISBN 8573749520

Referências

1. ↑ [UFPB, Revista Artemis](#)
2. ↑ [Tu és isso](#)
3. ↑ [Desvendando a sexualidade, César A. Nunes](#)
4. ↑ [After a lengthy career, the Almighty recently passed into history. Or did he? The Economist \(23 de Dezembro de 1999\)](#). Página visitada em 21 de novembro de 2008.
5. ↑ [In God's name The Economist \(1 de Novembro de 2007\)](#). Página visitada em 21 de novembro de 2008.
6. ↑ [Deus domina o debate político Le Monde \(26 de Dezembro de 2007\)](#). Página visitada em 21 de novembro de 2008.
7. ↑ [Major Religions of the World Ranked by Number of Adherents \(Agosto de 2007\)](#). Página visitada em 13 de junho de 2009.
8. ↑ David B. Barrett & Todd M. Johnson. (Janeiro de 2008). [GCTS: Global Christianity International Bulletin of Missionary Research](#). Página visitada em 21 de novembro de 2008.

Cristianismo

Cristianismo (do grego Χριστός, "Cristo") é uma religião monoteísta^[1] centrada na vida e nos ensinamentos de Jesus de Nazaré, tais como são apresentados no Novo Testamento.^[2] A fé cristã acredita essencialmente em Jesus como o Cristo, Filho de Deus, Salvador e Senhor.^[3]

Os seguidores do cristianismo, conhecidos como crístãos,^[4] acreditam que Jesus seja o Messias profetizado na Bíblia Hebraica (a parte das escrituras comum tanto ao cristianismo quanto ao judaísmo). A teologia cristã ortodoxa alega que Jesus teria sofrido, morrido e ressuscitado para abrir o caminho para o céu aos humanos,^[5] os crístãos acreditam que Jesus teria ascendido aos céus, e a maior parte das denominações ensina que Jesus irá retornar para julgar todos os seres humanos, vivos e mortos, e conceder a imortalidade aos seus seguidores. Jesus também é considerado para os crístãos como modelo de uma vida virtuosa, e tanto como o revelador quanto a encarnação de Deus.^[6] Os crístãos chamam a mensagem de Jesus Cristo de Evangelho ("Boas Novas"), e por isto referem-se aos primeiros relatos de seu ministério como evangelhos.

O cristianismo se iniciou como uma seita judaica^{[7][8]} e, como tal, da mesma maneira que o próprio judaísmo ou o islamismo, é classificada como uma religião abraâmica (ver também judaico-cristão).^{[9][10][11]} Após se originar no Mediterrâneo Oriental, rapidamente se expandiu em abrangência e influência, ao longo de poucas décadas; no século IV já havia se tornado a religião dominante no Império Romano. Durante a Idade Média a maior parte da Europa foi cristianizada, e os crístãos também seguiram sendo uma significativa minoria religiosa no Oriente Médio, Norte da África e em partes da Índia.^[12] Depois da Era das Descobertas, através de trabalho missionário e da colonização, o cristianismo se espalhou para as Américas e pelo resto do mundo.

O cristianismo desempenhou um papel de destaque na formação da civilização ocidental pelo menos desde o século IV.^[13] A primeira nação a adotar o cristianismo como religião oficial foi a Armênia, fundando a Igreja Ortodoxa Armênia, em 301.

No início do século XXI o cristianismo conta com entre 1,5 bilhão^{[14][15]} e 2,1 bilhões de seguidores,^[16] representando cerca de um quarto a um terço da população mundial, e é uma das maiores religiões do mundo.^[17] O cristianismo também é a religião de Estado de diversos países.^[18]

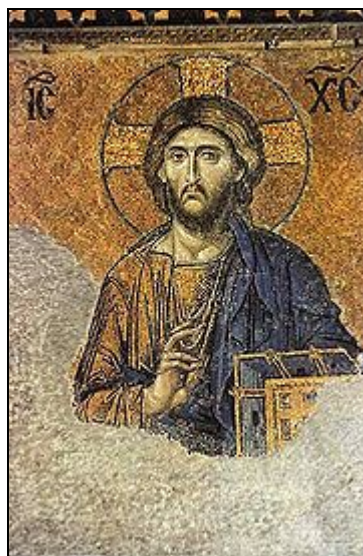
Índice

- 1 Principais crenças
 - 1.1 Monoteísmo
 - 1.2 Jesus
 - 1.3 A salvação
 - 1.4 A vida depois da morte
 - 1.5 A Igreja
- 2 Diferenças nas crenças

- 2.1 O Credo de Nicéia
- 2.2 Outros textos considerados sagrados
- 3 Origem
- 4 Denominações cristãs
- 5 Concepções religiosas e filosóficas
- 6 Formas de culto
- 7 Símbolos
- 8 Calendário litúrgico e festividades
- 9 O cristianismo no mundo de hoje
- 10 Bibliografia
- 11 Referências

Principais crenças

Embora existam diferenças entre os cristãos sobre a forma como interpretam certos aspectos da sua religião, é também possível apresentar um conjunto de crenças que são compartilhadas pela maioria deles.



Os ensinamentos de Jesus de Nazaré influenciaram o surgimento do cristianismo e de várias outras religiões.

Monoteísmo

O cristianismo herdou do judaísmo a crença na existência de um único Deus, criador do universo e que pode intervir sobre ele. Os seus atributos mais importantes são por isso a onipotência, a onipresença e onisciência.

Outro dos atributos mais importantes de Deus, referido várias vezes ao longo do Novo Testamento, é o amor: Deus ama todas as pessoas e estas podem estabelecer uma relação pessoal com ele através da oração.

A maioria das denominações cristãs professa crer na Santíssima Trindade, isto é, que Deus é um ser eterno que existe como três pessoas eternas, distintas e indivisíveis: o Pai, o Filho e o Espírito Santo.

A doutrina das denominações cristãs difere do monoteísmo judaico visto que no judaísmo não existem três pessoas da Divindade, há apenas um único Deus, e o Messias que virá será um homem, descendente do rei David.

Jesus

Outro ponto crucial para os cristãos é o da centralidade da figura de Jesus Cristo. Os cristãos reconhecem a importância dos ensinamentos morais de Jesus, entre os quais salientam o amor a Deus e o amor ao próximo, e consideram a sua vida como um exemplo a seguir. O cristianismo reconhece Jesus como o Filho de Deus que veio à Terra libertar os seres humanos do pecado através da sua morte na cruz e da sua ressurreição, embora variem entre si quanto ao significado desta salvação e como ela se dará. Para a maioria dos cristãos, Jesus é completamente divino e completamente humano. Há no entanto, uma recorrente discussão sobre a divindade de Jesus. Aqueles que questionam a divindade de Cristo argumentam que ele jamais teria afirmado isso expressamente. Os que defendem a divindade de Cristo, por sua vez, valem-se de versículos que, através da postura de Jesus e dentro do próprio contexto cultural judaico da época, deixariam clara sua condição divina^{[19][20]}.

A salvação

O cristianismo acredita que a fé em Jesus Cristo proporciona aos seres humanos a salvação e a vida eterna.^[21], mas vale lembrar que biblicamente, as obras não são capazes de dar a uma pessoa a Vida Eterna, a única maneira de alcançar a Salvação é dando crédito à obra da cruz realizada pelo que os cristãos acreditam ser o filho de Deus, a saber Jesus Cristo.

A vida depois da morte

A visão de determinadas religiões cristãs sobre a vida depois da morte envolve, de uma maneira geral, a crença no céu e no inferno. A Igreja Católica considera que para além destas duas realidades existe o purgatório, um local de purificação onde ficam as almas que morreram em estado de graça, mas que cometeram pecados.

A Igreja

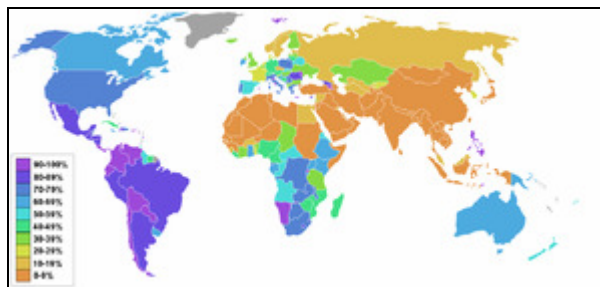
O cristianismo acredita na Igreja (ekklesia), palavra de origem grega que significa "assembléia", entendida como a comunidade de todos os cristãos e como corpo místico de Cristo presente na Terra e sua continuidade. As principais igrejas ligadas ao cristianismo são: a Igreja Católica, as Igrejas Protestantes e a Igreja Ortodoxa.

Diferenças nas crenças

O Credo de Nicéia

O Credo de Nicéia, formulado nos concílios de Nicéia e Constantinopla, foi ratificado como credo universal da Cristandade no Concílio de Éfeso de 431. Os cristãos ortodoxos orientais não incluem no credo a cláusula filioque, que foi acrescentada pela Igreja Católica mais tarde.

As crenças principais declaradas no Credo de Nicéia são:



Porcentagem de cristãos por país.

- A crença na Trindade;
- Jesus é simultaneamente divino e humano;
- A salvação é possível através da pessoa, vida e obra de Jesus;
- Jesus Cristo foi concebido de forma virginal, foi crucificado, ressuscitou, ascendeu ao céu e virá de novo à Terra;
- A remissão dos pecados é possível através do batismo (br-batismo);
- Os mortos ressuscitarão.

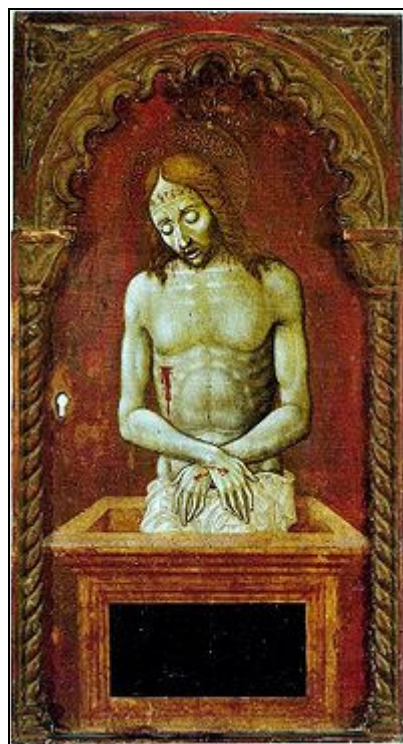
Na altura em que foi formulado, o Credo de Niceia procurou lidar directamente com crenças que seriam consideradas heréticas, como o arianismo, que negava que o Pai e Filho eram da mesma substância, ou o gnosticismo.

A maior parte das igrejas protestantes partilham com a Igreja Católica a crença no Credo de Nicéia.

Outros textos considerados sagrados

Alguns cristãos consideram que determinados escritos, para além dos que fazem parte da Bíblia, foram divinamente inspirados. Os membros da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias atribuem a três livros a qualidade de terem sido inspirados por Deus; esses livros são o Livro de Mórmon, a Doutrina e Convénios e a Pérola de Grande Valor. Para os Adventistas do Sétimo Dia os escritos de Ellen G. White são uma manifestação profética que, contudo, não se encontra ao mesmo nível que a Bíblia.

Origem



Niccolò di Liberatore. *Vir Dolorum (Cristo Morto no Sarcófago)*, 1480-1500

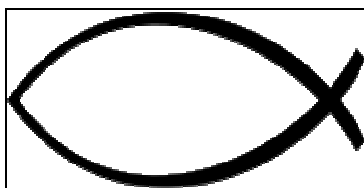
Segundo a religião judaica, o Messias, um descendente do Rei Davi, iria um dia aparecer e restaurar o Reino de Israel. Na Palestina, por volta de 26 d.C., Jesus Cristo, nascido na cidade de Belém na Galileia começou a pregar uma nova doutrina e atrair seguidores, sendo aclamado por alguns como o Messias. Jesus foi rejeitado, tido por apóstata pelas autoridades judaicas. Foi condenado por blasfêmia e executado pelos romanos como um líder rebelde. Seus seguidores enfrentaram dura oposição político-religiosa, tendo sido perseguidos e martirizados, pelos líderes religiosos judeus, e, mais tarde, pelo Estado Romano.

Com a morte e ressurreição de Jesus, os apóstolos, principais testemunhas da sua vida, reúnem-se numa comunidade religiosa composta essencialmente por judeus e centrada na cidade de Jerusalém. Esta comunidade praticava a comunhão dos bens, celebrava a "partilha do pão" em memória da última refeição tomada por Jesus e administrava o baptismo aos novos convertidos. A partir de Jerusalém, os apóstolos partiram para pregar a nova mensagem, anunciando a nova religião inclusive aos que eram rejeitados pelo judaísmo oficial. Assim, Filipe prega aos Samaritanos, o eunuco da rainha da Etiópia é baptizado, bem como o centurião Cornélio. Em Antioquia, os discípulos abordam pela primeira vez os pagãos e passam a ser conhecidos como cristãos.

Paulo de Tarso não se contava entre os apóstolos originais, ele era um judeu fariseu que perseguiu inicialmente os primeiros cristãos. No entanto, ele tornou-se depois um cristão e um dos seus maiores, senão o maior missionário depois de Jesus Cristo. Boa parte do Novo Testamento foi escrito ou por ele (as epístolas) ou por seus cooperadores (o evangelho de Lucas e os actos dos apóstolos). Paulo afirmou que a salvação dependia da fé em Cristo. Entre 44 e 58 ele fez três grandes viagens missionárias que levaram a

nova doutrina aos gentios e judeus da Ásia Menor e de vários pontos da Europa, entre eles Roma.

Nas primeiras comunidades cristãs a coabitação entre os cristãos oriundos do paganismo e os oriundos do judaísmo gerava por vezes conflitos. Alguns dos últimos permaneciam fiéis às restrições alimentares e recusavam-se a sentar-se à mesa com os primeiros. Na Assembleia de Jerusalém, em 48, decide-se que os cristãos ex-pagãos não serão sujeitos à circuncisão, mas para se sentarem à mesa com os cristãos de origem judaica devem abster-se de comer carne com sangue ou carne sacrificada aos ídolos. Consagra-se assim a primeira ruptura com o judaísmo.



Peixe - Símbolo Cristão Primitivo, 2.º Século d.C. - Hoje símbolo principal das denominações da Igreja Evangélica

Na época, a visão de mundo monoteísta do judaísmo era atrativa para alguns dos cidadãos do mundo romano, mas costumes como a circuncisão, as regras de alimentação incômodas, e a forte identificação dos judeus como um grupo étnico (e não apenas religioso) funcionavam como barreiras dificultando a conversão dos homens. Através da influência de Paulo, o Cristianismo simplificou os costumes judaicos aos quais os gentios não se habituavam enquanto manteve os motivos de atração. Alguns autores defendem que essa mudança pode ter sido um dos grandes motivos da rápida expansão do cristianismo.

Outros autores entendem a ruptura com os ritos judaicos mais como uma consequência da expansão do cristianismo entre os não-judeus do que como sua causa. Estes invocam outros fatores e características como causa da expansão cristã, por exemplo: a natureza da fé cristã que propõe que a mensagem de Deus destina-se a toda a humanidade e não apenas ao seu povo escolhido; a fuga da perseguição religiosa empreendida inicialmente por judeus conservadores, e posteriormente pelo Estado Romano; o espírito missionário dos primeiros cristãos com sua determinação em divulgar o que Cristo havia ensinado a tantas pessoas quantas conseguissem.

A narrativa da perseguição religiosa, da dispersão dela decorrente, da expansão do cristianismo entre não-judeus e da subsequente abolição da obrigatoriedade dos ritos judaicos pode ser lida no livro de Atos dos Apóstolos. De resto, os cristãos adotam as regras e os princípios do Antigo Testamento, livro sagrado dos Judeus.

Em Junho do ano 66 inicia-se a revolta judaica. Em Setembro do mesmo ano a comunidade cristã de Jerusalém decide separar-se dos judeus insurrectos, seguindo a advertência dada por Jesus de que quando Jerusalém fosse cercada por exércitos a desolação dela estaria próxima, e exila-se em Pela, na Transjordânia, o que representa o segundo momento de ruptura com o judaísmo.



A crucificação de Jesus Cristo por Diego Velázquez

Após a derrota dos judeus em 70, cristãos e outros grupos judeus trilham caminhos cada vez mais separados. Para o Cristianismo o período que se abre em 70 e que segue até aproximadamente 135 caracteriza-se pela definição da moral e fé cristã, bem como de organização da hierarquia e da liturgia. No Oriente, estabelece-se o episcopado monárquico: a comunidade é chefiada por um bispo, rodeado pelo seu presbitério e assistido por diáconos.

Gradualmente, o sucesso do Cristianismo junto das elites romanas fez deste um rival da religião estabelecida. Embora desde 64, quando Nero mandou supliciar os cristãos de Roma, se tivessem verificado perseguições ao Cristianismo, estas eram irregulares. As perseguições organizadas contra os cristãos surgem a partir do século II: em 112 Trajano fixa o procedimento contra os cristãos. Para além de Trajano, as principais perseguições foram ordenadas pelos imperadores Marco Aurélio, Décio, Valeriano e Diocleciano. Os cristãos eram acusados de superstição e de ódio ao género humano. Se fossem cidadãos romanos eram decapitados; se não, podiam ser atirados às feras ou enviados para trabalhar nas minas.

Durante a segunda metade do século II assiste-se também ao desenvolvimento das primeiras heresias. Tatiano, um cristão de origem síria convertido em Roma, cria uma seita gnóstica que reprovava o casamento e que celebrava a eucaristia com água em vez de vinho. Marcião rejeitava o Antigo Testamento, opondo o Deus vingador dos judeus, ao Deus bondoso do Novo Testamento, apresentado por Cristo; ele elaborou um Livro Sagrado feito a partir de passagens retiradas do Evangelho de Lucas e das epístolas de Paulo. À medida que o Cristianismo criava raízes mais fortes na parte ocidental do Império Romano, o latim passa a ser usado como língua sagrada (nas comunidades do Oriente usava-se o grego).

A ascensão do imperador romano Constantino representou um ponto de virada para o Cristianismo. Em 313 ele publica o Édito de Tolerância (ou Édito de Milão) através do qual o Cristianismo é reconhecido como uma religião do Império, e concede a liberdade religiosa aos cristãos. A Igreja pode possuir bens e receber donativos e legados. É também reconhecida a jurisdição dos bispos.

A questão da conversão de Constantino ao Cristianismo é um tema de profundo debate entre os historiadores, mas em geral aceita-se que a sua conversão ocorreu gradualmente. Constantino estipula o descanso dominical, proíbe a feitiçaria e limita as manifestações do culto imperial. Ele também mandou construir em Roma uma basílica no local onde, supostamente, o apóstolo Pedro estava sepultado e, influenciado pela sua mãe, a imperatriz Helena, ordena a construção em Jerusalém da Basílica do Santo Sepulcro e da Igreja da Natividade em Belém.

Constantino quis também intervir nas querelas teológicas que na altura marcavam o Cristianismo. Luta contra o arianismo, uma doutrina que negava a divindade de Cristo, oficialmente condenada no Concílio de Niceia (325), onde também se definiu o Credo cristão.

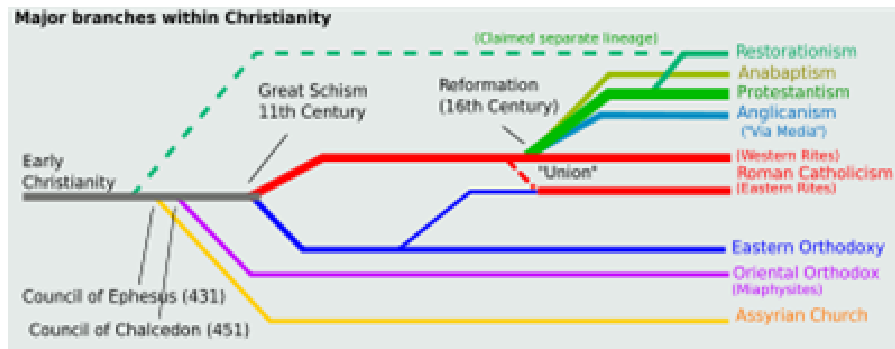
Mais tarde, nos anos de 391 e 392, o imperador Teodósio I combate o paganismo, proibindo o seu culto e proclamando o Cristianismo religião oficial do Império Romano.

O lado ocidental do Império caíria em 476, ano da deposição do último imperador romano pelo "bárbaro" germânico Odoacro, mas o Cristianismo permaneceria triunfante em grande parte da Europa, até porque alguns bárbaros já estavam convertidos ao Cristianismo ou viriam a converter-se nas décadas seguintes. O Império Romano teve desta forma um papel instrumental na expansão do Cristianismo.

Do mesmo modo, o cristianismo teve um papel proeminente na manutenção da civilização europeia. A Igreja, única organização que não se desintegrou no processo de dissolução da parte ocidental do império, começou lentamente a tomar o lugar das instituições romanas ocidentais, chegando mesmo a negociar a segurança de Roma durante as invasões do século V. A Igreja também manteve o que restou de força intelectual, especialmente através da vida monástica.

Embora fosse unida lingüisticamente, a parte *ocidental* do Império Romano jamais obtivera a mesma coesão da parte oriental (grega). Havia nele um grande número de culturas diferentes que haviam sido assimiladas apenas de maneira incompleta pela cultura romana. Mas enquanto os bárbaros invadiam, muitos passaram a comungar da fé cristã. Por volta dos séculos IV e X, todo o território que antes pertencera ao ocidente romano havia se convertido ao cristianismo e era liderado pelo Papa. Missionários cristãos avançaram ainda mais ao norte da Europa, chegando a terras jamais conquistadas por Roma, obtendo a integração definitiva dos povos germânicos e eslavos.

Denominações cristãs



Os mais importantes ramos do Cristianismo

(Verdade progressiva)

Restauracionismo

Anabaptistas

Protestantismo

Anglicanismo

(Rito latino)

Igreja Católica

(Ritos orientais)

Igreja Ortodoxa

Igrejas não-calcedonianas

Nestorianismo

(Inclui a Igreja Assíria Oriental)

Reforma

(século XVI)

Cisma do Oriente

(século XI)

Concílio de Éfeso 431

Concílio de Calcedónia 451

Cristianismo Primitivo

"União"

No cristianismo existem numerosas tradições e denominações, que reflectem diferenças doutrinárias por vezes relacionadas com a cultura e os diferentes contextos locais em que estas se desenvolveram. Segundo a edição de 2001 da *World Christian Encyclopedia* existem 33 830 denominações cristãs. Desde a Reforma o cristianismo é dividido em três grandes ramos:

- **Catolicismo**: composto pela Igreja Católica Apostólica e que hoje congrega o maior número de fiéis;
- **Ortodoxia**: originária do grande Cisma do Oriente (séc. XI) e é constituída por duas grandes Igrejas ortodoxas - a grega e a rusa - que apresentam algumas diferenças entre si, nomeadamente a língua usada na liturgia.
- **Protestantismo**: originária da segunda grande cisma cristã (Reforma Protestante) de Martinho Lutero, no século XVI, e engloba grande número de movimentos e denominações distintas. Atualmente a Igreja Protestante (também chamada Igreja Evangélica) pode ser dividida em três vertentes:

- **Denominações históricas:** resultado directo da reforma protestante. Destacam-se nesta vertente os luteranos, anglicanos, presbiterianos, metodistas e batistas.
- **Denominações pentecostais:** originárias em movimento do início do século XX é baseado na crença na presença do Espírito Santo na vida do crente através de sinais, denominados por estes como dons do Espírito Santo, tais como falar em línguas estranhas (glossolalia), curas, milagres, visões etc. Destacam-se nesta vertente Assembléia de Deus, Igreja Presbiteriana Renovada, O Brasil para Cristo, Congregação Cristã, Igreja Cristã Maranata e a Igreja do Evangelho Quadrangular.
- **Denominações neopentecostais:** originárias na segunda metade do século XX de avanço das igrejas pentecostais, não configuram uma categoria homogêna possuindo muita variedade nesse meio. Algumas possuem aceitação de músicas de vários estilos, outras adquiriram o formato G-12. Destacam-se nesta vertente a Igreja Universal do Reino de Deus, Igreja Apostólica Renascer em Cristo, Igreja Apostólica Fonte da Vida, Igreja Internacional da Graça de Deus, Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra, Igreja Evangélica Cristo Vive, Ministério Internacional da Restauração, Igreja de Nova Vida, Igreja Nacional do Senhor Jesus Cristo, Igreja Bola de Neve e a Igreja Unida. É o ramo que mais cresce no Brasil e no mundo.

Além desses três ramos majoritários, ainda existem outros segmentos minoritários do Cristianismo. Em geral se enquadram em uma das seguintes categorias:

- **Restauracionismo:** são doutrinas surgidas após a Reforma Protestante cujas bases derogam as de todas as outras tradições cristãs, basicamente tendo como ponto em comum apenas a crença em Jesus Cristo. A maioria deles não se considera propriamente "protestante" ou "evangélico" por possuírem grandes divergências teológicas. Nesta categoria estão enquadradas a Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, a Igreja Adventista do Sétimo Dia e as Testemunhas de Jeová, entre outras denominações. Quanto às Testemunhas de Jeová, embora afirmem ser cristãs, também não se consideram parte do protestantismo. Os testemunhas aceitam a Jesus como criatura, de natureza divina, seu líder e resgatador, rejeitando, no entanto a crença na Trindade e ensinando que Cristo é o filho do único Deus, Jeová, não crendo que Jesus é Deus.
- **Cristianismo primitivo:** são as Igrejas cujas bases são anteriores ao estabelecimento do catolicismo e da ortodoxia. É o caso das Igrejas não-calcedonianas (ex: Igreja Ortodoxa Copta, Igreja Ortodoxa Armênia); e da Igreja Assíria do Oriente (Nestoriana).
- **Cristianismo esotérico:** é a parte mística do Cristianismo, e compreende as escolas cristãs de mistérios e sincretismo religioso. A este ramo pertence o Gnosticismo que é uma crença com raízes antecedentes ao próprio cristianismo e que tem características da ciência egípcia e da filosofia grega. O Rosacrucianismo também se enquadra nessa vertente sendo uma ciência oculta cristã que ressalta as boas ações por meio da fraternidade.
- **Espiritismo:** algumas vezes é contestado como sendo uma vertente do Cristianismo. Os simplesmente espíritas não acreditam que uma pessoa ou ser, como Jesus Cristo, pode redimir "os pecados" de uma outra, contudo para a

maior parte dos adeptos do espiritismo a obra de Allan Kardec constitui uma nova forma de cristianismo, ou então um resgate do cristianismo primitivo, que não inclui os dogmas adicionados pela Igreja Católica em seus diversos Concílios. Inclusive, um dos seus livros fundantes é denominado de *O Evangelho Segundo o Espiritismo*. Esse livro apresenta uma reinterpretação de aspectos da filosofia e moral cristã, crendo em parte na Bíblia Sagrada.

Concepções religiosas e filosóficas

O Cristianismo prega o amor a Deus e ao próximo como o seu fundamento espiritual. De facto estas atitudes não constituem dois mandamentos separados (1º a Deus e 2º ao próximo), mas sim um só em que nenhuma das partes pode ser excluída. A salvação espiritual é oferecida gratuitamente a quem deseja aceitá-la buscando a Deus na figura de seu filho Jesus e que a busca de Deus é uma experiência transformadora da natureza humana.

Podemos considerar três períodos que definem a concepção e filosofia do Cristianismo:

1. Cristianismo primitivo: caracterizado por uma heterogeneidade de concepções;
2. Patrística: ocorrida no período entre os séculos II e VIII, com a transformação da nova religião em uma Igreja oficial do Império Romano fundada por Constantino e a formação de um clero institucionalizado, e cujo doutrinário expoente foi Santo Agostinho;
3. Escolástica: a partir do século VIII e cujo expoente foi São Tomás de Aquino, que afirmou que fé e razão podem ser conciliadas, sendo a razão um meio de entender a fé.

A partir do protestantismo, é necessário fazer uma diferenciação entre a história e concepção da Igreja Católica e das diversas denominações evangélicas que se formaram.

Formas de culto

As formas de culto do cristianismo envolvem a oração, a leitura de passagens da Bíblia, o canto de hinos, a cerimónia da eucaristia (católicos e ortodoxos) e a audição de um sermão dito pelo sacerdote ou ministro. A maioria das denominações cristãs considera o Domingo como dia dedicado ao culto (há minorias que consideram o Sábado). É um dia dedicado ao descanso, no qual os cristãos reúnem-se para o culto, embora a devoção e oração individual em qualquer outro dia da semana sejam também valorizadas no cristianismo.

Os católicos e os ortodoxos interpretam as formas de culto (ou missa, para o catolicismo) cristãs em termos de sete sacramentos, considerados como graças divinas:

- Batismo
- Eucaristia
- Matrimónio
- Confirmação ou crisma
- Penitência

- Extrema unção ou Unção dos enfermos
- Ordem

Os protestantes não têm os sacramentos pelo catolicismo, mas eles utilizam de passagens bíblicas para os cultos, como:

- Batismo (para a maioria das denominações, apenas em adultos);
- Santa Ceia (não aceitando a eucaristia, voltando ao padrão bíblico "PÃO" E "VINHO", ambos aceitos apenas como símbolos).
- etc

Símbolos



O Bom Pastor, mausoléu de Galla Placidia, Ravena, Itália. Início do século V d.C..

O símbolo mais reconhecido do cristianismo é sem dúvida a cruz, que pode apresentar uma grande variedade de formas de acordo com a denominação: crucifixo para os católicos, a cruz de oito braços para os ortodoxos e uma simples cruz para os protestantes evangélicos.

Outro símbolo cristão, que remonta aos começos da religião, é o *Ichthys* ou peixe estilizado (a palavra *Ichthys* significa peixe em grego, sendo também um acrônimo de *Iesus Christus Theou Yicus Soter*, "Jesus Cristo filho de Deus Salvador"), hoje sempre visto no protestantismo. Outros símbolos do cristianismo primitivo, por vezes ainda utilizados, eram o Alfa e o Ómega (primeira e última letras do alfabeto grego, em referência ao facto de Cristo ser o princípio e o fim de todas as coisas), a âncora (representando a salvação da alma chegada ao bom porto) e o "Bom Pastor", a representação de Cristo como um pastor com as suas ovelhas.

Calendário litúrgico e festividades

Os cristãos atribuem a determinado dias do calendário uma importância religiosa. Estes dias estão ligados à vida de Jesus Cristo ou à história dos primórdios do movimento cristão.

O calendário litúrgico cristão inclui as seguintes festas:

- Advento: período constituído pelas quatro semanas antes do Natal, entendidas como época de preparação para a celebração do nascimento de Jesus Cristo;
- Natal: celebração do nascimento de Jesus;

- Epifania: para os católicos, celebra a adoração de Jesus Cristo pelos Reis Magos, enquanto que para os cristãos ortodoxos o seu baptismo. Acontece doze dias após o Natal;
- Sexta-feira Santa: morte de Jesus,
- Domingo de Páscoa: ressurreição de Jesus;
- Ascensão: ascensão de Jesus ao céu. Acontece quarenta dias após o Domingo de Páscoa;
- Pentecostes: celebração do aparecimento do Espírito Santo aos cristãos. Ocorre cinquenta dias após o Domingo de Páscoa.

Alguns dias têm uma data fixa no calendário (como o Natal, celebrado a 25 de Dezembro), enquanto que outros se movem ao longo de várias datas. O período mais importante do calendário litúrgico é a Páscoa, que é uma festa móvel. Nem todas as denominações cristãs concordam em relação a que datas atribuir importância. Por exemplo, o Dia de Todos-os-Santos é celebrado pela Igreja Católica e pela Igreja Anglicana a 1 de Novembro, enquanto que para a Igreja Ortodoxa a data é celebrada no primeiro Domingo depois do Pentecostes; outras denominações cristãs não celebram sequer este dia. De igual forma, alguns grupos cristãos recusam celebrar o Natal uma vez que consideram ter origens pagãs.

O cristianismo no mundo de hoje

O cristianismo é atualmente a religião com maior número de adeptos, seguida do islão^[22]. Presente em todos os continentes, apresenta tendências de desenvolvimento diferente em cada um deles.

No início do século XX, a maioria dos cristãos estava concentrada na Europa; por volta da década de setenta do século XX, tinha diminuído consideravelmente o número de cristãos na Europa, sendo atualmente a América Latina e África os dois centros mundiais do cristianismo.

O cristianismo chegou ao continente americano com as conquistas espanholas e portuguesas do século XVI. Os primeiros missionários católicos na América, preocupados com a conversão das populações, não se importaram com as culturas locais indígenas, que foram devastadas. No século XIX a independência dos países latino-americanos em relação a Espanha e Portugal, foi acompanhada de uma redução gradual da influência da Igreja Católica. Contudo, durante o século XX o catolicismo desempenhou um papel político na América Latina, detectável em movimentos como a Teologia da Libertação. Atualmente, o catolicismo perde terreno na América Latina a favor de movimentos protestantes de carácter pentecostalista.

Na África o cristianismo tem raízes mais antigas. Antes do surgimento do islão no século VII, o norte de África estava religiosamente integrado na esfera cristã. O islão e o cristianismo tiveram dificuldades em penetrar completamente na África Negra. Foi, sobretudo no século XIX, com o estabelecimento de missões protestantes (anglicanas e metodistas) em África, que o cristianismo penetrou no continente. Na segunda metade do século XX seria a vez do catolicismo. Hoje em dia, o catolicismo é a denominação com maior número de adeptos na maioria dos países africanos, com uma população de mais de 150 milhões de pessoas. No continente africano também surgiram igrejas cristãs

independentes das tradições europeias, que misturam elementos do cristianismo com elementos da cultura local, como o culto dos antepassados, a feiticeira e a poligamia.

Bibliografia


- CAIRNS Earle E., **O Cristianismo através dos séculos: Uma história da Igreja Cristã**, Edições Vida Nova, São Paulo, ISBN 8527503853
- GONZALES Justo L., **Uma História ilustrada do Cristianismo**, coleção em 10 volumes, Edições Vida Nova, São Paulo - ISBN 8527500395 (Volume 1)
- LEBRUN, François (dir.), **As Grandes Datas do Cristianismo**. Lisboa: Editorial Notícias, 1990.

Referências

1. ↑ O status do cristianismo como religião monoteísta é afirmado, entre outras fontes, na *Catholic Encyclopedia* (artigo "Monothéisme"); William F. Albright, *From the Stone Age to Christianity*; H. Richard Niebuhr; About.com, *Monothéistic Religion resources*; Kirsch, *God Against the Gods*; Woodhead, *An Introduction to Christianity*; The Columbia Electronic Encyclopedia *Monothéisme*; The New Dictionary of Cultural Literacy, *monothéisme*; New Dictionary of Theology, *Paul*, pp. 496–99; Meconi. "Pagan Monothéisme in Late Antiquity". p. 111f.
2. ↑ *Religion & Ethics - 566, Christianity*, BBC
3. ↑ Briggs, Charles A. *The fundamental Christian faith: the origin, history and interpretation of the Apostles' and Nicene creeds*. C. Scribner's sons, 1913. Online: <http://books.google.com/books?id=VKMPAAAAIAAJ>
4. ↑ O termo "cristão" (em grego Χριστιανός, transl. *Christianós*) foi usado pela primeira vez para se referir aos discípulos de Jesus na cidade de Antioquia (Atos 11:26), por volta de 44 d.C., significando "seguidores de Cristo". O primeiro registro do uso do termo "cristianismo" (em grego Χριστιανισμός, *Christianismós*) foi feito por Inácio de Antioquia, por volta do ano 100. Ver Elwell/Comfort. *Tyndale Bible Dictionary*, pp. 266, 828
5. ↑ Sheed, Frank. "Theology and Sanity." (Ignatius Press: San Francisco, 1993), pp. 276.
6. ↑ McGrath, *Christianity: An Introduction*, pp. 4-6.
7. ↑ Robinson, *Essential Judaism: A Complete Guide to Beliefs, Customs and Rituals*, p. 229.
8. ↑ Esler. *The Early Christian World*. p. 157f.
9. ↑ J.Z.Smith, p. 276.
10. ↑ Anidjar, p. 3.
11. ↑ Fowler, *World Religions: An Introduction for Students*, p. 131.
12. ↑ McManners, *Oxford Illustrated History of Christianity*, pp. 301-03.
13. ↑ **Erro de citação Tag <ref> inválida; não foi fornecido texto para as refs chamadas Orlandis**
14. ↑ "entre 1.250 e 1.750 milhão de seguidores, dependendo dos critérios usados" (McGrath, *Christianity: An Introduction*, page xvl.)
15. ↑ "1,5 mil milhões de cristãos" (Hinnells, *The Routledge Companion to the Study of Religion*, p. 441.)
16. ↑ Major Religions Ranked by Size. Adherents.com. Página visitada em 5-5-2009.
17. ↑ Hinnells, *The Routledge Companion to the Study of Religion*, p. 441.
18. ↑ [ver Cristianismo#Demografia para informações e referências]
19. ↑ Jesus alguma vez disse ser Deus?
20. ↑ Jesus Cristo é Deus?

21. † «Porque Deus amou ao mundo de tal maneira que deu o seu Filho unigênito, para que todo o que nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna.»(João 3:16 (Versão bíblica "Ferreira de Almeida Atualizada")

Max Weber

Maximilian Carl Emil Weber	
	
Max Weber em 1894	
Nascimento	21 de abril de <u>1864</u> <u>Erfurt, Alemanha</u>
Morte	14 de junho de <u>1920</u> <u>Munique, Alemanha</u>
Nacionalidade	alemã
Ocupação	<u>Jurista, economista e sociólogo</u>
Principais trabalhos	* <u>A ética protestante e o espírito do capitalismo</u> * <u>Economia e sociedade</u>
Cônjuge	<u>Marianne Schnitger</u>

Maximilian Carl Emil Weber (Erfurt, 21 de Abril de 1864 — Munique, 14 de Junho de 1920) foi um intelectual alemão, jurista, economista e considerado um dos fundadores da Sociologia. Seu irmão foi o também famoso sociólogo e economista Alfred Weber. A esposa de Max Weber, Marianne Schnitger, era socióloga e historiadora do Direito.

Índice

- 1 Biografia
- 2 Obra de Weber
- 3 Análise da obra

- 4 Sociologia alemã: a contribuição de Max Weber
- 5 Seguidores
- 6 Cronologia
- 7 Bibliografia

Biografia

Foi o mais velho dos sete filhos de Max Weber e Helene Fallenstein. Seu pai, protestante, era uma figura autocrata. Sua mãe uma calvinista moderada. A mãe de Helene tinha sido uma huguenote francesa, cuja família fugira da perseguição na França. Ele foi, juntamente com Karl Marx, Vilfredo Pareto e Emile Durkheim, um dos modernos fundadores da Sociologia. É conhecido sobretudo pelo seu trabalho sobre a Sociologia da religião.

De importância extrema, Max Weber escreveu a Ética protestante e o espírito do Capitalismo. Este é um ensaio fundamental sobre as religiões e a afluência dos seus seguidores. Subjacente a Weber está a realidade econômica da Alemanha do princípio do século XX.

Significante, também, é o ensaio de Weber sobre a política como vocação. Weber postula ali a definição de estado que se tornou essencial no pensamento da sociedade ocidental: que o Estado é a entidade que possui o monopólio do uso legítimo da ação coercitiva. A política deverá ser entendida como qualquer actividade em que o estado tome parte, de que resulte uma distribuição relativa da força.

A política obtém assim a sua base no conceito de poder e deverá ser entendida como a produção do poder. Um político não deverá ser um homem da "verdadeira ética católica" (entendida por Weber como a ética do Sermão da Montanha - ou seja: oferece a outra face). Um defensor de tal ética deverá ser entendido como um santo (na opinião de Weber esta visão só será recompensadora para o santo e para mais ninguém). A esfera da política não é um mundo para santos. O político deverá esposar a ética dos fins últimos e a ética da responsabilidade, e deverá possuir a paixão pela sua actividade como a capacidade de se distanciar dos sujeitos da sua governação (os governados).

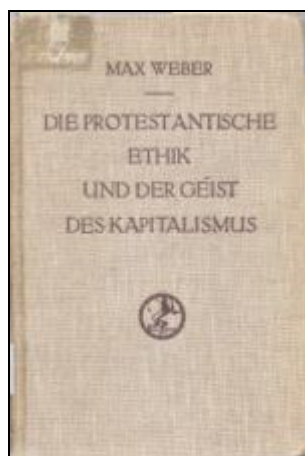
Quanto às relações entre a cultura protestante e o "espírito do capitalismo", pode-se dizer, de maneira esquemática, que estão relacionadas principalmente com a doutrina da predestinação e da comprovação — entendidas aqui, respectivamente, como a idéia de que Deus decretou o destino dos homens desde a criação e a idéia de que certos sinais da vida cotidiana podem indicar quais são os eleitos por Deus e quais os danados. Conquanto, para os católicos, há certos elementos atenuantes que permitem ao crente cometer certos deslizes, para os protestantes, sobretudo os calvinistas, a exigência de uma comprovação de que se é eleito impõe vastas restrições à liberdade do fiel, de modo a levar a uma total racionalização da vida. Essa racionalização, entendida como uma "ascese intramundana" — isto é, uma visão de mundo que propõe a iluminação através da santificação de cada ato particular do cotidiano —, abre um campo para o enaltecimento do trabalho, visto como a marca da santificação. É essa característica que

permite a articulação entre a ética protestante, por um lado, e o espírito do capitalismo, por outro.

Weber também é conhecido pelo seu estudo da burocratização da sociedade. No seu trabalho, Weber delinea a famosa descrição da burocratização como uma mudança da organização baseada em valores e acção (a chamada autoridade tradicional) para uma organização orientada para os objectivos e acção (chamada legal-racional). O resultado, segundo Weber, é uma "noite polar de frio glacial" na qual a crescente burocratização da vida humana a coloca numa gaiola de metal de regras e de controle racional. Seus estudos sobre a burocracia da sociedade tiveram grande importância no estudo da Teoria da Burocracia, dentro do campo de estudo da administração de empresas

Max Weber morreu de pneumonia em Munique, Alemanha, a 14 de Junho de 1920.

Obra de Weber



A ética protestante e o espírito do capitalismo, 1. ed., 1904

A obra de Weber, complexa e profunda, constitui um momento da compreensão dos fenômenos históricos e sociais e, ao mesmo tempo, da reflexão sobre o método das ciências histórico-sociais. Historiador, sociólogo, economista e político, Weber trata dos problemas metodológicos com a consciência das dificuldades que emergem do trabalho efetivo do historiador e do sociólogo, sobretudo com a competência do historiador, do sociólogo, e do economista. Crítico da "escola historicista" da economia (Roscher, Knies e Hildebrandt), Weber reivindica contra ela, a autonomia lógica e teórica da ciência, que não pode se submeter a entidades metafísicas como o "espírito do povo" que Savigny, nas pegadas de Hegel, concebia como criador do direito, dos sistemas econômicos, da linguagem e assim por diante. Para Weber, o "espírito do povo" é produto de inumeráveis variáveis culturais e não o fundamento real de todos os fenômenos culturais de um povo.

Por outro lado, o pensamento de Weber caracteriza-se pela crítica ao materialismo histórico, que dogmatiza e petrifica as relações entre as formas de produção e de trabalho (a chamada "estrutura") e as outras manifestações culturais da sociedade (a chamada "superestrutura"), quando na verdade se trata de uma relação que, a cada vez, deve ser esclarecida segundo a sua efetiva configuração. E, para Weber, isso significa

que o cientista social deve estar pronto para o reconhecimento da influência que as formas culturais, como a religião, por exemplo, podem ter sobre a própria estrutura econômica.

Análise da obra

A análise da teoria weberiana como ciência tem como ponto de partida a distinção entre quatro tipos de ação:

- A ação racional com relação a um objetivo é determinada por expectativas no comportamento tanto de objetos do mundo exterior como de outros homens e utiliza essas expectativas como condições ou meios para alcance de fins próprios racionalmente avaliados e perseguidos. É uma ação concreta que tem um fim específico, por exemplo: o engenheiro que constrói uma ponte.
- A ação racional com relação a um valor é aquela definida pela crença consciente no valor - interpretável como ético, estético, religioso ou qualquer outra forma - absoluto de uma determinada conduta. O ator age racionalmente aceitando todos os riscos, não para obter um resultado exterior, mas para permanecer fiel a sua honra, qual seja, à sua crença consciente no valor, por exemplo, um capitão que afunda com o seu navio.
- A ação afetiva é aquela ditada pelo estado de consciência ou humor do sujeito, é definida por uma reação emocional do ator em determinadas circunstâncias e não em relação a um objetivo ou a um sistema de valor, por exemplo, a mãe quando bate em seu filho por se comportar mal.
- A ação tradicional é aquela ditada pelos hábitos, costumes, crenças transformadas numa segunda natureza, para agir conforme a tradição o ator não precisa conceber um objeto, ou um valor nem ser impelido por uma emoção, obedece a reflexos adquiridos pela prática.

Tanto a ação afetiva quanto a tradicional produzem relação entre pessoas (relações pessoais), são coletivas, comunitárias, nos dão noção de comunhão e conceito de comunidade.

Observe-se que na concepção de Durkheim, a comunidade é anterior a sociedade, ou melhor, a comunidade se transforma em sociedade. Já para Weber comunidade e sociedade coexistem. A comunidade existe no interior da sociedade, como por exemplo, a família (comunidade) que existe dentro da sociedade.

Ação social é um comportamento humano, ou seja, uma atitude interior ou exterior voltada para ação ou abstenção. Esse comportamento só é ação social quando o ator atribui a sua conduta um significado ou sentido próprio, e esse sentido se relaciona com o comportamento de outras pessoas.

Para Weber a Sociologia é uma ciência que procura compreender a ação social. Por isso, considerava o indivíduo e suas ações como ponto chave da investigação evidenciando o que para ele era o ponto de partida para a Sociologia, a compreensão e a percepção do sentido que a pessoa atribui à sua conduta.

O principal objetivo de Weber é compreender o sentido que cada pessoa dá a sua conduta e perceber assim a sua estrutura inteligível e não a análise das instituições sociais como dizia Durkheim. Aquele propõe que se deve compreender, interpretar e explicar respectivamente, o significado, a organização e o sentido e evidenciar irregularidade das condutas.

Com este pensamento, não possuía a idéia de negar a existência ou a importância dos fenômenos sociais, dando importância à necessidade de entender as intenções e motivações dos indivíduos que vivenciam essas situações sociais. Ou seja, a sua idéia é que no domínio dos fenômenos naturais só se podem aprender as regularidades observadas por meio de proposições de forma e natureza matemática. É preciso explicar os fenômenos por meio de proposições confirmadas pela experiência, para poder ter o sentimento e compreendê-las.

Weber também se preocupou muito com a criação de certos instrumentos metodológicos que possibilitassem ao cientista uma investigação dos fenômenos particulares sem que ele se perca na infinidade disforme dos seus aspectos concretos, sendo que o principal instrumento é o tipo ideal, o qual cumpriria duas funções principais: primeiro a de selecionar explicitamente a dimensão do objeto que virá a ser analisado e, posteriormente, apresentar essa dimensão de uma maneira pura, sem suas sutilezas concretas.

Para Weber, a ciência positiva e racional pertence ao processo histórico de racionalização, sendo composta por duas características que comandam o significado e a veracidade científica. Em que estas duas características são o não-acabamento essencial e a objetividade, em que esta, é definida pela validade da ciência para os que procuram este tipo de verdade, e pela não aceitação dos juízos de valor. Segundo ele o não-acabamento é fundamental, diferentemente de Durkheim que acredita que a Sociologia é edificada em um sistema completo de leis sociais.

Weber por sua vez defendia que para todas as disciplinas, tanto as ciências naturais como as ciências da cultura, o conhecimento é uma conquista que nunca chega ao fim. A ciência é o dever da ciência. Seria necessário que a humanidade perdesse a capacidade de criar para que a ciência do homem fosse definitiva.

A objetividade do conhecimento é possível, desde que se separe claramente o conhecimento empírico da ação prática. Segundo Weber essa é uma atitude que depende de uma decisão individual do pesquisador, ou seja, os cientistas devem estar dispostos a buscar essa objetividade.

Na concepção dos autores Weber e Durkheim, há uma separação entre ciência e ideologia. Para Weber também há uma separação entre política e ciência, pois a esfera da política é irracional, influenciada pela paixão e a esfera da ciência é racional, imparcial e neutra. O homem político apaixonar-se, luta, tem um princípio de responsabilidade, de pensar as consequências dos atos. O político entende por direção do Estado, correlação de força, capacidade de impor sua vontade a demais pessoas e grupos políticos. É luta pelo poder dentro do Estado. Já o cientista deve ser neutro, amante da verdade e do conhecimento científicos, não deve emitir opiniões e sim pensar segundo os padrões científicos, deve fazer ciência por vocação. Se o cientista apaixonar-

se pelo objeto de sua investigação não será nem imparcial nem objetivo. Para Durkheim política é a relação entre governantes e governados.

Entretanto, na concepção de Marx não se podem dissociar ciência e ideologia, pois para ele ideologia faz parte da ciência. Segundo ele ciência é ciência porque explica o objeto tal como ele é, porém o conhecimento não é neutro. Política para este também é luta, mas não de indivíduos como para Weber, é, sim, luta de classes.

A sociologia de Max Weber se inspira em uma filosofia existencialista que propõe uma dupla negação. Nega Durkheim quando afirma que nenhuma ciência poderá dizer ao homem como deve viver, ou ensinar às sociedades como se devem organizar. Mas também nega Marx quando diz que nenhuma ciência poderá indicar à humanidade qual é o seu futuro. A ciência weberiana se define como um esforço destinado a compreender e a explicar os valores aos quais os homens aderiram, e as obras que construíram. Ele considera a Sociologia como uma ciência da conduta humana, na medida em que essa conduta é social.

Weber fundamenta sua definição de valores na filosofia neokantiana, que propõe a distinção radical entre fatos e valores. Os valores não são do plano sensível nem do transcendente, são criados pelas desilusões humanas e se diferem dos atos pelos quais o indivíduo percebe o real e a verdade. Para Weber, há uma diferença fundamental entre ciência e valor: valor é o produto das intenções, diferentemente de Durkheim que acreditava encontrar na sociedade o objeto e o sujeito criador de valores. Weber o contesta dizendo que as sociedades são meios onde os valores são criados, mas ela não é concreta.

Se a sociedade nos impõe valores, isso não prova que ela seja melhor que as outras. Sobre o Estado, o conceito científico atribuído por Weber constitui sempre uma síntese realizada para determinados fins do conhecimento. Mas por outro lado obtemo-lo por abstração das sínteses e encontramos na mente dos homens históricos.

Apesar de tudo, o conteúdo concreto que a noção histórica de Estado adota poderá ser apreendido com clareza mediante uma orientação segundo os conceitos do tipo ideal. O Estado é um instrumento de dominação do homem pelo homem, para ele só o Estado pode fazer uso da força da violência, e essa violência é legítima, pois se apóia num conjunto de normas (constituição). O Estado para Durkheim é a instituição da disciplina moral que vai orientar a conduta do homem.

Religião também foi um tema que esteve presente nos trabalhos de Weber. "A ética protestante e o espírito do capitalismo" foi a sua grande obra sobre esse assunto. Nesse seu trabalho ele tinha a intenção de examinar as implicações das orientações religiosas na conduta econômica dos homens, procurando avaliar a contribuição da ética protestante, em especial o calvinismo, na promoção do moderno sistema econômico.

Weber concebia que o desenvolvimento do capitalismo devia-se em grande parte à acumulação de capital a partir da Idade Média. Mas os pioneiros desse capitalismo pertenciam a seitas puritanas e em função disso levavam a vida pessoal e familiar com bastante rigidez. As convicções religiosas desses puritanos os levavam a crer que o êxito econômico era como uma bênção de Deus. Aquele definia o capitalismo pela existência de empresas cujo objetivo é produzir o maior lucro possível, e cujo meio é a

organização racional do trabalho e da produção. É a união do desejo do lucro e da disciplina racional que constitui historicamente o capitalismo.

Para Weber o objeto de estudo da sociologia é a ação humana tendo sentido. Sentido esse que deve ser percebido pelo grupo que o indivíduo se encontra.

Sociologia alemã: a contribuição de Max Weber

A França e a Inglaterra desenvolveram o pensamento social sob a influência do desenvolvimento industrial e urbano, que tornou esses países potências emergentes nos séculos XVII e XVIII e sedes do pensamento burguês da Europa. A indústria, a expansão marítima e comercial, o sucesso alcançado pelas Ciências, em particular pela Física e pela Biologia, influenciaram na adaptação das escolas sociológicas para uma nova visão do mundo social. Entretanto, esse avanço da Sociologia foi alcançado tardiamente pela Alemanha devido ao seu processo de unificação política e sob a influência de outras correntes filosóficas e da sistematização de outras Ciências Humanas, como a História e a Antropologia.

Devemos distinguir no pensamento alemão, portanto, a preocupação com o estudo da diferença, característica de sua formação política e de seu desenvolvimento econômico. Adicione-se a isso a herança puritana com seu apego à interpretação das escrituras e livros sagrados. Essa associação entre História, esforço interpretativo e facilidade em discernir diversidades caracterizou o pensamento alemão e influenciou muitos cientistas, de Gabriel Tarde a Ferdinand Tonnies.

Seguidores

- Ernest Gellner
- David Landes

Cronologia

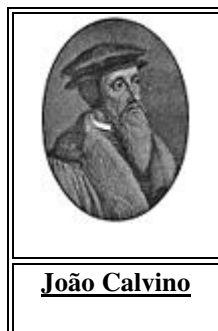
- 21 de Abril de 1864 - Max Weber nasce em Erfurt. Os pais são o jurista e mais tarde deputado do parlamento imperial (Reichstag) pelo partido nacional-liberal, Max Weber e Helene (nascida na família Fallenstein)
- 1882-1886 - estudos de Direito, Economia Nacional, Filosofia e História
- 1889 - doutoramento em Direito
- 1892 - habilitação em direito canônico romano e direito comercial (em Berlim)
- 1893 - obteve uma posição temporária na Universidade de Berlim. Casamento com Marianne Schnitger (1870-1954), que será mais tarde activista pelos direitos da mulher e socióloga
- 1894 - assume a posição de professor de Economia na Universidade de Freiburg
- 1897 - professor de Economia Nacional na Universidade de Heidelberg
- 1898 - em virtude de uma crise familiar, Weber sofre um colapso nervoso e abandona o trabalho académico, sendo internado periodicamente até 1903
- 1904 - regressa à actividade profissional. Actividade redactorial no jornal "Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik", que se tornou o jornal líder da ciência social alemã. Weber fez neste ano uma viagem aos Estados Unidos, onde deu aulas

- 1907 - recebe uma herança que o liberta de quaisquer preocupações financeiras
- 1909 - é co-fundador da sociedade Alemã de Sociologia
- 1914-1918 - Primeira guerra mundial, em 1914, Weber acolhe entusiasticamente o início da Guerra (um nacionalismo militarista muito comum na altura, partilhado entre outros por Thomas Mann). Inscreveu-se como voluntário no exército (Reichswehr). Em 1915 mudou de idéias, tornando-se um pacifista
- 1917 - nos Colóquios de Lauenstein apela à continuação da guerra, ao mesmo tempo defendendo o retorno ao parlamentarismo
- 1918 - co-fundador do partido democrático alemão (Deutsch-Demokratische Partei; o DDP)
- 1919 - convocado como conselheiro para a delegação alemã na conferência do Tratado de Versalhes. Foi também nomeado professor de economia nacional na Universidade de Munique
- 14 de Junho de 1920 - morre em Munique vítima de uma pneumonia.

Bibliografia

- Nova Enciclopédia Barsa.
- WEBER, Max. **Sociologia**. São Paulo: Ed. Atlas, 1979.
- WEBER, Max. *Metodologia das Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez e Editora UNICAMP, 1992. (2 volumes)
- WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa; revisão técnica de Gabriel Cohn, 3ª edição, Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1994.
- WEBER, Max. **Ciência e Política : duas vocações**. São Paulo: Ed.Cultrix, 2000.
- WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Martin Claret, 2003.
- WEBER, Max. **Ciência e política: duas vocações**. São Paulo: Martin Claret, 2003.
- WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito capitalista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

Puritanismo



O **puritanismo**- designa uma concepção da fé cristã desenvolvida na Inglaterra por uma comunidade de protestantes radicais depois da reforma. Segundo o pensador francês Alexis de Tocqueville, em seu livro *A Democracia na América*, trata-se tanto de uma teoria política como de uma doutrina religiosa.

Segundo o dicionário Houaiss da língua portuguesa, o adjetivo "puritano" pode designar tanto o membro desta seita de presbiterianos rigoristas como aquele que é rígido nos costumes, especialmente quanto ao comportamento sexual. Pessoa austera, rígida e moralista. Não se trata aqui, portanto, de atacar o uso deste adjetivo ou de fazer a apologia dos seguidores desta doutrina.

Índice

- 1 História
 - 1.1 As origens calvinistas do puritanismo
 - 1.2 Os puritanos e o seu desenvolvimento na Inglaterra
 - 1.3 A Assembléia de Westminster
- 2 Conseqüências

História



Retrato de uma puritana.

A Revolução Puritana foi um movimento surgido na Inglaterra no século XVI, de confissão calvinista. Esse movimento rejeitava tanto a Igreja Romana como a Igreja Anglicana.

As críticas à política da Rainha Isabel partiram de grupos calvinistas ingleses que foram denominados **puritanos**, porque pretendiam purificar a Igreja dos resíduos do catolicismo, pretendiam tornar a liturgia anglicana mais próxima do calvinismo.

Desde o início, os puritanos já aceitavam a doutrina da predestinação. Esse movimento foi perseguido na Inglaterra. Puritanos querendo levar a igreja a perfeição completa queriam sair da Inglaterra para outros lugares mais abertos a religião. Um grupo, liderado por John Winthrop, chegou as colinas da Inglaterra na América do Norte em abril de 1630. Outros puritanos ficaram na Inglaterra.

As origens calvinistas do puritanismo

Esta variante do Protestantismo seria bem sucedida em países como a Suíça (país de origem), Países Baixos, África do Sul (entre os Afrikaners), Inglaterra, Escócia e EUA. Dando origem a vários segmentos que mudaram profundamente a história da humanidade. Calvino se opôs à Igreja Católica e à Seita dos Anabatistas, que muitos tentam associar às igrejas Batistas da atualidade. Mas é importante destacar que os batistas não aceitam o sono da alma e a poligamia, marcas do Anabatismo.

Calvino foi o primeiro a criticar a missa cristã, e talvez por isso seus séqüitos romperam com a Igreja Anglicana por continuar a realizá-la.

Em Genebra (quando Calvino ainda vivia), iniciou-se um conflito entre os partidários da casa de Sabóia (católicos) e os confederados (protestantes), que deram mais tarde origens aos grupos huguenotes.

Com os ideais iluministas, e a doutrina de Calvino, os primeiros protestantes ingleses se tornaram um grupo tipicamente conservador.

Os puritanos e o seu desenvolvimento na Inglaterra

O surgimento do puritanismo está ligado às confusões amorosas do rei Henrique VIII (1509-1547) e à chegada do protestantismo continental à Inglaterra. O movimento puritano, em seus primórdios, foi claramente apoiado e influenciado por João Calvino (1509-1564), que a partir de 1548 passou a se corresponder com os principais líderes da reforma inglesa. Em 1534 foi promulgado o Ato de Supremacia, tornando o rei “cabeça supremo da Igreja da Inglaterra.” Com a anulação do seu casamento com Catarina de Aragão, sobrinha de Carlos V, o rei Henrique VIII e o Parlamento inglês separam a Igreja da Inglaterra de Roma, em 1536, adotando a doutrina calvinista apenas por comodismo. A Reforma, então, teve início na Inglaterra pela autoridade do rei e do Parlamento. No ano de 1547, Eduardo VI, um menino muito enfermo, tornou-se rei.

A Reforma protestante avançou rapidamente na Inglaterra, pois o Duque de Somerset, o regente do trono, simpatizava-se com a fé reformada. Thomas Cranmer, o grande líder da Reforma na Inglaterra, publicou o Livro de Oração Comum, dando ao povo a sua

primeira liturgia em inglês. Maria Tudor, católica romana, tornou-se rainha em 1553. Assessorada pelo Cardeal Reginald Pole, em 1554 ela restaurou a sua religião.

Em 1555, intensificou a perseguição os protestantes. Trezentos deles foram martirizados, entre eles, o arcebispo de Cantuária, Thomas Cranmer (canonizado pela Igreja Anglicana), e os bispos Latimer e Ridley. Oitocentos protestantes fugiram para o continente, para cidades como Genebra e Frankfurt, onde absorveram os princípios doutrinários dos reformadores continentais. Elizabeth I ascendeu ao trono aos 25 anos em 1558, estabeleceu o “Acordo Elizabetano,” que era insuficientemente reformado para satisfazer àqueles que logo seriam conhecidos como “puritanos.”

Em seguida, promulgou o Ato de Uniformidade (1559), que autorizou o Livro de Oração Comum e restaurou o Ato de Supremacia. Em 1562, foram redigidos os Trinta e Nove Artigos da Religião, que são o padrão histórico da Igreja da Inglaterra, e a partir de janeiro de 1563, foram estabelecidos pelo Parlamento como a posição doutrinária da Igreja Anglicana. Em torno de 1567-1568, uma antiga controvérsia sobre vestimentas atingiu seu auge na Igreja da Inglaterra. A questão imediata era se os pregadores tinham de usar os trajes clericais prescritos. A controvérsia marcou uma crescente impaciência entre os puritanos com relação à situação de uma igreja “reformada pela metade.”

Thomas Cartwright, professor da Universidade de Cambridge, perdeu sua posição por causa de suas pregações sobre os primeiros capítulos de Atos, nas quais argumentou a favor de um cristianismo simplificado e uma forma presbiteriana de governo eclesiástico. A primeira igreja presbiteriana foi a de Wandsworth, fundada em 1572.

Em 1570, um pouco antes deste evento, Elizabeth foi excomungada pelo Papa Pio V. A morte de Elizabeth ocorreu em 1603, ela não deixou herdeiro. Apenas indicou como seu sucessor James I, filho de Maria Stuart, que já governava a Escócia. Quando o rei foi coroado, os puritanos, por causa da suposta formação presbiteriana do rei, inicialmente tiveram esperança de que sua situação melhorasse. Para enfatizar sua esperança eles lhe apresentaram, quando de sua chegada em 1603, a Petição Milenar, assinada por cerca de mil ministros puritanos, em que pediam que a igreja anglicana fosse completamente “puritana” na liturgia e administração.

Em 1604, encontram-se com o novo rei na conferência de Hampton Court para apresentar seus pedidos. O rei ameaçou “expulsá-los da terra, ou fazer pior,” tendo dito que o presbiterianismo “se harmonizava tanto com a monarquia como Deus com o diabo”. Carlos I, opositor dos puritanos, foi coroado rei, em 1625. Já em 1628, William Laud tornou-se bispo de Londres (em 1633 foi nomeado Arcebispo de Cantuária) e empreendeu medidas severas para eliminar a dissidência da Igreja Anglicana. Ele buscou instituir práticas cerimoniais consideradas “papistas,” além de ignorar a justificação pela fé, por causa de suas ênfases arminianas, oprimindo violentamente os puritanos e forçando-os a emigrarem para a América.

Em 1630, John Winthrop liderou o primeiro grande grupo de puritanos até a Baía de Massachusetts e, em 1636, foi fundado o Harvard College. Laud tentou impor o anglicanismo na Escócia, só que isto degenerou num motim que serviu para aliar puritanos e escoceses calvinistas. Em 1638, os líderes escoceses reuniram-se numa “Solene Liga e Aliança” e seus exércitos marcharam contra as tropas do rei, que fugiram.

No ano de 1640, o Parlamento restringiu o poder do rei Carlos I. As emigrações para a Nova Inglaterra estacionaram consideravelmente. A Assembléia de Westminster, assim chamada por reunir-se na Abadia de Westminster, templo anglicano de Londres, foi convocada pelo Parlamento da Inglaterra em 1643 para deliberar a respeito do estabelecimento do governo e liturgia da igreja e “para defender a pureza da doutrina da Igreja Anglicana contra todas as falsas calúnias e difamações.”

É considerada a mais notável assembléia protestante de todos os tempos, tanto pela distinção dos elementos que a constituíram, como pela obra que realizou e ainda pelas corporações eclesiásticas que receberam dela os padrões de fé e as influências salutares durante esses trezentos anos.

A Assembléia de Westminster

A Assembléia de Westminster caracterizou-se não somente pela erudição teológica, mas por uma profunda espiritualidade. Gastava-se muito tempo em oração e tudo era feito em um espírito de reverência. Cada documento produzido era encaminhado ao parlamento para aprovação, o que só acontecia após muita discussão e estudo. Os chamados "Padrões Presbiterianos" elaborados pela Assembléia foram os seguintes:

1. Diretório do Culto Público: concluído em dezembro de 1644 e aprovado pelo parlamento no mês seguinte. Tomou o lugar do Livro de Oração Comum. Também foi preparado o Saltério: uma versão métrica dos Salmos para uso no culto (novembro de 1645).
2. Forma de Governo Eclesiástico: concluída em 1644 e aprovada pelo Parlamento em 1648. Instituiu a forma de governo presbiteriana em lugar da episcopal, com seus bispos e arcebispos.
3. Confissão de Fé: concluída em dezembro de 1646 e sancionada pelo Parlamento em março de 1648.
4. Catecismo Maior e Breve Catecismo: concluídos no final de 1647 e aprovados pelo Parlamento em março de 1648.

Como conseqüências do auxílio dos escoceses, as forças parlamentares derrotaram o rei Carlos I, que foi decapitado em 1649.

O comandante vitorioso, Oliver Cromwell, assumiu o governo. Porém, em 1660, Carlos II subiu ao trono e restaurou o episcopado na Igreja da Inglaterra. Teve início nova era de perseguições contra os presbiterianos.

Na Escócia, a Assembléia Geral da Igreja Presbiteriana adotou os Padrões de Westminster logo que foram aprovados, deixando de lado os seus próprios documentos de doutrina, liturgia e governo que vinham da época de John Knox. A justificativa era o desejo de maior unidade entre os presbiterianos das Ilhas Britânicas. Da Escócia, esses padrões foram levados para outras partes do mundo.

Conseqüências

O puritanismo não conseguiu substituir as estruturas de plausibilidade que o anglicanismo ofereceu à nação inglesa. As estruturas sociais anglicanas permaneceram. Apenas para uma pequena e influente minoria esta situação não era satisfatória, e esse grupo era o dos puritanos, que travaram vigorosas e infrutíferas batalhas com o governo político-religioso da Inglaterra. Em todos esses eventos, o apoio de Calvino foi influente pela tentativa de levar sua doutrina a uma nação cujos laços com Roma haviam sido cortados pela vaidade de um Rei. A doutrina calvinista é hoje largamente professada entre os fiéis anglicanos, e do catolicismo sobraram apenas traços de uma liturgia anterior à reforma. Muitos dos puritanos fugiram para países como os EUA onde perpetraram o Presbiterianismo, oriundo da reforma calvinista da Igreja da Escócia.

Protestantismo

Protestantismo é a denominação do conjunto de igrejas cristãs e doutrinas que se identificam com as teologias desenvolvidas no século XVI na Europa Ocidental, na tentativa de reforma da Igreja Católica Apostólica Romana, por parte de um importante grupo de teólogos e clérigos, entre os que se destacam o ex-monge agostiniano Martinho Lutero, de quem as igrejas luteranas tomam seu nome. Porém, a maior parte dos cristãos europeus (especialmente na Europa meridional) não concordavam com as tentativas de reforma, o que produziu uma separação entre as emergentes igrejas reformadas e uma reformulação na Igreja Católica, a chamada Contra-Reforma, que reafirmou explicitamente todas aquelas doutrinas rechaçadas pelo protestantismo (Concílio de Trento).

Índice

- 1 Definição
- 2 História
 - 2.1 Pilares da Reforma Protestante
- 3 Diferenças quanto ao catolicismo
- 4 Movimentos e ramos
 - 4.1 Pré-reforma
 - 4.1.1 Lollardismo
 - 4.1.2 Valdenses
 - 4.2 Reforma
 - 4.2.1 Luteranismo
 - 4.2.2 Calvinismo
 - 4.2.2.1 Presbiterianismo
 - 4.2.2.2 Batistas e Congregacionalistas
 - 4.2.3 Anglicanismo
 - 4.2.4 Anabatismo e Menonitas
 - 4.3 Pós-reforma
 - 4.3.1 Batistas
 - 4.3.2 Metodismo
 - 4.3.3 Adventismo
 - 4.3.4 Pentecostais
 - 4.3.4.1 Deutero-pentecostalismo
 - 4.3.4.2 Neopentecostalismo
- 5 Protestantes no mundo
 - 5.1 O protestantismo no Brasil
- 6 Movimentos teológicos de origem protestantes

Definição

O termo protestante surgiu como apelido pejorativo para aquele grupo de príncipes eleitores e idades imperiais alemãs que se atreveram a expressar seu protesto, o testemunho público de objeção, na Dieta de Speyer de 1529, contra o Édito de Worms

que proibia crer e ensinar as doutrinas luteranas naquelas localidades do Sacro Império Romano-Germânico onde ainda não eram conhecidas, mas que entregava completa liberdade ao clero católico para rebatê-las e persegui-las naquelas localidades do império onde já havia sido implantado.

História

Na Suíça de fala alemã, Ulrico Zuínglio, Johannes Oekolampad e outros começaram também uma tentativa de reforma da Igreja católica, de caráter mais urbano e enriquecida pelo humanismo de Erasmus de Roterdão.

João Calvino foi o dirigente desta segunda geração da Reforma protestante, chamada popularmente calvinista. Esta corrente foi a mais dinâmica e internacional do Protestantismo entre os séculos XVI e XVII.

A Igreja da Inglaterra não se deixou influenciar, num primeiro momento, pelo protestantismo, mas depois de sua quebra com a Igreja de Roma, começou uma aproximação com os ideais reformados. Atualmente as igrejas da Comunhão Anglicana se declaram claramente reformadas.



Martinho Lutero.

O protestantismo apresenta elementos em comum apesar de sua grande diversidade. A Bíblia é considerada a única fonte de autoridade doutrinal e deve ser interpretada de acordo com regras históricas e lingüísticas, observando-se seu significado dentro de um contexto histórico. A salvação é entendida como um dom gratuito (presente, graça) de Deus alcançado mediante a fé. As boas obras não salvam, sendo resultados da fé e não causa de salvação. O culto sempre é no idioma vernáculo e em sua grande maioria é simples tendo como base as Escrituras Sagradas. O protestantismo histórico, conserva as crenças cristãs ortodoxas tais como a doutrina trinitária, a cristologia clássica, o credo niceno-constantinopolitano, entre outros. Os protestantes expressam suas posições doutriniais por meio de Confissões de Fé e breves documentos apologéticos. A Confissão de Augsburgo expressa a doutrina Luterana. As confissões reformadas incluem a Confissão Escocesa (1560), a segunda Confissão Helvética (1531), a Confissão de Fé de Westminster (1647), os 39 Artigos de Religião da Igreja da

Inglaterra (1562). As Declarações de Barmen contra o regime Nazista e a Breve Declaração de Fé da Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos são exemplos de declarações de fé recentes.

O ensino religioso, tem como base o estudo de catecismos. No Luteranismo fazem-se uso dos Catecismo Maior e Menor de Lutero. O catecismo de Heidelberg e o Catecismo Maior e Menor de Westminster são utilizados pelas Igrejas Reformadas. O protestantismo rejeita parte das doutrinas que caracterizam o catolicismo; tais como: o purgatório, a supremacia papal, as orações pelos mortos, a intercessão dos santos, a assunção de Maria e sua virgindade perpétua, a veneração dos santos, a transubstanciação, o sacrifício da missa, o culto às imagens, etc.

O protestantismo, em maior parte, segue a doutrina agostiniana da eleição. Estabelece que a salvação é pela graça (favor imerecido) de Deus. Para os protestantes a autoridade da Igreja está vinculada a obediência da palavra de Deus e não à sucessão apostólica. Assim sendo, a Igreja cristã existe onde se escuta e obedece a palavra de Deus.

O protestantismo deseja regressar às doutrinas apóstolicas e à simplicidade da fé e prática da Igreja primitiva. Portanto deve-se ao protestantismo a iniciativa as primeiras práticas ecumênicas adotadas a partir da segunda metade do século XIX. Vale lembrar que até hoje a Igreja Católica não faz parte do Conselho Mundial de Igrejas, e somente abriu-se ao diálogo ecumênico em 1965, após o Concílio Vaticano II.

Os "reformadores" foram pessoas de vasta cultura teológica e humanista: Calvino estudou em Sorbonne e seu pai era bispo, Lutero foi monge e professor universitário da Bíblia; Zuínglio era sacerdote e humanista. De acordo com o programa dos humanistas, buscaram nas fontes da antigüidade cristã as bases para uma renovação religiosa. Lendo as Sagradas Escrituras e retornando aos Pais da Igreja, descobriram uma nova visão da fé e uma doutrina bíblica cristocêntrica.

O protestantismo se disseminou principalmente nos meios urbanos e através da nobreza. A difusão das idéias protestantes foi facilitada pela invenção da imprensa, que tornou possível a divulgação e a tradução da Bíblia nas línguas vernáculas. Desde então, as doutrinas cristãs passaram a necessitar do aval bíblico.

No Concílio de Trento, os bispos católicos partidários de Roma optaram por limitar o aceso laico as escrituras, proibindo a tradução da Bíblia para o vernáculo e impondo a Vulgata em latim como a única Bíblia autorizada e aumentando o índice de livros proibidos aos fiéis (*Index Librorum Prohibitorum*).



João Calvino

A "Reforma" Protestante alcançou êxito em muitas áreas da Europa. Em sua forma luterana é predominante no norte da Alemanha e em toda a Península Escandinava. Na Escócia surgiu a Igreja Presbiteriana. As Igrejas Reformadas também frutificaram nos Países Baixos, na Suíça e no oriente da Hungria. Com o desenvolvimento dos impérios europeus, principalmente o Império Britânico, nos séculos XIX e XX o protestantismo continuou a se expandir, se tornando uma fé de escala mundial. Atualmente mais de 600 milhões de pessoas professam alguma das diferentes manifestações do protestantismo no mundo. ^[carece de fontes?]

O protestantismo assumiu três formas básicas: a luterana, a reformada (calvinista) e a anglicana. O protestantismo não possui organização centralizadora, porém suas igrejas estão organizadas em igrejas nacionais e em concílios internacionais tais como a Aliança Mundial Reformada e a Federação Luterana Mundial.

O trabalho missionário do século XIX levou a cooperação interdenominacional e conseqüentemente ao movimento ecumênico do qual surgiu o Conselho Mundial de Igrejas. ^[carece de fontes?]

Fora desse protestantismo, que muitos estudiosos denominam "protestantismo magisterial", surgiu outro ramo que se distinguiu tanto do catolicismo como das igrejas protestantes de caráter histórico-nacional. Este ramo recebe o nome de Reforma Radical. O historiador George Williams distingue as seguintes correntes dentro desta reforma: espiritualistas, racionalistas e anabatistas. Os anabatistas rejeitaram a união da igreja e estado e repudiaram o batismo infantil, constituindo-se em igrejas independentes ou segregadas. A maior aportação à modernidade descansaria em sua persistente promoção da separação entre a igreja e o estado, a liberdade religiosa pessoal e o exercício de um governo plenamente democrático em suas congregações.

Pilares da Reforma Protestante

1. *Sola Scriptura* (Somente a Escritura) - afirma a doutrina bíblica de que somente a Bíblia é a única autoridade para todos os assuntos de fé e prática. As Escrituras e somente as Escrituras são o padrão pelo qual todos os ensinamentos e

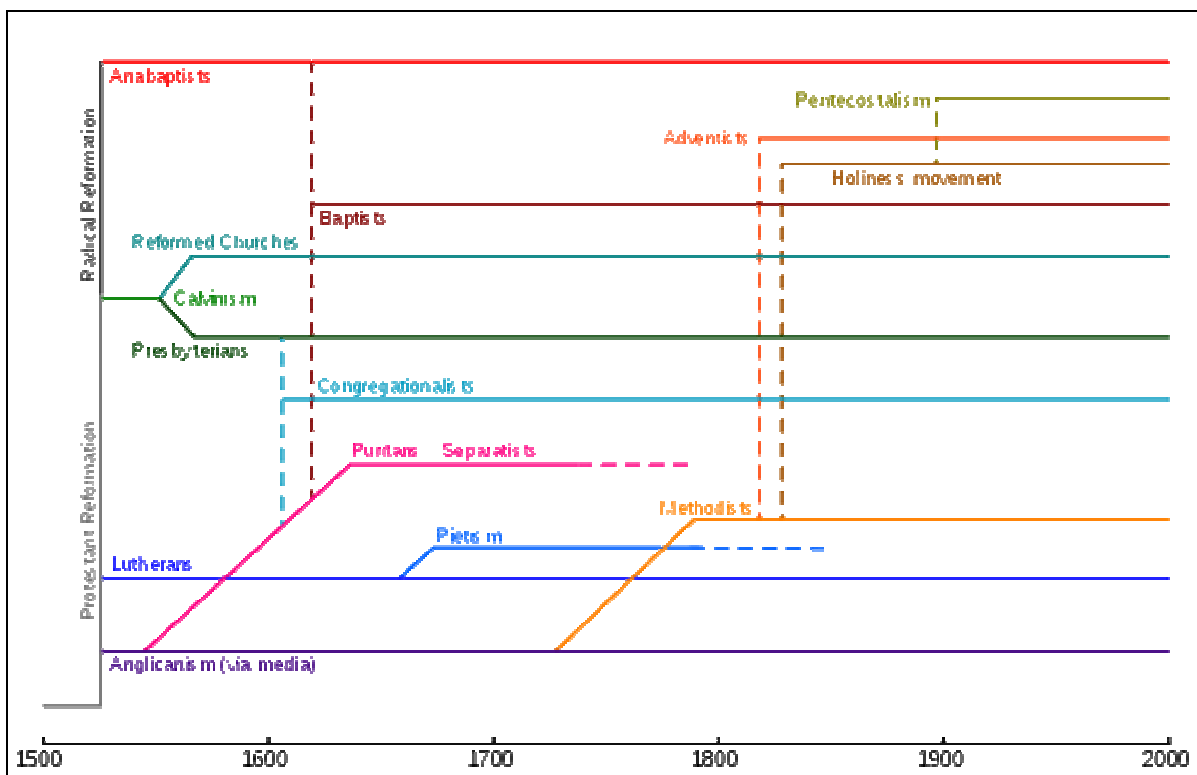
doutrinas da igreja devem ser medidos. Como Martinho Lutero tão eloqüentemente afirmou quando a ele foi pedido para que voltasse atrás em seus ensinamentos: "Portanto, a menos que eu seja convencido pelo testemunho das Escrituras ou pelo mais claro raciocínio; a menos que eu seja persuadido por meio das passagens que citei; a menos que assim submetam minha consciência pela Palavra de Deus, não posso retratar-me e não me retratarei, pois é perigoso a um cristão falar contra a consciência. Aqui permaneço, não posso fazer outra coisa; Deus queira ajudar-me. Amém."

2. *Sola Gratia* (Somente a Graça ou Salvação Somente pela Graça) - afirma a doutrina bíblica de que a salvação é pela graça de Deus apenas, e que nós somos resgatados de Sua ira apenas por Sua graça. A graça de Deus em Cristo não é meramente necessária, mas é a única causa eficiente da salvação. Esta graça é a obra sobrenatural do Espírito Santo que nos traz a Cristo por nos soltar da servidão do pecado e nos levantar da morte espiritual para a vida espiritual.
3. *Sola Fide* (Somente a Fé ou Salvação Somente pela Fé) - afirma a doutrina bíblica de que a justificação é pela graça somente, através da fé somente, por causa somente de Cristo. É pela fé em Cristo que Sua justiça é imputada a nós como a única satisfação possível da perfeita justiça de Deus.
4. *Solus Christus* (Somente Cristo) - afirma a doutrina bíblica de que a salvação é encontrada somente em Cristo e que unicamente Sua vida sem pecado e expiação substitutiva são suficientes para nossa justificação e reconciliação com Deus o Pai. O evangelho não foi pregado se a obra substitutiva de Cristo não é declarada, e a fé em Cristo e Sua obra não é proposta.
5. *Soli Deo Gloria* (Glória somente a Deus) - afirma a doutrina bíblica de que a salvação é de Deus, e foi alcançada por Deus apenas para Sua glória.

Diferenças quanto ao catolicismo

As igrejas protestantes tem como um de seus principais pontos de discussão suas diferenças com a Igreja Católica Romana. Alegam ter como raiz, por excelência, os ensinamentos bíblicos, como os de não cultuar imagens e de não necessidade de penitências para ter seus pecados perdoados. Acusam o catolicismo de, por outro lado, contrariar a Bíblia ao pregar a veneração a Maria e aos Santos, bem como a necessidade de determinadas ações como meio de se atingir o perdão.

Movimentos e ramos



Evolução dos principais ramos e movimentos no protestantismo (em inglês).

Pré-reforma

Lollardismo

O Lollardismo foi um movimento político e religioso dos finais do século XIV e inícios do século XV em Inglaterra. As suas exigências eram primeiramente a reforma da Igreja Católica.

Entre as suas principais doutrinas estavam que a devoção era um requerimento para que um padre fosse um "verdadeiro" padre ou que levasse a cabo os sacramentos, e que o leigo devoto tinha o poder de executar os mesmos ritos, acreditando que o poder religioso e a autoridade resultam da devoção e não da hierarquia da Igreja. Ensinava o conceito da "Igreja dos salvados", significando que entre a verdadeira Igreja de Cristo era a comunidade dos fiéis, que tinha muito em comum mas não era o mesmo que a Igreja oficial de Roma. Ensinou uma determinada forma de predestinação. Advogava a pobreza apostólica e a taxaço das propriedades da Igreja. Negava a transubstanciação em favor da consubstanciação.

Valdenses

Os valdenses são uma denominação cristã que teve sua origem entre os seguidores de Pedro Valdo, morto em 1217. Ele era um comerciante de Lyon; criou sua religião por volta de 1174. Ele decidiu encomendar uma tradução da Bíblia para a linguagem

popular e começou a pregá-la ao povo sem ser sacerdote. Ao mesmo tempo, renunciou a sua atividade e aos bens, que repartiu entre os pobres.

Reforma

Luteranismo

As Igrejas Luteranas tem ramificações em todo mundo, sendo todas unidas, formando uma Federação Luterana Mundial.

No Brasil há a Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil (IECLB), e também a Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB), as principais.

Calvinismo

As Igrejas Calvinistas tem cerca de 200 ramificações em todo mundo, sendo as mais numerosas as Igrejas Presbiterianas, como a Igreja da Escócia, fundada por John Knox, ou a também histórica Igreja Reformada Holandesa. No Brasil, há a Igreja Presbiteriana do Brasil, a Igreja Presbiteriana Independente, a Igreja Cristã Evangélica do Brasil (Congregacional), entre outras. A doutrina calvinista inspirou vários grupos, inclusive batistas e pentecostais.

Presbiterianismo

O Presbiterianismo faz parte da família das igrejas reformadas dentro das denominações do **Protestantismo Cristão** e é baseado nos ensinamentos de João Calvino, tais como eles foram institucionalizados na Escócia por John Knox. Há muitas entidades autônomas em países por todo o mundo que subscrevem igualmente o presbiterianismo. Para além de distinções traçadas entre fronteiras nacionais, os presbiterianos também se dividiram por razões doutrinárias, em especial no seguimento do Iluminismo.

Apesar da Igreja Presbiteriana ser oriunda da Reforma Protestante do Séc. XVI, ela mantém o carácter católico da Igreja (traduzida literalmente e especificamente só como "Igreja Universal"), como declarado no Credo Niceno-Constantinopolitano, ainda que não submissa à autoridade do Bispo de Roma.

Batistas e Congregacionalistas

Também tiveram origem nos reformadores mais radicais, na Inglaterra, que rejeitaram o protestantismo oficial da Igreja Anglicana. Advogam a separação da Igreja e do Estado. Rejeita o episcopalismo, adotando o governo da congregação (membros), tanto os batistas fundamentalistas, como os congregacionais ou congregacionalistas.

Os congregacionais são mais numerosos também na Inglaterra e Estados Unidos, sendo bem menos numerosos no Brasil, com a União das Igrejas Evangélicas Congregacionais do Brasil, tradicional, a mais importante.

Anglicanismo

A Igreja Anglicana (também denominada *Igreja da Inglaterra*, em inglês *Church of England*) é a Igreja cristã estabelecida oficialmente na Inglaterra e é o tronco principal da Comunhão Anglicana Mundial, bem como um membro fundador da Comunhão de Porvoo. Fora da Inglaterra, a Igreja Anglicana é denominada Igreja Episcopal, principalmente nos Estados Unidos e na Austrália.

Anabatismo e Menonitas

Anabatistas ("re-baptizadores", do grego "ana" e "baptizo"; em alemão: Wiedertäufer) são cristãos da chamada "ala radical" da Reforma Protestante; nascida na Alemanha, empolgou os camponeses, que foram massacrados após uma sangrenta revolta camponesa; alguns sobreviventes do movimento, mais moderados e liderados por Menno Simons, foram denominados menonitas.

Pós-reforma

Batistas

Os batistas são numerosos em diversos países da Europa e na América do Norte; dividem-se em centenas de grupos, mas reúnem-se em sua grande maioria, na "Aliança Batista Mundial" (WBA). Centenas de grupos batistas (ou *Batistas Independentes*) não são filiados à essa organização; o mais proeminente é a conservadora "Southern Baptist Convention" (Convenção Batista do Sul) que reúne mais de 13 milhões de membros, no Sul dos Estados Unidos. No Brasil, são filiadas à WBA, a Convenção Batista Brasileira e a Convenção Batista Nacional, esta última de linha pentecostal, reunindo cerca de 90% dos batistas no país. O restante se agrupa em convenções menos numerosas, como a dos "Batistas Independentes", dos "Batistas Pentecostais", da "Batistas Bíblicos" (fundamentalistas), ou ainda "Batistas Regulares".

Metodismo

As Igrejas Wesleyanas tem origem no movimento metodista do século XVIII, tendo cerca de 50 diversas ramificações. A mais numerosa é a Igreja Metodista. Os metodistas dividem-se entre conservadores, pentecostais, fundamentalistas, carismáticos e tradicionais. A doutrina do Reverendo John Wesley (pregador britânico, Pastor da Igreja da Inglaterra) permaneceu até sua morte, e influenciou o surgimento da doutrina pentecostal no final século XIX e início do século XX. No Brasil, há a Igreja Metodista Wesleyana, de linha pentecostal, e a Igreja Metodista do Brasil, histórica, que a abriga tanto tradicionais quanto carismáticos, sendo este último atualmente o grupo predominante em sua membresia (Igreja Metodista Livre, Igreja Metodista Ortodoxa, entre outras).

Adventismo

Movimento originado nos Estados Unidos resultante das teorias do Millerismo, de Willian Miller, após o episódio do Grande Desapontamento. Tiveram como líderes importantes para a fundação da Igreja Adventista pregadores e escritores como James Springer White e Ellen White, cujos temas principais são a volta de Jesus Cristo. Dão

grande importância aos Dez Mandamentos, principalmente a guarda do sábado, pelo qual surgiram igrejas como a Igreja Adventista do Sétimo Dia e a Igreja Adventista do Sétimo Dia Movimento de Reforma. Também são importantes grupos como a Igreja Adventista da Promessa (apesar de estar classificada como Adventista, mantém tradição Pentecostal, gerando uma transição entre as duas denominações) ou a Igreja Cristã Adventista.

Pentecostais

São os Protestantes que dão especial ênfase na contemporaneidade dos Dons do Espírito Santo. Muitos deles não são ramificados das igrejas acima, mas tem as teses dos reformadores como doutrina básica. Os grupos mais destacados são as Assembléias de Deus, Congregação Cristã no Brasil (primeira igreja pentecostal brasileira criada em 1910) e a Igreja do Evangelho Quadrangular.

No Brasil, a década de 1960 assistiu ao grande crescimento dos "pentecostais", e o crescimento de quase 1000 denominações pentecostais.

Deutero-pentecostalismo

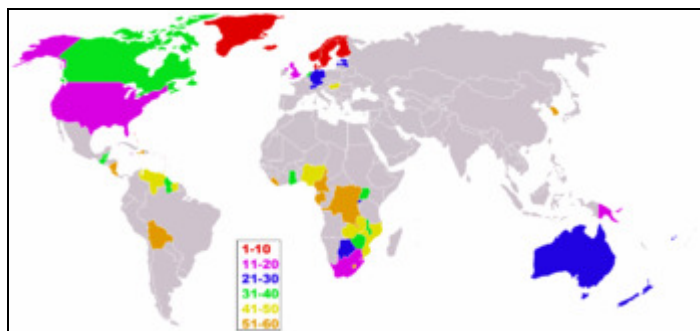
Deutero-Pentecostalismo é o termo que designa a segunda onda do movimento Pentecostal que surgiu na década de 1950, no Brasil, quando chegaram a São Paulo dois missionários norte-americanos da International Church of The Foursquare Gospel.

Na capital paulista, eles criam a Cruzada Nacional de Evangelização e, centrados na cura divina, iniciam a evangelização das massas, principalmente pelo rádio, contribuindo bastante para a expansão do pentecostalismo no Brasil. Fundaram depois a Igreja do Evangelho Quadrangular.

Neopentecostalismo

Hoje há grandes igrejas denominadas como "neopentecostais". Alguns anglicanos e reformados rejeitam chamá-las "protestantes", já que suas doutrinas diferem notavelmente da doutrina reformada, principalmente pela Teologia da prosperidade. Internacionalmente são grandemente conhecidos os movimentos liderados por pregadores como Kenneth Hagin, Benny Hinn, David (Paul) Yonggi Cho e César Castellanos (criador do G12). No Brasil, os grupos mais conhecidos desse ramo são a Igreja Universal do Reino de Deus, liderada por Edir Macedo, a Igreja Internacional da Graça de Deus, liderada por R.R. Soares, a Igreja Apostólica Renascer em Cristo e o Ministério Internacional da Restauração (famoso pela propagação do G12 no Brasil).

Protestantes no mundo



Os 60 países com a maior porcentagem de protestantes.

Há quase 600 milhões de Protestantes no mundo, o que representa cerca de 30% dos Cristãos são protestantes. O país com maior número de protestantes são os Estados Unidos da América (162.653.774). Outros países que possuem grande número de protestantes são Reino Unido, Nigéria, e Alemanha. Em toda a escandinávia Escandinávia (incluindo Dinamarca e Islândia), Letônia, Estônia, Reino Unido e em vários países que são ou foram colônias desta nação (entre eles os EUA), os protestantes representam mais de 50% da população, chegando a ultrapassar os 90% em algumas nações como a Dinamarca.

O protestantismo no Brasil



Jan Hus

O protestantismo chegou ao Brasil pela primeira vez com viajantes e nas tentativas de colonização do Brasil por huguenotes (nome dado aos reformados franceses) e reformados holandeses e flamengos durante o período colonial. Esta tentativa não deixou frutos persistentes. Uma missão francesa enviada por João Calvino se estabeleceu, em 1557, numa das ilhas da Baía de Guanabara, fundando a França Antártica. No mesmo ano, esses calvinistas franceses realizaram o primeiro culto protestante no Brasil e, de acordo com alguns, da própria América. Mas, pela predominância católica, foram obrigados a defender sua fé ante as autoridades, elaborando a Confissão de Fé de Guanabara, assinando, com isso, sua sentença de morte, pondo um fim no movimento.

Com a vinda da família real portuguesa ao Brasil e abertura dos portos a nações amigas, através do Tratado de Comércio e Navegação comerciantes ingleses estabeleceram a Igreja Anglicana no país, em 1811. Seguiram a implantação de igrejas de imigração: alemães trouxeram o luteranismo em 1824.

Em 1855, Robert Reid Kalley, missionário autônomo escocês, fundou igrejas Congregacionais constituindo primeiro trabalho Protestante permanente em terras brasileiras. Mais tarde, em 1859, a igreja Presbiteriana foi fundada por Ashbel Green Simonton no Rio de Janeiro. Apesar de uma inicial desavença entre Kalley e Simonton, logo os dois passaram a cooperar. Quando Kalley precisou partir do Brasil, providenciou a formação de pastores brasileiros em um Seminário da Inglaterra (a Escola de Pastores do Rev. Charles Spurgeon) e, providenciou também que outro missionário independente, o batista Salomão Ginsburg, fosse enviado para cá.

Em 1871 o primeiro grupo batista se estabeleceu em Santa Bárbara d'Oeste, no Estado de São Paulo, trazida por missionários americanos. Em 1907 fundava-se a Convenção Batista Brasileira.

Em 1910 o Brasil receberia o pentecostalismo, com a chegada da Congregação Cristã no Brasil e da Assembléia de Deus. Esta, em particular, foi trazida ao Brasil por dois missionários suecos, Daniel Berg e Gunnar Vingren, e estabeleceu-se inicialmente no norte, no Pará. Em 1922 chega ao país o Exército de Salvação, igreja reformada de origem inglesa, pelas mãos de David Miche e esposa, um casal de missionários suíços.



Robert Reid Kalley

Em 1932 alguns ministros da Assembléia de Deus devolveram voluntariamente suas credenciais de obreiros e organizaram Igreja de Cristo no Brasil em Mossoró/RN.

Nos anos 1950 surge uma nova onda do pentecostalismo, com a influência de movimentos de cura divina e expulsão de demônios que geraram diferentes

denominações, tais como: Igreja Pentecostal O Brasil para Cristo fundada pelo já falecido missionário Manoel de Mello. Em 1962 surge a Igreja Pentecostal Deus é Amor, fundada pelo missionário David Miranda. Também nesta época várias igrejas protestantes que eram tradicionais adicionaram o fervor pentecostal, como exemplos, a Igreja Presbiteriana Renovada, a Igreja Cristã Maranata, a Convenção Batista Nacional e a Igreja do Evangelho Quadrangular, que chegou ao Brasil trazida pelos missionários Harold Edwin Williams e Jesus Hermírio Vaquez, que se instalaram inicialmente na cidade mineira de Poços de Caldas. A Igreja Cristã Maranata foi fundada em Outubro de 1968 no morro do Jaburuna em Vila Velha, Espírito Santo por quatro antigos membros da Igreja Presbiteriana do Centro de Vila Velha.

A década de 1970 viu nascer o movimento neopentecostal, com igrejas que enfatizam a prosperidade, como a Igreja Universal do Reino de Deus, fundada por Edir Macedo, em 1977; a Igreja Internacional da Graça de Deus, fundada por Romildo Ribeiro Soares, entre muitas outras. É também nessa década que mesmo a Igreja Católica no Brasil começa a sofrer influência dos movimentos pentecostais através da Renovação Carismática Católica, um movimento originário dos EUA.

Recentemente cresceram as chamadas igrejas neopentecostais com foco nas classes média e alta, com um discurso mais liberado quanto aos costumes e menos ênfase nas manifestações pentecostais. Entre elas podemos citar a Igreja Apostólica Renascer em Cristo, fundada por Estevam e Sonia Hernandez, a Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra, fundada por Robson Rodovalho e a Igreja Evangélica Cristo Vive, fundada por Miguel Ângelo.

Movimentos teológicos de origem protestantes

- Puritanismo
- Pietismo
- Evangelicalismo
- Ecumenismo
- Fundamentalismo cristão
- Pentecostalismo
- Neo-ortodoxia
- Liberalismo teológico

Pentecostalismo

Pentecostalismo, é como se chama a doutrina de determinados grupos religiosos cristãos, originários no seio do protestantismo, que se baseia na crença do poder do Espírito Santo na vida do crente após o Batismo do Espírito Santo, através dos Dons do Espírito Santo, começando com o dom de línguas (glossolalia).

Origem

Para alguns o pentecostalismo moderno teve início em 1901, no Colégio Bíblico Betel, em Topeka, no Estado do Kansas, quando a fiel Agnes Ozman recebeu o carisma das línguas pela imposição de mãos do Pastor Charles Fox Parham. A dúvida inicialmente pairava se aquelas línguas eram línguas existentes (xenoglossia) ou desconhecidas (glossolalia).

Todavia, tradicionalmente, reconhece-se o início do movimento pentecostal no ano de 1906, em Los Angeles, nos Estados Unidos, na Rua Azusa, onde houve um grande avivamento caracterizado principalmente pelo "batismo com o Espírito Santo", evidenciado pelos dons do Espírito (glossolalia, curas milagrosas, profecias, interpretação de línguas e discernimento de espíritos, dentre outros).

No entanto, o batismo com dons do Espírito Santo não era totalmente novo no cenário protestante. Existem inúmeros relatos de pessoas que clamam ter manifestado dons do Espírito em muitos lugares, desde Martinho Lutero (apesar de controversos quanto a veracidade) no século XVI até de alguns protestantes da Rússia, no século XIX.

Devido à projeção que ganhou na mídia, o avivamento na Rua Azusa rapidamente cresceu e, subitamente, pessoas de todos os lugares do mundo estavam indo conhecer o movimento. No começo, as reuniões na Rua Azusa aconteciam informalmente, eram apenas alguns fiéis que se reuniam em um velho galpão para orar e compartilhar suas experiências, liderados por William Seymour (1870-1922).

Rapidamente, grupos semelhantes foram formados em muitos lugares dos EUA, mas com o rápido crescimento do movimento o nível de organização também cresceu até o grupo se denominar Missão da Fé Apostólica da Rua Azusa. Alguns fiéis não concordaram com a denominação do grupo.

Surgiram grupos independentes que emergiram em denominações. Também algumas denominações já estabelecidas adotaram doutrinas e práticas pentecostais, como é o caso da Igreja de Deus em Cristo.

Mais tarde, alguns grupos ligados ao movimento pentecostal começaram a crer no unicismo em vez da trindade (trindade). Com o crescimento da rivalidade entre os que criam no unicismo e os que criam na trindade, ocorre um cisma e novas denominações nasceriam como a Igreja Pentecostal Unida (unicista) e as Assembleia de Deus (trinitária).

Pentecostalismo Brasileiro

O Pentecostalismo chegou ao Brasil em 1910, com a vinda do missionário Louis Francescon, que atuou em colônias italianas no Sul e Sudeste do Brasil (realizando em 1910, o primeiro batismo de orientação pentecostal em solo brasileiro com a conversão de 11 almas), originando a Congregação Cristã no Brasil em Santo Antônio da Platina - Paraná). Em 1911 Daniel Berg e Gunnar Vingren, iniciaram suas missões no Pará e Nordeste, dando origem a Assembleia de Deus. Francescon, Berg e Vingren tiveram matriz pentecostal comum, ao receberem as novas doutrinas na Missão de Fé Apostólica conduzida pelo Pastor William H. Durham, ex-pastor batista, em Chicago, III.

O movimento pentecostal pode ser dividido em três ondas. A primeira, chamada pentecostalismo clássico, abrangeu o período de 1910 a 1950 e iniciou-se com sua implantação no país, decorrente da fundação da Assembleia de Deus e da Congregação Cristã no Brasil até sua difusão pelo território nacional. Desde o início, ambas as igrejas caracterizam-se pelo anticatolicismo, pela ênfase na crença no batismo no Espírito Santo e por um ascetismo que rejeita os valores do mundo e defende a plenitude da vida moral e espiritual.

Em 1932, foi organizada a Igreja de Cristo no Brasil em Mossoró (Rio Grande do Norte). Segundo o sociólogo Alexandre Carneiro, a Igreja de Cristo no Brasil seria a primeira denominação pentecostal organizada por Brasileiros. A Igreja de Cristo divergiu das demais igrejas pentecostais da primeira onda ao seguir o dogma da "eterna segurança" mais conhecida como Perseverança dos santos. Esta também defende que o cristão recebe o batismo do Espírito Santo no momento da conversão e não como segunda benção seguida de dons de línguas.

Segundo SOUSA (2007), entre as igrejas da primeira onda encontra-se a Missão Evangélica Pentecostal do Brasil, fundada em Manaus em 1939, de origem americana, mas que atualmente atua de forma independente, com direção nacional e credo baseado no Pentecostalismo Clássico, de característica moderada quanto à questão de usos e costumes.

A segunda onda começou a surgir na década de 1950, quando chegaram a São Paulo dois missionários norte-americanos da International Church of The Foursquare Gospel. Na capital paulista, eles criaram a Cruzada Nacional de Evangelização e, centrados na cura divina, iniciaram a evangelização das massas, principalmente pelo rádio, contribuindo bastante para a expansão do pentecostalismo no Brasil. Em seguida, fundaram a Igreja do Evangelho Quadrangular. No seu rastro, surgiram Igreja Pentecostal Unida do Brasil, O Brasil para Cristo, Igreja Pentecostal Deus é Amor, Casa da Bênção, Igreja Unida, Igreja de Nova Vida e diversas outras igrejas pentecostais menores como a Igreja Presbiterial Pentecostal dentre outras.

A terceira onda, chamada de Neo-Pentecostalismo, teve início na segunda metade dos anos 70. Fundadas por brasileiros, as mais antigas são a Igreja Universal do Reino de Deus (Rio de Janeiro, 1977), liderada pelo bispo Edir Macedo, e a Igreja Internacional da Graça de Deus (Rio de Janeiro, 1980), liderada e fundada pelo missionário R. R. Soares, ambas presentes na área televisiva com seus televangelistas. Posteriormente, temos o surgimento da Renacer em Cristo (São Paulo, 1986) e da Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra (Brasília, 1992). De um modo geral, utilizam intensamente

a mídia eletrônica e aplicam técnicas de administração empresarial, com uso de marketing, planejamento estatístico, análise de resultados etc. Algumas pregam a Teologia da Prosperidade, pela qual o cristão está destinado à prosperidade terrena, rejeitando os tradicionais usos e costumes austeros dos pentecostais. O neopentecostalismo constitui a vertente pentecostal mais influente e a que mais cresce. Também são mais liberais em questões de costumes.

Além das grandes denominações pentecostais, existem hoje centenas de "ministérios independentes" ou novas denominações surgindo anualmente no Brasil e no mundo.

Paralelamente ao Pentecostalismo, várias denominações protestantes que eram tradicionais experimentaram movimentos internos, com manifestações pentecostais. Assim foram denominados "Renovados", como a Igreja Presbiteriana Renovada (originária da IPB), Convenção Batista Nacional (originária da CBB), Igreja do Avivamento Bíblico (originária da IMB), Igreja Cristã Maranata (originária também da IPB) e a Igreja Adventista da Promessa (originária da Igreja Adventista do Sétimo Dia).

Nos anos mais recentes a doutrina de renovação do Pentecostalismo ultrapassou até mesmo as fronteiras do Protestantismo, surgindo movimentos de renovação pentecostal Católica Romana e Ortodoxa Oriental, como a Renovação Carismática Católica que teve sua origem por Padres influenciados por Pastores e literaturas pentecostais.

Fontes

- Fontes. FRESTON, Paul. Breve história do pentecostalismo brasileiro. In: ANTONIAZZI, Alberto (coordenador).
- Nem anjos nem demônios: Interpretações sociológicas do pentecostalismo. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 67-162.
- CAMPOS, Leonildo S. As origens norte-americanas do pentecostalismo brasileiro: observações sobre uma relação ainda pouco avaliada. REVISTA USP, São Paulo, n.67, p. 100-115, setembro/novembro 2005.
- SOUSA, João Bosco de. METAMORPHOSIS E NEKROSIS. DEI: Natal, 2007

Neopentecostalismo

O **neopentecostalismo** é uma vertente do evangelicalismo que congrega denominações oriundas do pentecostalismo clássico ou mesmo das igrejas cristãs tradicionais. Surgiram sessenta anos após o movimento pentecostal do início do século XX (1906, na Rua Azuza), ambos nos Estados Unidos da América.

Em alguns lugares são chamados de carismáticos, tendo como exceção o Brasil, onde essa nomenclatura é reservada exclusivamente para um movimento dentro da Igreja Católica chamado Renovação Carismática Católica.

O Movimento Carismático ou Neopentecostal principiou-se nas denominações históricas (Batista, Presbiteriana, etc). Assim surgem: A Convenção Batista Nacional, que reúne as igrejas de "renovação espiritual", incluindo a Batista da Lagoinha desde 1967 (são moderadas, conhecidas como "renovadas"); As Igrejas Pentecostais Sinais e Prodígios, fundada em 1970; A Igreja Renascer em Cristo, em 1986. Surgem também as denominações novas, não oriundas de igrejas históricas, mas de líderes hábeis e influentes. Tal é o caso de: Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), fundada por Edir Macedo em 1977 no Brasil; Igreja da Graça, fundada por R.R. Soares. Igreja Apostólica Deus é Vida, fundada por Ismael Torquato em 2004 no Brasil.

No Brasil algumas igrejas que representam os neopentecostais são:

- Igreja Apostólica Deus é Vida
- Igreja em Células Videira
- Convenção Batista Nacional
- Igreja Universal do Reino de Deus
- Igreja Apostólica Renascer em Cristo
- Igreja Internacional da Graça de Deus
- Ministério Internacional da Restauração
- Igreja Apostólica Fonte da Vida
- Igreja Celular Internacional
- Igreja Nacional do Senhor Jesus Cristo
- Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra
- Ministério Apascentar
- Igreja Comunhão Plena
- Igreja Novo Destino
- Igreja Mundial do Poder de Deus
- Igreja Bola de Neve
- Igreja Tabernáculo Evangélico de Jesus
- Igreja Evangélica Templo das Águias
- Missão Socorrista Evangélica
- O Movimento G 12 ou Mover Celular

Entretanto, não formam um movimento homogêneo, sendo atribuído esta classificação apenas por teóricos da religião, e responsável pelo crescimento exponencial do protestantismo no Brasil e no mundo.

Crítica

O sucesso do movimento teria seu fundamento na pulverização teológica promovida por Mary Baker depois por Essek William Kenyon ao misturar o gnosticismo das religiões metafísicas com o cristianismo pentecostal.

Todas estas doutrinas: Batalha Espiritual, Confissão positiva, Maldições hereditárias, Possessão de crentes, teriam origem no ensino teológico dos movimentos de fé norte-americano.

Uma das maiores críticas ao movimento neopentecostal é a ênfase que algumas denominações dão aos ensinamentos da confissão positiva, conhecido popularmente como "Teologia da Prosperidade", de acordo com Paulo Romeiro, em seu livro "Super Crentes, o Evangelho segundo Kenneth Hagin, Valnice Milhomens e os Profetas da Prosperidade ", é a corrente doutrinária que ensina que uma vida medíocre do cristão indica falta de fé. Assim, a marca do cristão cheio de fé e bem-sucedido é a plena saúde física, emocional e espiritual, além da prosperidade material. Pobreza e doença são resultados visíveis do fracasso do cristão que vive em pecado ou que possui fé insuficiente.

Ainda de acordo com o Dictionary Of Pentecostal And Charismatic Movements (Dicionário dos Movimentos Pentecostal e Carismático), "Confissão positiva é um título alternativo para a teologia da fórmula da fé ou doutrina da prosperidade promulgada por vários televangelistas contemporâneos, sob a liderança e a inspiração de Essek William Kenyon. A expressão "confissão positiva" pode ser legitimamente interpretada de várias maneiras. O mais significativo de tudo é que a expressão "confissão positiva" se refere literalmente a trazer à existência o que declaramos com nossa boca, uma vez que a fé é uma confissão.

Confissão Positiva torna-se, em verdade, parte do movimento Neopentecostal que surge nos Estados Unidos no início dos anos 60. Seus ensinamentos têm relação com as doutrinas da prosperidade ."

Pentecostais vs. Neopentecostais

Os neopentecostais formaram um grupo coexistente com os pentecostais, mas com uma identidade distinta. Possuem uma forma muito sobrenaturalista de encarar sua vida religiosa, com ênfase na busca de revelações diretas da parte de Deus, de curas milagrosas para doenças e uma intensa batalha espiritual entre forças espirituais do bem e do mal, que afirmam ter consequências diretas em sua vida cotidiana. São, em geral, mais flexíveis em questões de costumes em relação aos Pentecostais tradicionais.

Segundo Alan B. Pieratt:

” Os ensinamentos da prosperidade não tiveram origem no pentecostalismo. Todavia, a tendência das denominações pentecostais de aceitarem as afirmações de autoridade profética criou um espaço teológico onde a doutrina da prosperidade pode afirmar-se e crescer... Nossa primeira conclusão histórica, diz Pieratt, é que o pentecostalismo foi o

portador desta doutrina, mas ela necessariamente não faz parte das crenças pentecostais.”

Os pentecostais clássicos e as igrejas históricas tradicionais geralmente criticam a teologia da prosperidade e o modelo de células por meio do G 12, presente em algumas das denominações neopentecostais, contudo, uma parte de seus líderes já vem incorporando, ao longo dos anos, muitos dos ensinamentos ditos neopentecostais.

Culto cristão

O **culto** tem sido considerado, pela maioria dos cristãos, como o ato central de identidade cristã através da história. Muitos teólogos cristãos têm definido a humanidade como *homo adorans*, ou seja, "o homem que cultua", significando assim que o culto a Deus é central para se compreender o ser humano.

Índice

- 1 Tradição Litúrgica
 - 1.1 Igreja Católica
- 2 Tradição Reformada
 - 2.1 Antecedentes Históricos
- 3 Tradições das Igrejas Livres
- 4 Tradição Evangelicalista
- 5 Bibliografia

Tradição Litúrgica

No Catolicismo, na Igreja Ortodoxa e em alguns ramos (Igrejas Altas) do Anglicanismo e do Luteranismo, o culto de adoração a Deus é prestado na liturgia: ato do homem que adora (ação ascendente) e do Deus que salva (ação descendente).

O termo liturgia deriva do grego "*ergosleitor*" (ação do povo), onde os dotados de posses praticavam filantropia para com os necessitados e estes, agradecidos, louvavam tais atos. Coisa semelhante acontece na liturgia: Deus santifica e concede graças ao homem e este, em gratidão, o adora e serve, alcançando assim a sua salvação eterna, principalmente através da sua participação, por graça divina, dos méritos do sacrifício de Cristo na cruz. Este sofrimento e sacrifício redentor e supremo é renovado pela Eucaristia e celebrado na Missa.

Daí que o culto é celebrado de forma solene, seguindo uma ordem estrita de serviço e centrada precisamente na Missa, mais precisamente na Eucaristia. Segue-se um Lecionário contendo as orações e leituras para cada dia do ano litúrgico.

Igreja Católica

Na Igreja Católica, para além do culto de adoração a Deus (*latría*), existe também o culto de veneração aos Santos (*dulia*) e à Virgem Maria (*hiperdulia*). Estes dois cultos, sendo o primeiro mais importante, são muito diferentes, mas ambos são expressos através da liturgia, que é o culto oficial e público da Igreja Católica, e também através da piedade popular, que é o culto católico privado.

Dentro da piedade popular, que é de certo modo facultativa, destacam-se indubitavelmente as devoções; enquanto que na liturgia, destaca-se a Missa (de frequência obrigatória aos Domingos e festas de guarda) e a Liturgia das Horas. A Igreja permite também a veneração de imagens e de reliquias sagradas de Cristo, dos

Santos e da Virgem Maria. Mas, no caso das relíquias, elas têm de ser primeiro autenticadas pela Igreja, para que a sua veneração seja autorizada. Porém, com o avanço científico do séc. XX, a Igreja Católica distanciou-se gradualmente da veneração destes objectos sagrados.

Tradição Reformada

Desde a publicação do livro de Martinho Lutero *O Cativo Babilônico da Igreja* as igrejas protestantes re-enfocaram o culto cristão, baseando-o na leitura e exposição da Palavra, seja por hinos ou sermões. A música é solene, geralmente acompanhada por órgão, ou em alguns casos de corais e orquestras. A participação coletiva da congregação é encorajada: a igreja canta em uníssono, recitam confissões de fé, fazem leituras responsivas. Os rituais são mais simples, desprovidos de paramentos, são sóbrios e buscam a adoração divina.

O Culto Tradicional tem um conteúdo programático mas não tão ritualístico quanto o estilo Litúrgico, antes seria um estilo de semilitúrgico.

Antecedentes Históricos

O que chamamos de culto tradicional surgiu logo após o fim da idade média. Foi uma correção do estilo de culto medieval, visando corrigir os seus abusos.

Durante os séculos XVI e XVII desenvolveu-se um estilo litúrgico modificado, tanto na Suíça quanto na Inglaterra. Esses cultos, menos estruturados que aqueles planejados por Lutero e Cranmer, foram os precursores dos cultos tradicionais em nossos dias.

João Calvino(1500-1564) foi o líder da Reforma em Genebra e suas considerações quanto ao culto eram que a Santa Ceia servia como ferramenta para exortação da igreja e não como ritual elaborado e que o Culto precisava ser recebido com fé para se obter a graça de Deus advinda dele. A liturgia deveria seguir três normas: Cantar somente salmos e não hinos, acompanhado só de melodia e não harmonia; a pregação exegética era obrigatória em todos os cultos semanais.

Tradições das Igrejas Livres

Tradições da Igrejas Livres são assim chamados por seu amor a liberdade e autonomia na determinação dos componentes do culto e sua ordem dentro dele. Destaca-se os grupos: anabatistas, pietistas, os separatistas, puritanos e irmãos de Plymouth, que possuem como características:

- A prática de adoração tinham um precedente bíblico bem claro.
- Assuntos relativos a adoração deveria ser de interesse única exclusivamente da igreja local.
- Orações devem ser espontâneas e informais (em objeção a ordem litúrgicas como o Livro de Oração Comum) e os sermões devem ser práticos e aplicáveis (em contraste com o Lecionário).
- Os puritanos especialmente discordavam das vestimentas clericais dos oficiantes, do uso da água benta, do ajoelhar-se para receber a comunhão, da

participação de católicos romanos na comunhão evangélica, da ordem de culto impressa, das rezas. Eles, em conclusão, eram contra tudo que não fosse avalizado pelas Escrituras. Por esta razão seus cultos foram simplificados ao máximo: longas orações, poucas canções e muitos e intermináveis sermões.

- Em grupos mais tradicionais de igrejas livres, como os irmãos de Plymouth qualquer membro pode liderar parte do serviço: chamar os cânticos, levantar a voz em oração, pregar, dividir o pão.

Tradição Evangelicalista

No século XIX houve o surgimento dos movimentos de Grande Despertar no mundo anglo-saxônico, surgiu a tradição Evangelicalista, originária do metodismo, da cultura da fronteira agrícola do Oeste Americano e dos Evangelistas urbanos na Grã-Bretanha industrial. Enfatiza Deus vindo ao encontro da humanidade, assim o culto é voltado à Igreja. A ordem do serviço é mais livre, contando com grande participação laica, instrumentos tocando músicas religiosas com estilos contemporâneos e populares, com apresentações individuais, hora do apelo e expectativa de novos convertidos aceitarem a Jesus como salvador e ao domingos pela manhã Escolas Bíblicas Dominicais.

Bibliografia

- Wainwright, Geoffrey; Westerfield Tucker, Karen Beth (ed.) *The Oxford history of Christian worship*
- Webber, Robert E. *Worship Old and New*
- White, James F. *Introduction to Christian Worship*
- White, James F. *A Brief History of Christian Worship*
- Wainwright, Geoffrey; Westerfield Tucker, Karen Beth (ed.) *The Oxford history of Christian worship*

Evangelicalismo

Evangelicalismo é uma concepção originária de "evangélico", o Evangelicalismo é um movimento teológico originário do Protestantismo, mas que não se limita a ele, que crê na necessidade de o indivíduo passar por uma experiência de conversão ("nascer de novo", "aceitar Jesus") e que adota a Bíblia como única base de fé e prática.

Índice

- 1 Evangelicalismo e Fundamentalismo
- 2 História do Evangelicalismo
- 3 Evangelicalismo na Igreja Católica Romana
- 4 Evangelicalismo na Igreja Ortodoxa
- 5 Bibliografia

Evangelicalismo e Fundamentalismo

É distinto do Fundamentalismo cristão, que possui uma interpretação literal da Bíblia e rejeita o conhecimento científico (como criticismo textual) e o diálogo com organizações religiosas que não sejam de mesma doutrina. O teólogo Harold Ockenga definiu o Neo-Evangelicalismo e distinguiu-o do fundamentalismo em 1947.

História do Evangelicalismo

O Evangelicalismo tem raiz no Pietismo germânico e no Metodismo britânico, nasceu na região de fronteira agrícola no oeste dos Estados Unidos, durante os Grande Despertares e teve como expoentes a Jonathan Edwards, John Wesley, Charles Finney, Dwight L. Moody, Harold Ockenga e Billy Graham.

Nos Estados Unidos várias escolas aderem à esse movimento teológico, como o Fuller Theological Seminary, em Pasadena, California, Talbot College (California), Wheaton College em Chicago, Gordon-Conwell Theological Seminary em Boston.

Evangelicalismo na Igreja Católica Romana

O movimento evangelicalista na Igreja Católica Romana nasceu na Irlanda, Quebec e Inglaterra na primeira metade do século XIX devido ao intenso contato com o protestantismo nessas áreas. Teólogos como Newman e Manning defendiam doutrinas evangelicalistas, que mais tarde foram aceitas, como a Doutrina Social da Igreja e as reformas do Concílio Vaticano II.

Esse movimento encontrou oposição dentro do catolicismo conservador. Nos meados do século XIX alguns católicos evangélicos dos EUA foram excomungados por "heresia americanista" que consistia em defender a separação entre igreja e estado, missa no vernáculo e administração das finanças pelas paróquias locais (trusteísmo). O Papa Pio

IX condenou essas idéias no *Sílabo de Erros* em 1864. O Concílio Vaticano I veio diminuir as esperanças da ala evangélica do catolicismo.

Depois do Concílio Vaticano II o movimento voltou a crescer principalmente nos Estados Unidos. De uma decisão tomada em 1978, a Conferência dos Bispos Americanos publicaram o documento "This Holy and Living Sacrifice—Directory for the Celebration and Reception of Communion under Both Kinds" em 1985 ("Esse Santo e Vivo Sacrifício - Direções para a celebração e recepção da comunhão em ambas espécies"), autorizando o uso de vinho e pão nas missas. Também criaram um Missal para as celebrações não-eucarísticas, que podem ser presidida por leigos ou por sacerdotes ordenados.

É baseada no princípio que:

- Todos pecaram;
- Só Jesus Cristo Salva;
- É necessário que cada indivíduo se arrependa e creia em Jesus Cristo para a vida eterna;
- Redescoberta e valorização da Bíblia Sagrada;
- Compromisso da evangelização: proclamar a salvação em Cristo e a justiça social à humanidade.

Muitas paróquias (principalmente no Meio-Oeste Americano e Sul) seguem este movimento teológico e possui apoios de bispos como Anthony Pilla da Diocese de Cleveland, OH e Nicholas di Marzio da Diocese do Brooklyn. Uma típica paróquia evangélica americana apresenta muitas semelhanças com uma igreja protestante tradicional: o padre (sem paramentos ou roupas distintas) dirige cultos não-eucarísticos baseados na leitura Bíblia, não existe novenas para santos, referem-se aos padres como "pastor", usam hinários protestantes, etc.

O movimento evangelicalista na Igreja Católica é anterior e distinto da Renovação Carismática Católica, embora recentemente muitos católicos evangélicos aderem também ao movimento carismático.

Evangelicalismo na Igreja Ortodoxa

O movimento evangelicalista na Igreja Ortodoxa é relativamente desconhecido fora da Romênia. Iniciou na segunda metade do século XIX quando reacendeu o fervor religioso dos romenos pelo *tomos* de autonomia que elevava a Igreja Ortodoxa Romena ao status de Patriarcado. Também houve a publicação da Bíblia em língua vernácula na romênia. Em 1926 o padre Iosif Trifa organizou o *Oastea Domnului* - o Exército do Senhor - como uma sociedade evangelicalista interna da Igreja Ortodoxa Romena.

Ver também

- Fundamentalismo
- Anglo-catolicismo
- Teologia dialética
- Movimento de Oxford

- [Christianity Today](#)
- [Lista de personalidades evangélicas](#)

Ligações externas

- **Evangelicalismo Protestante**
 - [diferença entre Evangelicalismo e Fundamentalismo](#)
 - [definição de Evangelicalismo](#)
- **Evangelicalismo Católico**
 - [Site católico romano evangélico \(em inglês\)](#)
 - [uma paróquia evangélica \(em inglês\)](#)
- **Evangelicalismo Ortodoxo**
 - [organização evangélica ortodoxa romena \(em romeno\)](#)

Bibliografia

- Bebbington, D W *Evangelicals in Modern Britain: A History from the 1730s to the 1980s* (London: Unwin, 1989)
- Carpenter, Joel A., "Fundamentalist Institutions and the Rise of Evangelical Protestantism, 1929-1942," *Church History* 49 (1980) pp. 62-75.
- [Freston, Paul](#) (2004). *Evangelicals and Politics in Asia, Africa and Latin America*. [Cambridge University Press](#).
- Marsden, George M., *Reforming Fundamentalism: Fuller Seminary and the New Evangelicalism*, William B. Eerdmans, Grand Rapids, 1987.
- Pierard, Richard V., "The Quest For the Historical Evangelicalism: A Bibliographical Excursus," *Fides et Historia* 11 (2) (1979) pp. 60-72.
- Price, Robert M., "Neo-Evangelicals and Scripture: A Forgotten Period of Ferment," *Christian Scholars Review* 15 (4) (1986) pp. 315-330.

Humanismo secular

O **Humanismo Secular** também conhecido por **Humanismo Laico** é um termo que tem sido usado nos últimos trinta anos para descrever uma visão de mundo com os seguintes elementos e princípios:

- Uso da razão, do método científico e da evidência factual em lugar de fé ou de misticismo, na busca de soluções e respostas para as questões humanas mais importantes.
- Certeza de que dogmas, ideologias e tradições religiosas, políticas ou sociais devem ser avaliados e testados, em vez de simplesmente aceitos por uma questão de fé.
- Busca da satisfação, do desenvolvimento e da criatividade, para o indivíduo e para a humanidade em geral.
- Preocupação com a vida presente e compromisso de dotá-la de sentido através de um melhor conhecimento de nós mesmos, de nossa história, das nossas conquistas intelectuais e artísticas e das perspectivas daqueles que diferem de nós.
- Busca por princípios viáveis de conduta ética (tanto individuais quanto sociais e políticos), julgando-os por sua capacidade de melhorar o bem-estar humano e a responsabilidade individual.
- Busca constante pela verdade objetiva, levando em consideração que nossa percepção dessa verdade é imperfeita e que ela pode ser alterada por novos conhecimentos e experiências.
- Certeza de que com razão, boa vontade e tolerância, pode-se progredir na construção de um mundo melhor para todos nós.

Índice

- 1 Os humanistas seculares são ateus?
- 2 Como os humanistas seculares vêem as alegações religiosas e sobrenaturais
- 3 Origem do humanismo secular
- 4 Humanistas seculares famosos

Os humanistas seculares são ateus?

Os Humanistas Seculares tipicamente descrevem-se como ateus ou agnósticos.

Os Humanistas Seculares não se apóiam em deuses ou outras forças sobrenaturais para resolver seus problemas ou oferecer orientação para suas condutas. Em vez disso, valem-se da aplicação da razão, da ciência, das lições da história e da experiência pessoal para formar fundamentos morais e éticos e para criar sentido na vida.

Humanistas Seculares vêem o método científico como a mais confiável fonte de informação sobre o universo. Reconhecem, porém, que novas descobertas sempre

estarão alterando e expandindo nossa compreensão deste, e possivelmente mudarão também nossa abordagem de assuntos éticos.

Muitos Humanistas Seculares afirmam ter chegado a essa posição após um período de deísmo.

Como os humanistas seculares vêm as alegações religiosas e sobrenaturais

Os Humanistas Seculares seguem uma perspectiva chamada de Naturalismo, na qual as leis físicas do universo **não** são subordinadas a entidades imateriais ou sobrenaturais, como deuses, demônios ou outros seres "espirituais" fora do domínio do universo natural.

Os Humanistas Seculares vêm com alto grau de desconfiança eventos sobrenaturais como milagres (que contradizem as leis físicas) e fenômenos psíquicos (percepção extra-sensorial, telepatia, vidência etc.).

Para os Humanistas Seculares, alegações sobrenaturais devem ser provadas com uso do método científico antes de serem aceitas. Relatos individuais ou imprecisos de milagres ou fenômenos sobrenaturais são rejeitados pelos Humanistas Seculares.

Origem do humanismo secular

O Humanismo Secular, enquanto um sistema filosófico organizado, é relativamente novo. Mas os seus fundamentos podem ser encontrados nas ideias de filósofos gregos clássicos como os Estóicos e Epicurianos, bem como no Confucionismo Chinês. Estas posições filosóficas buscavam nos próprios seres humanos - e não em deuses - as soluções para os problemas da humanidade.

Durante a Idade das Trevas da Europa Ocidental, as filosofias humanistas foram suprimidas pelo poder político da igreja. Aqueles que ousavam expressar opiniões contrárias aos dogmas religiosos dominantes eram banidos, torturados ou executados.

Foi apenas na Renascença dos séculos XIV a XVII, com o desenvolvimento da Arte, Música, Literatura, Filosofia e as grandes navegações, que a alternativa humanista passou a ser permitida.

Durante o Iluminismo do século XVIII, com o desenvolvimento da ciência, os filósofos finalmente começaram a criticar abertamente a autoridade da igreja e a envolver-se no que se tornou conhecido como "Livre-Pensamento".

O movimento Livre-Pensador do Século XIX na América do Norte e Europa Ocidental finalmente tornou possível para o cidadão comum a rejeição da fé cega e da superstição, sem o risco de perseguição.

A influência da ciência e da tecnologia, conjuntamente com os desafios à ortodoxia religiosa por célebres livre-pensadores como Mark Twain e Robert G. Ingersoll,

trouxeram elementos da filosofia humanista até mesmo para igrejas cristãs tradicionais, que se tornaram mais preocupadas com este mundo, e menos com o "próximo".

No século XX cientistas, filósofos e teólogos progressistas começaram a organizar-se num esforço para promover a alternativa humanista às tradicionais perspectivas baseadas na fé. Esses primeiros organizadores classificaram o Humanismo como uma "religião não teísta", que preencheria a necessidade humana de um sistema ético e filosófico.

Nos últimos trinta anos, aqueles que rejeitam o sobrenaturalismo enquanto opção filosófica viável adotaram o termo "Humanismo Secular" para descrever sua postura de vida não religiosa.

Os seus críticos frequentemente tentam classificar o Humanismo Secular como uma religião. No entanto, o Humanismo Secular carece das características essenciais de uma religião, inclusivamente a crença em uma divindade e uma ordem transcendente que a acompanha.

Os humanistas seculares mantêm que assuntos referentes a ética, conduta social e legal adequadas, e metodologia da ciência são filosóficos e não pertencem ao domínio da religião, que lida com o sobrenatural, místico e transcendente.

O Humanismo Secular, conseqüentemente, é uma filosofia e perspectiva que se concentra nos assuntos humanos e emprega métodos racionais e científicos para lidar com a larga variedade de assuntos importantes para todos nós. Ao mesmo tempo que o Humanismo Secular é adverso aos sistemas religiosos baseados em fé em muitos pontos, ele se dedica ao desenvolvimento do indivíduo e da humanidade em geral.

Para alcançar esta meta, o Humanismo Secular encoraja a dedicação a um conjunto de princípios que promovem o desenvolvimento da tolerância e compaixão e uma compreensão dos métodos da ciência, análise crítica, e reflexão filosófica.

Humanistas seculares famosos

Ao contrário das religiões, o Humanismo Secular não é organizado em algum tipo de movimento, associação ou seita. Nem exige autopromoção de seus seguidores. Por isso, muitas pessoas do passado e do presente podem ser consideradas Humanistas Seculares sem que tenham assumido publicamente essa filosofia.

A organização não governamental norte-americana *Council for Secular Humanism* aponta uma lista de Humanistas Seculares notórios ao longo da História:

- Voltaire
- Giordano Bruno
- Robert Green Ingersoll
- Matilda Joslyn Gage
- Thomas Paine
- David Hume
- Frances Wright

Outras fontes apontam as seguintes pessoas como Humanistas Seculares:

- Isaac Asimov
- Carl Sagan
- John Lennon
- Frank Zappa
- Gene Roddenberry
- Bertrand Russell
- Richard Dawkins
- Arthur C. Clarke
- Charles Schulz
- Kurt Vonnegut
- Andrei Sakharov
- Steve Allen
- Jeremy Bentham
- Daniel Dennett
- Sanal Edamaruku
- Julian Huxley
- John Stuart Mill

No Brasil:

- Drauzio Varella
- Herbert de Souza - O Betinho

Ecumenismo

Ecumenismo (ou *ecumenismo*) é o processo de busca da unidade. O termo provém da palavra grega "oikos" (casa), designando "toda a terra habitada". Num sentido mais restrito, emprega-se o termo para os esforços em favor da unidade entre igrejas cristãs; num sentido lato, pode designar a busca da unidade entre as religiões ou, mesmo, da humanidade. Neste último sentido, emprega-se também o termo "macro-ecumenismo".

O Dicionário Aurélio define ecumenismo como movimento que visa à unificação das igrejas cristãs (católica, ortodoxa e protestante). A definição eclesiástica, mais abrangente, diz que é a aproximação, a cooperação, a busca fraterna da superação das divisões entre as diferentes igrejas cristãs.

Do ponto de vista do Cristianismo, pode-se dizer que o ecumenismo é um movimento entre diversas denominações cristãs na busca do diálogo e cooperação comum, buscando superar as divergências históricas e culturais. Segundo a Igreja Evangélica Luterana do Brasil, o termo ecumênico quer representar que a Igreja de Cristo vai além das diferenças geográficas, culturais e políticas entre diversas igrejas^[1]. Nos ambientes cristãos, a relação com outras religiões costuma-se denominar diálogo inter-religioso. Este artigo foi desenvolvido na perspectiva do ecumenismo como a busca de unidade entre igrejas cristãs. Para uma visão macro-ecumênica,

Índice

- 1 Histórico
 - 1.1 O termo ecumenismo
 - 1.2 História do movimento ecumênico
- 2 Tipos de ecumenismo
- 3 Organismos ecumênicos
 - 3.1 No Brasil
 - 3.2 Na América Latina
 - 3.3 No mundo
- 4 Referências
- 5 Bibliografia

Histórico

O termo ecumenismo

No mundo grego, ecumenismo significava "terra habitada", e tinha o sentido de "povo civilizado", de cultura aberta, tanto com uma perspectiva geográfica, como de civilização. Com as conquistas do império romano, o termo ganha mais uma conotação antes das anteriores, a conotação política. Já no cristianismo, a palavra é utilizada numa perspectiva espiritual: a "terra habitada" passa a ser considerada obra de Deus, tornada

habitável pela colaboração humana. Assim, assume a conotação de uma tarefa a realizar.

Em 381, o Concílio de Constantinopla refere-se ao Concílio de Nicéia como Concílio ecumênico. Neste contexto, a palavra ecumênico refere-se tanto à reunião de pessoas de distintos lugares, quanto à doutrina e costumes eclesiásticos aceitos como norma para toda a Igreja Católica. Após o império romano, o termo ecumenismo deixa de ter as conotação política e passa a ser utilizado na Igreja. Por exemplo, o Credo Niceno-Constantinopolitano é considerado ecumênico por ser a profissão de fé aceito por todos os cristãos.

A raiz do ecumenismo moderno data do final do século XVIII, com as missões protestantes. O grande impulsionador destas missões, William Carey propôs a cooperação entre os cristãos para fazer frente à evangelização de um mundo cada vez maior a ser cristianizado. Mas o termo ainda tem conotações geográficas, enquanto busca a unidade em vista da expansão do Evangelho.

A partir dos movimentos Fé e Constituição e Vida e Ação, o termo ecumenismo espalhou-se nos ambientes eclesiais como o relacionamento entre as igrejas cristãs divididas na direção de superar as divergências teológicas, de aproximar os cristãos das diversas denominações e cooperar com a paz mundial.

História do movimento ecumênico

Em 1846, foi criada em Londres a Aliança Evangélica, com a finalidade de congregar as diversas igrejas diante da ameaça de fragmentação do Protestantismo. Durante a primeira reunião da Aliança Evangélica em Londres, o pastor calvinista ressalta o "espírito ecumênico" demonstrado pelos organizadores do evento^[2].

A partir da segunda metade do século XIX, surgiram as associações mundiais leigas de jovens, que foram fundamentais para o desenvolvimento do ecumenismo. A primeira destas associações de cunho ecumênico foi a Associação Cristã de Moços, criada em Londres em 1844, por George William, que se espalhou pelo mundo e organizou-se em uma Associação Mundial a partir de 1855. A Associação Cristã Feminina, também londrina, foi criada em 1855. Outras organizações também tiveram sua importância: Movimento de Estudantes Voluntários para as Missões Estrangeiras, de 1886, e a Federação Mundial de Estudantes Cristãos, de 1895, ambos organizados por John Raleigh Mott, que foi um grande líder das iniciativas ecumênicas.

No âmbito católico, o papa Leão XIII, ao promulgar a encíclica *Provida Mater*, em 1895, instituiu um tempo de novena pela reconciliação dos cristãos entre as festas da Ascensão e de Pentecostes, que foi constituído em um tempo perpétuo dois anos depois.

Em 1908, os anglicanos Spencer Jones e Lewis Thomas promoveram oito dias de oração pela unidade dos cristãos entre 18 de janeiro (Festa da cátedra de São Pedro) e 25 de janeiro (festa da conversão de São Paulo). Posteriormente, Watson converteu-se ao catolicismo e foi instituído na Igreja Católica a Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos neste mesmo período.

Em 1905, foi criado nos Estados Unidos o Conselho Nacional das Igrejas.

A Conferência Missionária Mundial, em Edimburgo, em 1910, é considerada o marco do ecumenismo como é entendido hoje: a busca da unidade entre as igrejas cristãs. Idealizado e realizado por John Mott. Ao convocar esta conferência, Mott conclamava os líderes do protestantismo para a necessidade de cooperação entre as igrejas no campo missionário, para além das diferenças confessionais. A Conferência resultou em dois congressos posteriores, em Estocolmo, em 1925 e Oxford em 1939. A partir de então floresceram diversas iniciativas ecumênicas: a criação do Conselho Internacional de Missões (1921), o Conselho Universal da Vida e do Trabalho (Estocolmo, 1925) e o Conselho Mundial Fé e Ordem (Lausanne, 1927), que estavam a gestar a criação de um organismo internacional das igrejas cristãs.

Entretanto, o papa Pio XI via com suspeita estes movimentos e publicou em 1928 a encíclica *Mortalium animos*, que afirma que a única igreja verdadeira é a igreja romana e que a salvação só pode ser alcançada pelo regresso a ela. Apesar desta posição oficial, diversas iniciativas no âmbito católico foram efetuadas no sentido da aproximação e cooperação com outras denominações cristãs.

Em 1948, foi criado o Conselho Mundial das Igrejas - CMI, que reuniu inicialmente 197 denominações. No âmbito desta organização, o termo ecumenismo designa os esforços entre Igrejas com vista a uma reconciliação cristã que aceite a realidade da diversidade das diversas igrejas cristãs.

Numa edição especial, a revista Sem Fronteiras (As Grandes Religiões do Mundo, p. 36) descreve o ecumenismo como um movimento que se preocupa com as divisões entre as várias Igrejas cristãs. E explica: "Trabalha-se para que estas divisões sejam superadas de forma que se possa realizar o desejo de Jesus Cristo: de que todos os seus seguidores estivessem unidos, de assim como Ele e o Pai são um só."

A Igreja Católica incorpora-se oficialmente ao movimento ecumênico a partir de 1960, quando o papa João XXIII criou o Secretariado Romano para a Unidade dos Cristãos. Este organismo participou ativamente no assessoramento ao papa e aos bispos durante o Concílio Vaticano II, além de ajudar os padres conciliares na elaboração do decreto *Unitatis Redintegratio* de 1964. Estabeleceu o diálogo sobre a doutrina com outras igrejas, assessorou as Conferências Episcopais pelo mundo no tema do ecumenismo. Foi responsável ainda pelos documentos *Diretório Ecumênico* (1967-1970) e *A colaboração ecumênica em nível regional, nacional e local* (1975). O Papa João Paulo II reafirmou o ecumenismo como essencial para a fé cristã na Encíclica Ut unum sint ("Que todos sejam um").

Algumas denominações protestantes participam do movimento ecumênico. Outras, entretanto, não só não o aceitam como creem que o ecumenismo cumpre perfeitamente as profecias bíblicas no livro do Apocalipse que prevê o seu líder - o falso profeta - que levará a humanidade a aceitar o Anticristo que está por vir (Apocalipse 13.11-12)^[31]. Esta visão é compartilhada sobretudo pelos novos movimentos religiosos.

Tipos de ecumenismo

O ecumenismo tem uma face plural. As iniciativas e o diálogo ecumênico ocorrem em diferentes níveis e entre diferentes atores. Bosch ^[41] classifica estas iniciativas segundo:

- **Ecumenismo espiritual:** o ecumenismo espiritual pressupõe que a superação das diferenças humanamente insuperáveis é uma obra de Deus. Requer uma atitude orante e também uma atitude de diálogo que brota da convicção de unidade espiritual entre aqueles que creem em Jesus Cristo. O Concílio Vaticano II afirma que "a oração é a alma do ecumenismo" (UR 8).
- **Ecumenismo institucional:** é aquele que ocorre ao nível das instituições promotoras do ecumenismo, como o Conselho Mundial de Igrejas e o Pontifício Conselho para a Unidade dos Cristãos.
- **Ecumenismo oficial:** é aquele que envolve as autoridades eclesiásticas das diversas igrejas.
- **Ecumenismo doutrinal:** trata-se das iniciativas de diálogo sobre as diversas questões doutrinárias que estão na raiz das divergências. Busca-se atingir pontos de convergência no que é o essencial do cristianismo através de encontros, colóquios e diálogos entre as diversas igrejas.
- **Ecumenismo local:** o ecumenismo local corresponde às iniciativas e ações comuns que ocorrem na base das igrejas.
- **Ecumenismo secular:** o ecumenismo secular é uma corrente do movimento ecumênico representada por aqueles que, diante do impasse e da lentidão das diversas instituições em realizar a unidade, creem que somente a aplicação do método intuitivo – que parte da história concreta em que estamos inseridos e da encarnação como tema central - poderá levar adiante a tarefa ecumênica. Segundo os secularistas, o pensamento e a ação ecumênicas devem estar centradas no mundo secular, no serviço dos ser humano. Assim o ecumenismo secular coloca-se na busca da justiça, da paz, da ecologia e da luta contra a pobreza expressa nas diversas teologias da libertação.

Organismos ecumênicos

No Brasil

No Brasil e no mundo existem vários organismos de natureza ecumênica. O mais importante, no Brasil, é o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC), fundado em novembro de 1982, com sede em Brasília e cujo símbolo é um barco. Seus membros são: "Igreja Católica Apostólica Romana, Igreja Cristã Reformada, Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, Igreja Presbiteriana Unida do Brasil e Igreja Católica Ortodoxa Siriana do Brasil".

Existem organismos ecumênicos que atuam em causas comuns, como Koinonia e Diaconia que têm ações de apoio ao movimento popular e às igrejas.

Na América Latina

Na América Latina, mencione-se o Conselho Latino-Americano de Igrejas (CLAI), criado provisoriamente em 1978, em Oaxtepec / México, e definitivamente em 1982, em Huampani / Peru. Com sede em Quito / Equador, reúne hoje 150 diferentes igrejas de todos os países do continente latino-americano. Realizou assembleias gerais em Huampani (1978), Indaiatuba / Brasil (1989), Concepción / Chile (1995) e Barranquilla / Colômbia (2001). A quinta assembleia geral foi realizada em Buenos Aires / Argentina (2007).

No mundo

No âmbito global, destaca-se o Conselho Mundial de Igrejas (CMI), fundado em Amsterdão (1948), contando hoje com 350 igrejas do mundo, com mais de 500 milhões de fiéis. Fazem parte dele a maioria das denominações protestantes e das igrejas ortodoxas. A Igreja Católica Romana ainda não é membro pleno, mas é-o de unidades específicas do CMI, como a Comissão de Fé e Ordem, que trata dos assuntos doutrinários. Realizam-se suas assembleias gerais em espaços de sete a oito anos entre elas, tendo a VIII Assembleia Geral sido realizado em Harare / Zimbábue (1998) e a IX Assembleia Geral em Porto Alegre / Brasil, em fevereiro de 2006. O novo Comitê Central, eleito nessa assembleia, elegeu por sua vez como seu Moderador, Walter Altmann, Pastor Presidente da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB).

Também existe a Comunidade de Taizé.

Referências

1. ↑ Página da Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil
2. ↑ Bosch, J. *Ecumenismo*. Em: Dicionário de Conceitos Fundamentais do Cristianismo. São Paulo: Editora Paulus, 1999. ISBN 85-349-1298-X.
3. ↑ Um artigo na Internet que expressa essa visão
4. ↑ Bosch, J. (1999). **Ecumenismo**. Dicionário de Conceitos Essenciais do Cristianismo. São Paulo: Editora Paulus, 1999. ISBN 85-349-1298-X

Bibliografia

- Bosch, Juan: *Para compreender o ecumenismo*. Edições Loyola, São Paulo, Brasil, 1995, ISBN: 9788515011810.
- CNBB: *O que é ecumenismo: Ajuda para trabalhar a exigência do diálogo*. Edições Loyola, São Paulo, Brasil, 1997, ISBN: 9788515015467.
- Wolff, Elias: *Caminhos do Ecumenismo no Brasil*. Editora Paulus, São Paulo, Brasil, 2002, ISBN: 8534920257.
- Vercruysse, J.E., *Introdução à teologia ecumênica*. São Paulo: Edições Loyola. ISBN 85150117849

Fundamentalismo religioso

O **Fundamentalismo Religioso** está presente em todas as religiões, durante todas as épocas da história da humanidade. Os Fundamentalistas são os mais conservadores e literais seguidores de uma religião, chegando, por vezes, a se desenvolverem militarmente.

Existem várias correntes fundamentalistas religiosas entre os adeptos do Judaísmo e Cristianismo e Islamismo, além de outras. Desde a época das Cruzadas, em que fundamentalistas cristãos desenvolveram grupos militares para recuperar as Terras Santas.

Índice

- 1 Filosofia
- 2 O uso do termo
- 3 O Fenômeno Fundamentalista
- 4 O fundamentalismo na visão midiática

Filosofia

O Fundamentalista acredita em seus dogmas como verdade absoluta, indiscutível, sem abrir-se, portanto, à premissa do diálogo religioso. Por este motivo, o fundamentalismo religioso se revela como fonte de intolerância, na qual o outro é analisado sob a ótica de ameaça, símbolo do mal, que pode fragilizar as "muralhas de verdade" construídas pelo fundamentalista em seu discurso.

Em muitos casos, o fundamentalismo religioso é um fenômeno moderno, caracterizado pelo senso de esvaziamento do meio cultural, até mesmo onde a cultura pode nominalmente ser influenciada pela religião dos partidários. O termo pode também se referir especificamente à crença ou convicção de que algum texto ou preceito religioso seja infalível e historicamente preciso ainda que contrários ao entendimento de estudiosos modernos.

Peter Duff escreveu no **International Journal on World Peace**:

"De acordo com Antoun, os fundamentalistas no Judaísmo, Cristianismo, e Islamismo, a despeito de suas diferenças de doutrina e prática religiosas, estão unidos por uma visão comum do mundo que ancora toda a vida na autoridade do sagrado e num "ethos" compartilhado que se expressa através da afronta ao compasso e extensão da secularização.[1]

Entretanto, grupos que se auto-intitulam fundamentalistas ou que se descrevem nestas condições, freqüentemente rejeitam o termo por causa das suas conotações negativas ou porque insinua semelhança entre eles e outros grupos cujos procedimentos acham censuráveis.

Isto ocorreu entre os fundamentalistas cristãos que foram os criadores do termo e o assumiram com exclusividade até sua redefinição popular pela mídia na década de 1980 quando reportagens jornalísticas começaram a descrever o Hezbollah e outras facções islâmicas como fundamentalistas, durante os conflitos do Líbano. A partir daí a conotação negativa ficou prevalecendo.

O uso do termo

Fundamentalistas Cristãos que geralmente consideram o termo positivo quando referente a eles próprios, freqüente e fortemente objetam em se colocar numa mesma e única categoria com os fundamentalistas islâmicos e os agrupam em outra categoria. E até mesmo os que aceitam o termo de fundamentalistas islâmicos objetam quando são amplamente rotulados junto com facções que usam seqüestro, assassinato, e atos terroristas para alcançar os seus fins.

Entretanto não há nenhuma objeção para o uso do termo fundamentalista quando usado descrever só grupos Cristãos, e também nenhuma objeções para o uso do termo fundamentalista muçulmano.

Muitos muçulmanos também protestam contra o uso do termo ao se referir grupos Islâmicos, porque o termo "islâmico" abrangeria todos os religiosos inerentes ao Corão, e os escritores ocidentais tem usado o termo só para se referir a grupos extremistas.

Além disso, a maioria dos grupos muçulmanos que também foram fortemente rotulados de fundamentalistas objeta ser colocada na mesma categoria com fundamentalistas Cristãos o que eles vêem como religiosamente incorreto, pois não vem distinção teológica entre cristãos fundamentalista e não fundamentalistas. Distintos grupos de fundamentalistas cristãos ou islâmicos não usam o termo fundamentalista para referirem-se a eles próprios ou reciprocamente.

O Livro de Estilos da Associated Press recomenda que o termo fundamentalista não seja usado para qualquer grupo que não aplica o termo a si mesmo. Isto **incluiria grupos fundamentalistas cristãos** mas **excluiria grupos islâmicos**, porém alguns redatores e editores de notícias ignoram esta recomendação.

O Fenômeno Fundamentalista

Fundamentalismo "é um movimento que objetiva voltar ao que é considerado princípios fundamental (ou vigente na fundação) da religião". Especificamente, refere-se a qualquer enclave religioso que intencionalmente resista a identificação com o grupo religioso maior do qual diverge quanto aos princípios fundamentais dos quais imputa ao grupo religioso maior ter-se desviado ou corrompido pela adoção de princípios alternativos hostis ou contraditórios à identidade original.

A formação de uma identidade separada é julgada necessária por causa de uma percepção de que a comunidade religiosa perdeu a habilidade de se definir em termos religiosos, julgam que os "fundamentos" da religião foram perdidos por negligência ou

desatenção configurando ato de separatismo ou divergência em termos estranhos impróprios e hostis à própria religião.

A comunidade religiosa entretanto vê aos fundamentalistas como dissidentes e a controvérsia por vezes tem sido a razão suficiente para a formação de novas seitas e religiões, mas, freqüentemente são fundados grupos fundamentalistas com o objetivo de manter e guardar fiel e rigidamente os princípios religiosos ditos desnaturados e forçar uma aproximação interna com o mundo moderno atendendo aos referidos princípios fundamentais. Não raro isto se passa individualmente com religiosos mais zelosos e conscientes, que, independentemente da formação de grupos ativos continua a proceder e atender aos princípios fundamentais de modo conservar a doutrina e adotando-a como prática de vida.

Este fenômeno ocorreu e legou o uso do termo dos Fundamentalista Cristãos que surgiram no início do século XX com o protestantismo dos Estados Unidos, com a publicação do livro Os Fundamentos, livro que foi patrocinado por empresários e escrito por eruditos evangélicos conhecidos da época (recentemente uma tradução des livro foi publicada no Brasil pela Editora Hagnos).

O padrão do conflito entre os Fundamentalista Cristãos e os Cristãos modernos no cristianismo protestante tem notável aplicação comparativa às outras comunidades religiosas, e em seu uso como uma descrição destes aspectos correspondentes em caso contrário movimentos religiosos diversos o termo "fundamentalista" se tornou mais que só um termo qualquer um de ego-descrição ou de desprezo pejorativo.

Fundamentalismo é então um movimento pelo qual os partidários tentam salvar identidade religiosa da absorção pela cultura ocidental moderna, na qual a absorção tem proporção de um processo irreversível na comunidade religiosa mais ampla, necessitando da afirmação de uma identidade separada baseada nos princípios fundamentais da religião.

Os fundamentalista acreditam que a sua causa é de grave e cósmica importância. Eles vêem a si mesmo como protetores de uma única e distinta doutrina, modo de vida e de salvação. A comunidade, compreensivelmente centrara-se num modo de vida preponderantemente religioso em todos os seus aspectos, é o compromisso dos movimentos fundamentalistas, e atrai então não apenas os que compreendem a distinção mas também outros insatisfeitos e os que julgam que a dissidência é distintiva, sendo vital à formação de suas identidades religiosas.

O *muro de virtudes* fundamentalista que protege a identidade do grupo é instituído não só em oposição a religiões estranhas, mas também contra os modernizadores com os quais compactuam, continuar numa versão nominal da sua própria religião.

No cristianismo, o fundamentalismo foi uma reação contra o modernismo que estava começando a se espalhar nas igrejas dos Estados Unidos e uma afirmação na inspiração divina e inerrância da Bíblia e ressurreição e retorno de Jesus Cristo, doutrinas consideradas fundamentais do Evangelho (daí o nome fundamentalista) que os teólogos modernistas já não criam que eram verdadeiras.

No islamismo eles são *jama'at* que em linguagem árabe significam enclaves (religiosos) com conotações de irmandade fechada) ego-conscientemente flertam com o *jihad* na luta contra a cultura ocidental que suprime o *Islam autêntico* que implica *submissão* ao modo de vida prescrito na (*determinação divina*) contida na *Charia*.

No judaísmo eles são os judeus *Haredi* que se julgam os "verdadeiros judeus da Torah" que se alimentam, se vestem e enfim vivem estritamente no modo religioso. Existem equivalentes no hinduísmo e outras religiões mundiais.

Estes grupos que insistem na existência de um agudo limite entre eles e os partidários fiéis de outras religiões, e finalmente entre uma "visão sagrada" da vida e do "mundo secular" e da sua "religião nominal".

Com suas críticas, os fundamentalistas objetivam atrair e converter os religiosos da comunidade maior, tentando convence-los de que eles não estão experimentando a versão autêntica da religião professada.

O fundamentalismo na visão midiática

Em poucos jornais, o uso do termo tem sido evitado por ter adquirido uma carga muito pejorativa nos últimos tempos. De qualquer forma, ele ainda é utilizado com pouca propriedade na maioria dos veículos.

No Manual de Redação da Folha de S.Paulo há a ressalva: "ser fundamentalista não implica ter atitudes extremas. Quem o faz é denominado extremista e não fundamentalista".

Fundamentalismo cristão

O **Fundamentalismo Cristão** é um movimento teológico e social, ocorrendo em sua quase totalidade dentro do Protestantismo. O Fundamentalismo baseia-se na ênfase da Bíblia como sendo autoritativa, não só em matérias de fé, mas na regência da sociedade e na interpretação da ciência.

Índice

- 1 História
- 2 Doutrinas
- 3 Características Sócio-Culturais
- 4 Ver também

História

Depois da publicação da A Origem das Espécies de Charles Darwin em 1859, o desenvolvimento da Alta Crítica alemã e o surgimento da Teologia Liberal, vários grupos cristãos reagiram temendo que a razão afetasse a fé cristã.

No início do século XX foi publicado Os Fundamentos, livro que foi patrocinado por empresários e escritos por vários escritores conservadores da época (recentemente uma tradução desse livro foi publicada no Brasil pela Editora Hagnos).

Preocupados com o avanço do modernismo, os fundamentalistas começaram a organizar-se. Entre 1878–1897 realizaram a Conferência Bíblica de Niagara, que estabeleceu os pontos básicos do fundamentalismo.

Desde 1925, quando o professor elementar John T. Scopes foi condenado por ensinar a Teoria da Evolução nas escolas públicas, o fundamentalismo perdeu sua popularidade entre os protestantes conservadores.

A partir da década de 1940 ganhou força outro movimento conservador protestante, porém mais aberto à sociedade em geral e à ciência: o Evangelicalismo.

Doutrinas

Possui como doutrinas e práticas básicas:

- Bíblia, infalível, suficiente e inerrante, sendo suas histórias consideradas factuais e rejeição de qualquer outra forma de Revelação (inspiração individual, magistério eclesiástico, profecias modernas, teologia natural). Deve ser interpretada literalmente, salvo nas partes visivelmente conotativas.
- Jesus Cristo - nascimento virginal, sua deidade, historicidade de seus milagres e ressurreição, retorno apocalíptico.

- **Criacionismo** - rejeitam teorias que vejam como de alguma forma interferindo com o literalismo do gênesis, principalmente a evolução biológica, mas também teorias geológicas, físicas, cosmológicas, químicas, e arqueológicas.
- **Relação com a Sociedade** - rejeitam o Ecumenismo e o diálogo religioso com não-fundamentalista.
- **Salvação** - Através da crença em Jesus Cristo. Aqui, crença significa adesão às suas doutrinas fundamentais.
- **Inferno** - crença literal na sua existência, é tido como um lugar do tormento eterno dos pecadores não-arrependidos.

Características Sócio-Culturais

Fundamentalismo é então um movimento pelo qual os partidários tentam salvar identidade religiosa da absorção pela cultura ocidental moderna, na qual a absorção tem proporção de um processo irreversível na comunidade religiosa mais ampla, necessitando da afirmação de uma identidade separada baseada nos princípios fundamentais da religião.

Os fundamentalistas acreditam que a sua causa é de grave e cósmica importância. Eles vêm a si mesmos como protetores de uma única e distinta doutrina, modo de vida e de salvação. A comunidade compreensivelmente centrara-se num modo de vida preponderantemente religioso em todos os seus aspectos, é o compromisso dos movimentos fundamentalistas, e atrai então não apenas os que compreendem a distinção mas também outros insatisfeitos e os que julgam que a dissidência é distintiva, sendo vital à formação de suas identidades religiosas.

O muro de virtudes fundamentalista que protege a identidade do grupo é instituído não só em oposição a religiões estranhas, mas também contra os modernizadores, os quais compactuam continuar numa versão nominal da sua própria religião.

Ética e politicamente, os fundamentalistas rejeitam a homossexualidade, o aborto, a Teoria da Evolução e a possibilidade de salvação fora do Cristianismo.

Inerrância bíblica

Inerrância bíblica é a doutrina segundo a qual, em sua forma original, a Bíblia está totalmente livre de contradições, incluindo suas partes históricas e científicas. A inerrância distingui-se da doutrina da Infalibilidade bíblica a qual assegura que a Bíblia é inerrante quando se fala de assuntos de fé e de sua prática e não em relação à história e ciência.^[1]

Índice

- 1 História da doutrina da inerrância
- 2 O contexto da inerrância
- 3 A base da crença
- 4 A tradição textual do Novo Testamento
- 5 Principais pontos de vista religiosos da Bíblia
 - 5.1 Católicos romanos
 - 5.2 Cristãos Ortodoxos Orientais
 - 5.3 Protestantes
 - 5.3.1 O Estatuto de Chicago
 - 5.3.2 Evangélicos
 - 5.3.3 Somente a King James
 - 5.3.4 Textus Receptus (culturas que não falam Inglês)
 - 5.3.5 Visão Wesleyana e Metodista
 - 5.3.6 Visão Luterana
- 6 Crítica da Inerrância bíblica
 - 6.1 Conceito de "Palavra de Deus"
 - 6.2 Confiabilidade
 - 6.3 Tradução
- 7 Referências

História da doutrina da inerrância

Conforme um artigo na "Theology Today" publicado em 1975, "Além de ter longos períodos na história da igreja em que a inerrância bíblica não foi uma questão crítica. Ela foi um fato notável de modo que apenas no final de dois séculos podemos falar em legitimar uma doutrina formal da inerrância. Os argumentos pró e contra tem enchido muitos livros, e quase qualquer um pode juntar-se no debate."^[2]

Nos anos 70 e 80, porém, o debate entre círculos teológicos, que se centralizaram na questão de ser ou não a Bíblia infalível ou tanto infalível ou inerrante, veio a luz. Alguns seminários notáveis, assim como o Princeton Theological Seminary e o Fuller Theological Seminary, formalmente adotaram a doutrina da infabilidade, assim rejeitaram a doutrina da inerrância.

O outro lado desse debate focalizou amplamente a revista "Christianity Today" e o livro intitulado "The Battle for the Bible" por Harold Lindsell. O autor asseverou que, o que

prejudicou doutrina da inerrância da Escritura foi the thread that would unravel the church. Conservadores rejeitaram essa idéia, concordando que uma vez que um homem ignora the ultimate truthfulness of the Bible, então nada pode justificá-lo.^[1]

O contexto da inerrância

Muitas denominações acreditam que a Bíblia é inspirada por Deus, o qual através dos atos humanos é o autor divino da Bíblia. Isto é expressado na seguinte passagem da Bíblia:

"Toda escritura é inspirada por Deus e é útil para ensinar, redarguir, corrigir e instruir na justiça (2 Timóteo 3:16)"

Muitos que acreditam na inspiração da escritura ensinam que ela é infalível. Aqueles que defendem a infalibilidade acreditam que aquilo que dizem as Escrituras em matéria de fé e prática cristã é totalmente útil e verdadeiro. Algumas denominações que ensinam que na infalibilidade os detalhes da história e/ou ciência tornam-se irrelevantes para as questões de fé e prática cristã, podem conter erros. Aqueles que crêem que a inerrância deve compreender a comunidade científica, dados geográficos, históricos e detalhes dos textos manuscritos originais são totalmente verdadeiras e sem erros.

A base da crença

A base bíblica desta crença é encontrada nos escritos do apóstolo Paulo. Ele argumenta que em Gênesis 3:15, quando Deus abençoou a semente de Eva, o gênero e número da palavra *semente* estava no masculino, significando que a bênção era para um único salvador e não uma nação inteira de descendentes como tem sido comumente ensinado. Isto marca um precedente, trazendo abaixo a interpretação da inerrância usando o sentido literal das palavras. Jesus encarando uma multidão também seguiu o mesmo padrão ao dizer que cada "jota e til" tem o mesmo valor por hoje e sempre (Mat 5:18).

A base teológica da crença é, em forma simples, que Deus é perfeito, a Bíblia, como palavra de Deus, deve também ser perfeita, assim, livre de erros. É o que pode ser visto na seguinte passagem:

Primeiro do Velho Testamento:

"A lei do Senhor é perfeita, e refrigera a alma, o testemunho do Senhor é fiel, e dá sabedoria aos simplices. Os preceitos do Senhor são retos, e alegram o coração; o mandamento do Senhor é puro, e alumia os olhos. O temor do senhor é limpo, e permanece eternamente; os juízos do Senhor são verdadeiros e também justos" (Salmos 19:7-9)

Do Novo Testamento:

"Santifica-os na verdade; a tua palavra é a verdade" (João 17:17)

Isto deve ser visto como uma evidência que a verdade é o que é, e mentiras ou inverdades consistem do que não é. Pode-se ver ainda mais claramente que a palavra de Deus é soberana sobre todos através da seguinte passagem:

"...que Deus seja verdadeiro e todo homem mentiroso..." (Rom 3:4)

Os que são a favor da inerrância bíblica também ensinam que "Deus usou as diversas personalidades e estilos literários dos escritores" dos manuscritos mas a inspiração Deus os guiou para impecavelmente projetar sua mensagem através de sua própria linguagem e personalidade. Infabilidade e inerrância se referem aos textos originais da Bíblia. E enquanto estudiosos conservadores reconhecem o potencial erro humano na transmissão e tradução, traduções modernas são consideradas representações fiéis dos originais.

Em seu texto sobre o assunto, Geisler & Nix (1986) aclamam que a inerrância da escritura é estabelecida pelo número de observações e processos, que incluem:

- a precisão histórica da Bíblia;
- as passagens bíblicas que afirmam sua própria inerrância;
- a história da Igreja e sua tradição;
- a experiência individual com Deus.

A tradição textual do Novo Testamento

Existem mais de 5.600 manuscritos gregos contendo todo ou parte do Novo Testamento. Muitos desses manuscritos datam da Idade Média. A mais antiga cópia completa do Novo Testamento, a Codex Sinaiticus, data do quarto século. O mais novo fragmento do Novo Testamento, é o Rylands Lybrary Papyrus P52 que data do meio do segundo século e é do tamanho de um cartão. Manuscritos muito novos são raros.

Não há nenhum manuscrito idêntico ao outro, exceto o menores fragmentos e os muitos manuscritos que preservam o texto do Novo Testamento diferem muito entre eles em muitos aspectos, com uma estimativa de 200.000 a 300.000 diferenças entre os vários manuscritos. De acordo com Ehrman:

<p>“ A maioria das mudanças são erros por descuido que são facilmente reconhecíveis e corrigidos. Os escribas cristãos muitas vezes erram simplesmente porque estão cansados ou desatentos ou, às vezes, ineptos. Na verdade, os erros mais comuns em nossos manuscritos envolvem a <u>ortografia</u>, o que é mais significativo que mostrar que os escribas não soletravam melhor que nós hoje. Em acréscimo, nós temos numerosos manuscritos que em cada um os escribas deixaram de fora muitas palavras, versos, e até páginas inteiras, presumivelmente por acidente. Às vezes os escribas reorganizam as palavras na página, por exemplo, deixando de fora uma palavra e então reinserindo depois na sentença.</p>	”
--	---

Alguns exemplos familiares das passagens do Evangelho que acham que foi adicionada depois por intermediários incluem João 7:53 - 8:11, 1 João 5:7-8 e Marcos 16:9-20.

Por centenas de anos, escolas bíblicas e textuais tem examinado os manuscritos extensivamente. Desde o oitavo século, elas tem empregado a técnica da crítica textual para reconstruir a versão originária dos manuscritos existentes do Novo Testamento. Muitos acreditam que versões originais do Novo Testamento são ainda hoje acessíveis e além disso são precisamente representadas pelas modernas traduções. Outros preferem os textos tradicionais que são usados em suas igrejas aos textos modernos, argumentando que o Espírito Santo age apenas na preservação da escritura como ela foi criada. Este grupo de pessoas é encontrado em igrejas não-protestantes, mas também alguns protestantes tem esta visão.

Os livros que são incluídos e excluídos da Bíblia são resultados de longos processos históricos, que somente foram finalizados durante o reinado de Constantino, quando finalmente certos livros foram incluídos e outros excluídos como apócrifos do cânon da Bíblia. Para uma corrente da inerrância bíblica ser aceita, estes que mantêm esta visão também acreditam que a separação do Cânon dos apócrifos foi também divinamente inspirado.

Principais pontos de vista religiosos da Bíblia

Católicos romanos

A Igreja Católica romana considera algumas ensinamentos da própria Igreja, por exemplo definições do Concílio ecumênico ou do Papa, como infalíveis no sentido que são livres de erros. Entretanto, a doutrina católica romana da infalibilidade papal é limitada na aplicação e é alvo de contigências. Desde que a doutrina foi formalmente definida no primeiro Concílio do Vaticano em 1870, foi invocada apenas uma vez em 1950. O ensinamento da igreja católica romana afirma que a ressurreição de Jesus confirma sua divindade, que por sua vez confirma o Papa como seu sucessor e os bispos, guiado pelo Espírito Santo para oferecer orientação em questões de fé e moral. Católicos acreditam esta orientação tem permitido o ensinamento de Jesus e dos apóstolos, na Sagrada Tradição católica e na Sagrada Escritura (a Bíblia), a ser preservada e transmitida aos dias de hoje. Falando da autoridade reclamada concedida a ele por Cristo, o Papa Pio XII, na sua encíclica *Divino Afflante Spiritu*, denunciou aqueles que consideram que a inerrância foi limitada a assuntos de fé e moral:

O Concílio de Trento ordenado por decreto solene que "os livros inteiros com todas as suas partes, uma vez que foram destinados para serem lidos na Igreja Católica e estão contidos na antiga edição da Vulgata Latina, estão mantidos sagrados e canônicos". [...] Quando, em seguida, alguns escritores católicos, apesar desta solene definição da doutrina católica, pela qual tal autoridade divina é reivindicada para "todos os livros com todas as suas partes", como forma de garantir livre de qualquer erro, se aventuraram a restringir a verdade da Sagrada Escritura unicamente às questões de fé e moral, e que diz respeito a outros assuntos, quer no domínio da ciência física ou histórica ou outras questões, nosso predecessor que nunca serão esquecido, Leão XIII na Carta Encíclica condenou estes erros.

A posição Católica Romana sobre a Bíblia fica mais clara na Dei Verbum, um dos principais documentos do Concílio Vaticano II. Este documento afirma a convicção católica de que toda escritura é sagrada, confiável e infalível porque os autores bíblicos foram inspirados por Deus. No entanto, a dimensão humana da Bíblia é também

reconhecida, bem como a importância de uma interpretação correcta. Atenção especial deve ser prestada ao real significado pretendido pelos autores, a fim de tornar a interpretação correcta. Gênero, modos de expressão, circunstâncias históricas, liberdade poética, a tradição da Igreja, todos são fatores que devem ser considerados pelos católicos na análise da escritura. A Igreja Católica sustenta que a competência para declarar correcta uma interpretação cabe em última instância à Igreja através do seu Magistério. Este ensino é reiterado no Catecismo da Igreja Católica.

Cristãos Ortodoxos Orientais

A Igreja Ortodoxa Oriental também crê na tradição não escrita e nas escrituras, mas nunca se esclareceu a relação entre elas. Contemporâneos teólogos ortodoxos orientais debatem se estes depósitos de conhecimentos separados ou formas diferentes de compreender uma única realidade dogmática. Padre Georges Florovsky, por exemplo, afirmou que a tradição não é mais do que "Escritura certamente entendida". Por causa da Igreja Ortodoxa Oriental enfatizar a autoridade dos conselhos, que pertencem a todos os bispos, fragiliza os usos canônicos mais que a inspiração da escritura. Ao contrário da Igreja Católica Romana, a maioria dos teólogos Orientais Ortodoxos também reconhecem que um selo final de autenticidade ou ecumenicidade é que o corpo da igreja recebe os Conclhos. Desde a aceitação da Septuaginta e do Novo Testamento que levou a liderança regional de bispos do segundo século a se basear nesses textos "fidelidade ao mesmo ensino apostólico para que as tradições da igreja também sejam fiéis. A Igreja Ortodoxa Oriental enfatiza que as escrituras só podem ser entendidas, de acordo com uma regra normativa da fé (o Nicene-Constantinopolitan Creed) e o modo de vida que tem continuado a partir de Cristo e dos Apóstolos até os dias de hoje, e para sempre.

Protestantes

O Estatuto de Chicago

Em 1978 um grande encontro das igrejas protestantes americanas, incluindo representantes dos conservadores, Reformistas e Presbiteriana, Luterana, Batista e denominações, adotou a Declaração de Chicago sobre a Inerrância bíblica. A Declaração de Chicago não implica dizer que qualquer tradução tradicional da Bíblia é sem erro. Em vez disso, ela dá primazia aos que procuram a intenção do autor de cada texto original, e compromete-se a receber a declaração do fato, dependendo se ele pode ser determinado ou supor que os autores pretendem comunicar uma declaração de fato. Evidentemente, saber da intenção do autor original é excepcionalmente difícil, e sempre inclui um elemento subjectivo. Reconhecendo que existem muitos tipos de literatura na Bíblia além de declarações de fato, a declaração, no entanto, reafirma a autenticidade da Bíblia em todo como a palavra de Deus. Advogados da Declaração de Chicago estão preocupados que aceitar um erro na Bíblia pode ser um declive escorregadio que termina na rejeição que a Bíblia tenha qualquer valor maior do que qualquer outro livro. "A autoridade da Escritura é necessariamente prejudicada se esta total inerrância divina é de alguma forma limitada ou ignorada, ou é relativizada por uma visão da verdade contrária da própria Bíblia; e tais lapsos trazem sérios prejuízos, tanto ao indivíduo e à Igreja".

Evangélicos

As igrejas evangélicas, ao contrário das orientais e romanas, rejeitam que existe uma tradição autoritária que ainda hoje seja infalível. Alguns evangélicos que asseguram que a Bíblia confirma a sua própria autoridade, lembrando que Jesus frequentemente cita que a escritura é o "tribunal de recurso" definitivo. O raciocínio é que, se a Bíblia, pressupõe-se inerrante e a única forma da palavra de Deus, então isto implica que a Bíblia é totalmente confiável. Tradição, por outro lado, é considerada a estar sujeita à memória humana, e pode ter várias versões do mesmo eventos / verdades, algumas das quais podem ser contraditórias.

Igrejas evangélicas, que assumem a inerrância da bíblia irão frequentemente fazer um proeminente e inequívoco apoio a esta declaração na lista de suas crenças.

Somente a King James

Outra crença, "somente a King James(KJV)", afirma que os tradutores da versão em inglês da Bíblia King James foram guiados por Deus, e que a KJV deve ser considerada como a autoridade da Bíblia em inglês. No entanto, aqueles que detêm essa opinião, não a estendem para a tradução em inglês dos livros apócrifos da KJV, que foram produzidos juntamente com o resto da Versão Autorizada. Modernas traduções diferem das KJV em muitos pontos, por vezes resultantes do acesso aos diferentes textos novos, em grande parte como resultado do trabalho no campo da crítica textual. Os defensores da KJV, no entanto, consideram que o cânone protestante da KJV é por si só um texto inspirado e, portanto, continua autorizado. O movimento de "Somente a King James" afirma que a KJV é a única tradução em Inglês livre de erro.

Textus Receptus (culturas que não falam Inglês)

Similar à "Somente a King James", é a visão que as traduções devem ser derivadas do Textus Receptus, a fim de ser considerada inerrante. Como a versão da King James é uma tradução em inglês, isto deixa os falantes de outras línguas em uma posição difícil, daí a crença no Textus Receptus como a inerrante fonte textual para traduções de línguas modernas. Por exemplo, em culturas de língua espanhola a versão comumente aceita "como sendo equivalente a KJV é a revisão da Reina Valera de 1909 (com diferentes grupos aceitando em adição a de 1909 ou no seu lugar as revisões de 1862 ou 1960).

Visão Wesleyana e Metodista

A tradição cristã Wesleyana e Metodista afirma que a Bíblia é a autoridade sobre questões relativas à fé e prática. A Igreja Metodista Unida não usa a palavra "inerrante" para descrever a Bíblia, mas acreditam que a Bíblia é a Palavra Deus, e, como tal, é a principal autoridade de fé e prática.

O que é de importância fulcral para a tradição cristã Wesleyana é a Bíblia ser como um instrumento que Deus usa para promover a salvação. De acordo com esta tradição, a Bíblia faz a salvação por si só; Deus inicia a salvação e ele próprio consuma a salvação. Pode ser um perigo de apostasia ao se afirmar que a Bíblia garante a salvação.

Com este foco na salvação, Wesleyanos não precisam fazer alegações sobre inerrância nos textos originais, traduções posteriores, ou particulares interpretações. E ainda Wesleyanos afirmam que a Bíblia é a principal autoridade sobre fé e prática, bem como a Bíblia é muitas vezes um dos principais meios para promover a salvação de Deus no mundo.

Visão Luterana

O Sínodo da Igreja Luterana de Missouri, o Sínodo da Evangélica Luterana de Wisconsin, a Igreja Luterana do Canadá, o Sínodo da Luterana Evangélica e muitos outros pequenos organismos suportam a inerrância das escrituras, embora a maior parte das Luteranas não considerem-se "fundamentalistas". A maior Igreja Evangélica Luterana na América e a Igreja Evangélica Luterana no Canadá não suportam oficialmente a inerrância bíblica, embora existam aqueles dentro da ELCA e ELCIC que são Inerrantistas.

Crítica da Inerrância bíblica

Proponentes da inerrância bíblica preferem muitas vezes as traduções de 2 Timoteo 3:16 que diz "toda escritura é dada por inspiração de Deus", e eles interpretam isto significando que toda a Bíblia é inerrante. No entanto, os críticos desta doutrina acham que a Bíblia não faz diretamente a pretensão de ser inerrante ou infalível. No entanto, a mesma frase também pode ser traduzida como "Toda Escritura inspirada é também útil ..." o versículo nem se refere ao cânone bíblico. No contexto, o entendimento é que esta passagem fala que os escritos do Antigo Testamento foram canonizados no momento em que foram escritos. No entanto, há indicações de que os escritos de Paulo estavam sendo considerados, pelo menos pelo autor da Segunda epístola de Pedro (2 Pedro 3:16), como comparáveis ao Antigo Testamento.

A idéia de que a Bíblia não contém erros é essencialmente justificada pelos textos que se referem à sua inspiração divina. No entanto, este argumento tem sido criticado como raciocínio, pois essas afirmações só têm de ser aceitas como verdade, se já se pensar que a Bíblia é inerrante. Nenhum desses textos dizem que por serem inspirados, que é, portanto, sempre correto em suas históricas ou morais interpretações.

De acordo com o Bispo John Shelby Spong, a doutrina bíblica da inerrância tem sido um histórico substituto para a infalibilidade papal. "Quando Martinho Lutero contestou a infalível autoridade do papa, ele fez em nome da sua nova autoridade, a infalibilidade das escrituras. Este ponto de vista foi geralmente abraçado por todas as igrejas da Reforma. A Bíblia, portanto, tornou-se o documento papal do Protestantismo".

Conceito de "Palavra de Deus"

Grande parte da discussão sobre o tipo de autoridade que deve ser atribuída aos textos bíblicos centra-se sobre o que se entende por "Palavra de Deus". O termo pode referir-se ao próprio Cristo, bem como para a proclamação de seu ministério. No entanto, a inerrância bíblica difere desta ortodoxia na visão da Palavra de Deus significando que todo o texto da Bíblia é interpretado didaticamente como ensino Deus. A idéia da própria Bíblia como Palavra de Deus, como sendo ela própria a revelação de Deus, é criticada na neo-ortodoxia. Aqui, a Bíblia é vista como uma única testemunha para as

peças e os atos, o que faz ser Palavra de Deus. No entanto, é tudo um testemunho humano. Todos os livros da Bíblia foram escritos por pessoas humanas. Assim, mesmo se a Bíblia é - no todo ou em parte - a Palavra de Deus não é claro. Contudo, os críticos argumentam que a Bíblia ainda pode ser interpretada como a "Palavra de Deus", no sentido em que as declarações dos autores podem ter sido representativas do, e talvez até diretamente influenciados pelo conhecimento do próprio Deus.

Existe apenas um exemplo na Bíblia em que a frase "a palavra de Deus" refere-se a algo "escrito". A referência é a do "Decálogo", que muitas denominações cristãs consideram "passado". Entretanto, a maioria das outras referências são reportadas dos discursos, as quais são preservadas na Bíblia. O Novo Testamento contém também uma série de declarações que se referem a passagens do Antigo Testamento como palavra de Deus, por exemplo, Romanos 3:2 (que diz que aos judeus foram "confiadas muitas palavras de Deus"), ou o livro de Hebreus, que mostra muitas vezes mostra citações do Antigo Testamento com palavras como "Deus disse". A Bíblia também contém palavras faladas por seres humanos para Deus, como as orações e músicas dos Salmos. Que estas são palavras de Deus para nós foi abordado em animadas controvérsias medievais. A idéia de que a palavra de Deus é maior que Deus é encontrada na Escritura, e não que cada linha do livro é uma declaração feita por Deus.

A frase "a palavra de Deus" nunca é aplicada para nossas bíblias modernas, dentro da própria Bíblia, apoiantes da inerrância argumentam que isso é simplesmente porque a Bíblia canônica não foi fechada.

Confiabilidade

A inerrância bíblica também foi criticada com o argumento de que muitas declarações sobre a história da ciência que são encontradas nas Escrituras são demonstradas insustentáveis. Alegam que a inerrância é uma proposição não confiável: se é encontrado na Bíblia quaisquer erros ou contradições, a proposição foi refutada. A opinião está dividida sobre quais as partes da Bíblia são confiáveis, à luz destas considerações. Teólogos radicais respondem que a Bíblia contém, pelo menos, duas visões diferentes sobre a natureza de Deus: um Deus de guerras ou de um pai amoroso. A escolha de qual material terá valor pode ser baseada no que é coerente e moralmente desafiante, e este tem prioridade sobre os outros ensinamentos encontrados nos livros da Bíblia.

Tradução

Um ponto que foi alegado é que, mesmo que o texto seja garantidamente inerrante na sua língua original, isto já não é válido após a tradução, porque não existe uma perfeita tradução. Os textos originais foram principalmente escritos em hebraico e grego com traduções em várias línguas antigas - hebraico, grego Koine, coptas e Siríaco - que alguns já estão familiarizados. Tradutores de um idioma para outro são frequentemente confrontados com várias maneiras em que uma frase pode ser traduzida, em particular no caso das passagens poéticas, e a língua em que a Bíblia está sendo traduzida também está em constante evolução e mutação. Traduções erradas da Bíblia são ocasionalmente descobertas. Por exemplo, escritos de estudiosos diziam que uma profecia messiânica não exigia que a mãe do Messias fosse uma virgem, apenas jovem. Foi proposto que a

descrição dos Evangelhos sobre a Virgem Maria foram fabricados para se ajustarem com uma profecia que eles próprios leram numa versão.

Algumas passagens bíblicas são convencionalmente tratadas como verso, e outras como diferentes tipos de prosa: isto nem sempre tem sido o caso. Algumas das prosas contém muitas formas lingüísticas que indicam poesia. As duas formas têm uma certa sobreposição mútua. A inerrância como uma doutrina em si não prevê claramente a hermenêutica para descobrir como as comunicações literais encontradas na prosa podem ser distinguidas dos elementos simbólicos e metafóricos da poesia.

Referências

- Gleason Archer, 2001. *New Encyclopedia of Bible Difficulties*. ISBN 0-310-24146-4
- N. T. Wright, *The Last Word: Beyond Bible Wars to a New Understanding of the Authority of Scripture*. Harper-San Francisco, 2005. ISBN 0-06-081609-4
- Kathleen C. Boone: *The Bible Tells Them So: The Discourse of Protestant Fundamentalism*, State Univ of New York Press 1989, ISBN 0-88706-895-2
- Ethelbert W. Bullinger, *Figures of Speech Used in the Bible* Grand Rapids, Mich.: Baker Book House, 1970.
- Bart D. Ehrman, 2003. *Lost Christianities: The Battles for Scripture and the Faiths We Never Knew*. Oxford University Press, Inc. ISBN 0-19-518249-9
- Finkelstein, Israel & Neil Asher Silberman (2001), The Bible Unearthed: Archaeology's New Vision of Ancient Israel and the Origin of Its Sacred Texts (em inglês), Simon and Schuster, ISBN 0743223381,
<<http://books.google.com/books?lr=&q=Finkelstein+Bible+Unearthed+Exodus+unoccupied&btnG=Search+Books>>.
- Norman Geisler, ed. (1980). *Inerrancy*. ISBN 0-310-39281-0.
- Norman Geisler and Thomas Howe, (1999) *When Critics Ask: A Popular Handbook on Bible Difficulties*.
- Norman Geisler and William E. Nix., *A General Introduction to the Bible*, Moody Publishers; Rev&Expndd edition (August 1986), ISBN 0-8024-2916-5
- Herzog, Ze'ev (October 29, 1999), Deconstructing the walls of Jericho (em inglês), Ha'aretz,
<http://mideastfacts.org/facts/index.php?option=com_content&task=view&id=32&Itemid=34>.
- Walter C. Kaiser, Peter H. Davids, F. F. Bruce, Manfred T. Brauch. (1996). *Hard Sayings of the Bible*
- Charles Caldwell Ryrie (1981). *What you should know about inerrancy*. ISBN 0-8024-8785-8
- Sproul, R. C.. *Hath God Said?* (video series).
- John Walvoord (1990). *What We Believe: Understanding and Applying the Basics of Christian Life*. ISBN 0-929239-31-8
- Warfield, B. B. (1977 reprint). *Inspiration and Authority of Bible*, with a lengthy introductory essay by Cornelius Van Til. ISBN 0-8010-9586-7.
- Dei Verbum Dogmatic Constitution on Divine Revelation (1965)